

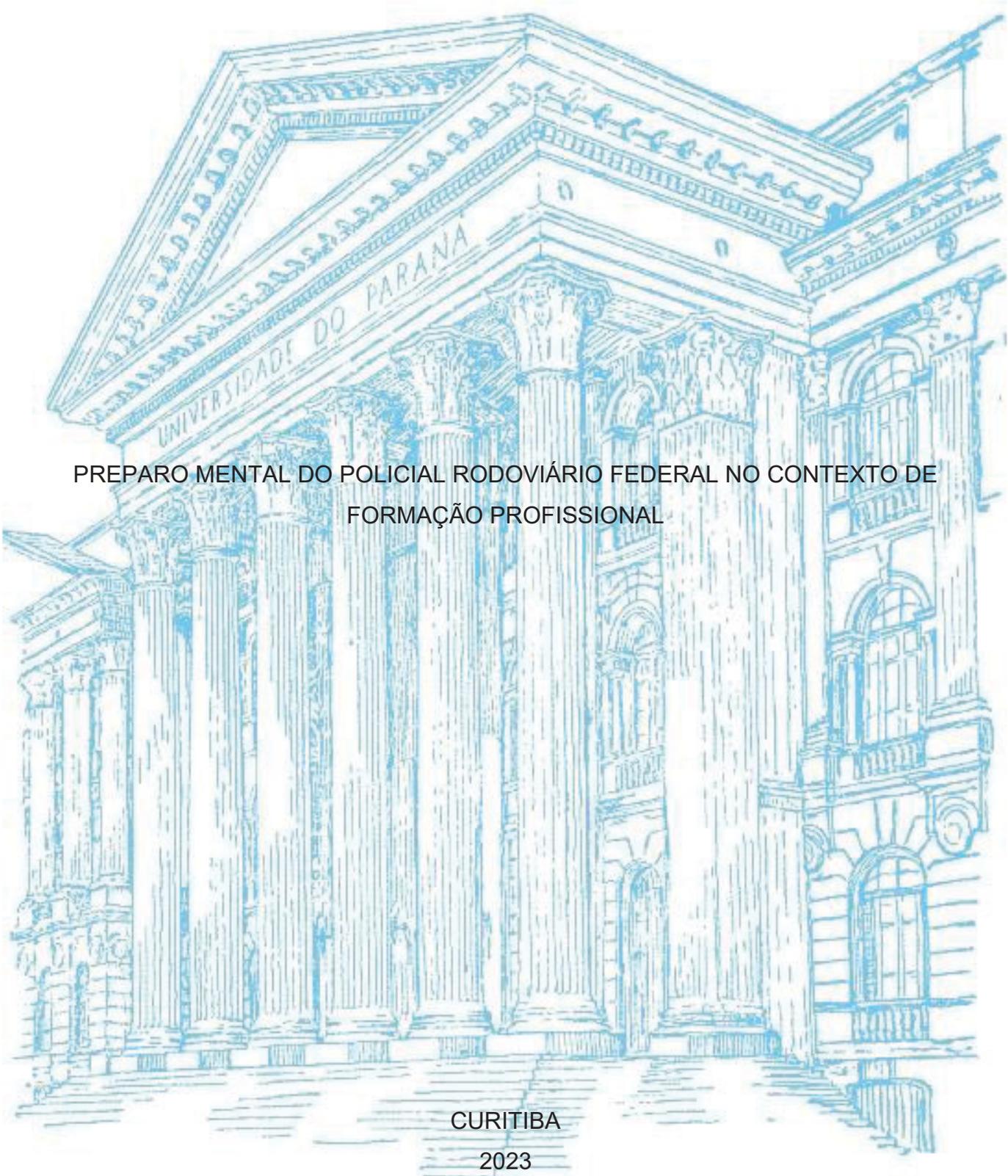
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

GUILHERME RAPETTI

PREPARO MENTAL DO POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL NO CONTEXTO DE  
FORMAÇÃO PROFISSIONAL

CURITIBA

2023



GUILHERME RAPETTI

PREPARO MENTAL DO POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL NO CONTEXTO DE  
FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Dissertação de Mestrado apresentada à linha de  
Cognição, Aprendizagem e Desenvolvimento  
Humano, do Programa de Pós-Graduação, no  
Setor de Educação, na Universidade Federal do  
Paraná, como requisito parcial à obtenção de título  
de Mestre em Educação.

Orientadora: Profª Drª Araci Asinelli-Luz

CURITIBA

2023

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DO CAMPUS REBOUÇAS

Rapetti, Guilherme.

Preparo mental do Policial Rodoviário Federal no contexto de formação profissional / Guilherme Rapetti – Curitiba, 2023.

1 recurso on-line : PDF.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Araci Asinelli-Luz

1. Educação – Estudo e ensino. 2. Polícia Rodoviária Federal. 3. Policiais – Formação. 4. Policiais – Treinamento. I. Asinelli-Luz, Araci. II. Universidade Federal do Paraná. III. Programa de Pós-Graduação em Educação. IV. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR DE EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO -  
40001016001P0

## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação EDUCAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **GUILHERME RAPETTI** intitulada: **Preparo mental do policial rodoviário federal no contexto de formação profissional**, sob orientação da Profa. Dra. ARACI ASINELLI DA LUZ, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 15 de Dezembro de 2023.

Assinatura Eletrônica  
22/01/2024 10:43:00.0  
ARACI ASINELLI DA LUZ  
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica  
19/12/2023 14:53:01.0  
LUCIANO BLASIIUS  
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA)

Assinatura Eletrônica  
20/12/2023 09:05:07.0  
GERTRUDES APARECIDA DANDOLINI  
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA)

Assinatura Eletrônica  
25/12/2023 09:58:48.0  
JOÃO ARTUR DE SOUZA  
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA)

Com imensa gratidão, dedico esta dissertação aos valorosos profissionais da segurança pública, cujo comprometimento e coragem são bastiões de nossa sociedade. Que este trabalho possa iluminar caminhos para o aprimoramento da formação policial, visando não apenas a excelência no serviço prestado, mas também a garantia de que esses verdadeiros heróis possam regressar aos seus lares, para os braços dos seus, sãos e salvos após cada nobre jornada. Que os frutos desta pesquisa reverberem em benefícios tangíveis, honrando aqueles que dedicam suas vidas à proteção dos outros.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à Divina Providência, fonte inesgotável de sabedoria, por guiar meus passos ao longo desta jornada acadêmica. A Ti, Deus, dedico esta dissertação, reconhecendo que cada conquista é um reflexo da Sua graça e direção em minha vida.

À minha amada família, Sandra e Valentina, pilares inabaláveis de amor e apoio. Cada página escrita foi inspirada pela luz que irradiam em meu caminho. Vocês são minha fortaleza e a razão de todas as minhas realizações.

À minha respeitável professora orientadora, Dr<sup>a</sup> Araci Asinelli-Luz, a mentora que iluminou os meandros do conhecimento com sua sabedoria e paciência. Sua orientação foi mais que acadêmica; foi um farol que guiou minha mente e meu coração ao longo dessa jornada.

À banca de avaliação, cuja experiência acadêmica e profissional se entrelaça, agradeço por dedicarem seu tempo à análise criteriosa deste trabalho. Vocês, cuja expertise transcende os limites da academia até os domínios da atividade policial, enriqueceram este estudo com sua perspicácia única.

Que esta dissertação seja não apenas um registro de conhecimento, mas também um tributo a todos que contribuíram para sua realização. A cada um de vocês, minha gratidão eterna.

“Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo”. (Atribuído a Paulo Freire)

## RESUMO

O desenvolvimento de competências dos policiais é uma preocupação cada vez mais presente na Polícia Rodoviária Federal. A partir de conhecimentos apropriados em revisão integrativa da literatura e análise documental, tendo como pano de fundo a teoria da complexidade, essa dissertação busca analisar os objetivos institucionais da UniPRF no desenvolvimento de competências para o preparo mental dos policiais rodoviários federais durante a formação profissional, com uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório. Para isso, através do método da Análise de Conteúdo, foram realizadas análises documentais dos registros da UniPRF referentes à formação dos policiais por meio de leitura flutuante e mineração de texto com apoio de ferramenta computacional. Os resultados indicam que o preparo mental está sistematicamente ligado à capacidade de regulação emocional, resiliência e consciência situacional, as quais favorecem a assertividade na tomada de decisão que permite a pronta resposta com eficácia e eficiência no trabalho policial. Por isso, recomenda-se que as práticas orientadas para o preparo mental sejam previstas, projetadas e implantadas nos cursos de formação não apenas na PRF, mas em todas as corporações de segurança pública.

Palavras-chave: formação policial; complexidade; desenvolvimento de competências; desenvolvimento profissional; qualidade de vida.

## **ABSTRACT**

The development of police competencies is an increasingly present concern in the Federal Highway Police. Based on appropriate knowledge in integrative literature review and documentary analysis, with the complexity theory as background, this dissertation seeks to analyze the institutional objectives of UniPRF in the development of competencies for the mental preparation of federal highway police officers during professional training, through the qualitative research method, of exploratory character. For this, through the Content Analysis method, documentary analysis of UniPRF records were carried out regarding the training of police officers through floating reading and text mining with the support of a computational tool. The results indicate that mental preparation is systematically linked to the capacity for emotional regulation, resilience and situational awareness, which favor assertiveness in decision making that allows prompt response with effectiveness and efficiency in police work. Therefore, it is recommended that mental preparation-oriented practices be planned, designed, and implemented in training courses not only in PRF, but in all public security corporations.

**Keywords:** police training; complexity; competence development; professional development; quality of life.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – TECNOLOGIAS EM UTILIZAÇÃO NA PRF.....	15
FIGURA 2 – FASES DA PESQUISA.....	24
FIGURA 3 – ESCOLHA DA FONTE DE DADOS.....	40
FIGURA 4 – ESCOLHA DO TIPO DE ARQUIVO.....	41
FIGURA 5 – LOCALIZAÇÃO DO ARQUIVO.....	41
FIGURA 6 – MÉTODO DE CÁLCULO.....	41
FIGURA 7 – NÚMERO MÍNIMO DE OCORRÊNCIAS DE CADA TERMO.....	42
FIGURA 8 – NÚMERO DE TERMOS RELEVANTES.....	42
FIGURA 9 – SELEÇÃO DE TERMOS RELEVANTES.....	42
FIGURA 10 – MAPA MENTAL COM OS TERMOS SELECIONADOS.....	43
FIGURA 11 – AGRUPAMENTOS SEMÂNTICO.....	44
FIGURA 12 – NUVEM DE PALAVRAS PBS.....	92
FIGURA 13 – DENDOGRAMA PBS.....	93
FIGURA 14 – NUVEM DE PALAVRAS UDF.....	94
FIGURA 15 – DENDOGRAMA UDF.....	94
FIGURA 16 – AGRUPAMENTOS SEMÂNTICOS.....	97

## **LISTA DE QUADROS**

QUADRO 1 – CATEGORIAS DE FONTES PRIMÁRIAS.....	33
QUADRO 2 – FONTES BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS REVISADAS.....	33
QUADRO 3 – CATEGORIAS E COMPETÊNCIAS REGIMENTAIS DA PRF.....	61
QUADRO 4 – COMPETÊNCIAS TRABALHADAS NA UniPRF.....	73
QUADRO 5 – GRELHA DE VALORES IMPLÍCITOS CFP 2022.....	102

## **LISTA DE TABELAS**

TABELA 1 – CORRELAÇÃO ENTRE CARGAS HORÁRIAS DAS DISCIPLINAS....	89
---	----

## LISTA DE SIGLAS

ANPEd	Associação Nacional de Pesquisa em Educação
ANPRF	Academia Nacional da Polícia Rodoviária Federal
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
CFP	Curso de Formação Policial
DNER	Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PRF	Polícia Rodoviária Federal
RH	Recursos Humanos
TBDH	Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano
TEPT	Transtorno de Estresse Pós-Traumático
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UniPRF	Universidade Corporativa da Polícia Rodoviária Federal
USP	Universidade de São Paulo
WoS	Web of Science

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
1.1 JUSTIFICATIVA.....	17
1.1.1 Na perspectiva pessoal.....	17
1.1.2 O impacto social da pesquisa .....	19
1.1.3 Na academia, a busca por subsídios científicos .....	19
1.2 PROBLEMA DE PESQUISA.....	20
1.3 OBJETIVOS.....	21
1.3.1 Objetivo geral.....	21
1.3.2 Objetivos específicos .....	21
<b>2 METODOLOGIA.....</b>	<b>22</b>
2.1 OBJETO DO ESTUDO DE CASO .....	26
2.2 LÓCUS E PARTICIPANTES.....	27
2.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS .....	28
2.4 ESCOLHA DO SOFTWARE DE MINERAÇÃO .....	29
2.4.1 Procedimentos de análise dos dados .....	29
2.5 DADOS BIBLIOGRÁFICOS .....	31
2.5.1 Seleção de documentos .....	32
2.5.2 Coleta de dados documentais .....	36
<b>3 ANÁLISE DE CONTEÚDO.....</b>	<b>38</b>
3.1 ORGANIZAÇÃO .....	38
3.2 CODIFICAÇÃO.....	39
3.3 TRATAMENTO INFORMÁTICO .....	40
3.4 CATEGORIZAÇÃO.....	44
3.5 DIFICULDADES NO PREPARO MENTAL DE POLICIAIS .....	45
3.5.1 Da complexidade .....	49
3.5.2 Da mente .....	52
3.5.3 Da complexidade dos fenômenos mentais .....	53
3.5.4 Preparo Mental .....	55
3.5.5 Influência do preparo mental na pronta resposta.....	58
3.6 COMPETÊNCIAS POLICIAIS.....	60

3.6.1 Resiliência na troca de estratégias .....	61
3.6.2 Percepção policial da corrupção .....	63
3.6.3 Legitimidade policial e violência .....	65
3.7 PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO .....	68
3.7.1 Ensino por competências .....	69
3.7.2 Contexto de aprendizagem .....	71
3.7.3 Proposta curricular .....	74
<b>4 INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS .....</b>	<b>89</b>
<b>5 CONCLUSÃO E CAMINHOS POSSÍVEIS .....</b>	<b>104</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>116</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A Polícia Rodoviária Federal (PRF), nascida em 1928, cujo nome inicial foi Polícia das Estradas, aos poucos tem desenvolvido sua identidade perante a sociedade Brasileira. Em 1945, sob a égide do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), a instituição passou a ser denominada PRF (Brasil, 2023). De acordo com Kraemer (2006), ao longo dos anos, a PRF tem sido remodelada e ajustada para atender às demandas da sociedade contemporânea.

As mudanças na configuração da diversidade brasileira e a extensa malha viária exigem que novas competências sejam agregadas ao currículo de formação dos policiais. Nesse contexto, a PRF investe cada vez mais na formação dos policiais rodoviários federais, de forma ampla e integral, atendendo aos anseios da população Brasileira. Na constante busca pelo aprimoramento de serviços de qualidade, em meio à complexa missão posta aos policiais que compõem seu quadro, a PRF tem claros os valores, a visão e a missão institucional:

a) *Missão* – proteger a vida, promovendo segurança pública com cidadania nas rodovias federais e áreas de interesse da União;

b) *Visão* – ser reconhecida por sua excelência no trabalho policial e na proteção à vida, aos direitos humanos e ao meio ambiente;

c) *Valores* – profissionalismo, cordialidade, integridade, excelência, transparência, respeito aos direitos humanos e responsabilidade socioambiental (Brasil, 2023).

Embora o patrulhamento federal tenha se iniciado em 1928, a carreira de Policial Rodoviário Federal foi criada oficialmente em 1998 pela Lei 9.654, com reestruturação em 2008, quando passou a ser exigido grau de ensino superior para admissão nos quadros da instituição. Na perspectiva programática da PRF, espera-se a adesão de pessoas visionárias, preocupadas “[...] com a garantia de valores caros a uma sociedade democrática”, as quais devem se adequar a um modelo de gestão calcado na celeridade e efetividade das ações empreendidas pela corporação (Brasil, 2018a).

A expectativa sobre o ingressante no Cursos de Formação Policial (CFP) é que seja admitido(a) servidor(a) público(a) civil, com carreira única, encarregado(a) de exercer, coordenar, planejar e executar o policiamento ostensivo e preventivo nas rodovias federais e em áreas de interesse da União. Tal profissional deve ainda ser

capaz de orientar, educar para o trânsito e articular suas atribuições com as demandas de outros órgãos e autoridades públicas, civis e militares, tais como Ministério Público; Receita Federal; Polícias Militares; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente; Corpo Diplomático; Vigilância Sanitária etc. É nesse contexto e acerca de tais atores que se apresenta o lócus desta pesquisa.

O local de trabalho da PRF, os mais de 70.000km de rodovias federais, é um dos palcos privilegiados do crime no território brasileiro, de forma que a capacidade para combate e prevenção ao ilícito é estruturante para a formação do policial rodoviário federal, egresso da Universidade Corporativa da Polícia Rodoviária Federal (UniPRF). Na atualidade, agrega-se às competências já aventadas a demanda por domínio tecnológico, visto que os equipamentos de fiscalização, bem como de criminalidade, tornam-se progressivamente mais técnicos e exigentes em conhecimentos específicos para sua operacionalização, como pode ser visualizado na FIGURA 1 (Brasil, 2018c).

FIGURA 1 – TECNOLOGIAS EM UTILIZAÇÃO NA PRF



FONTE: Departamento de Polícia Rodoviária Federal (Brasil, 2018c).

Um aspecto trágico, ao qual o egresso da UniPRF precisa se adaptar, é a percepção da morte e do sofrimento extremo, algo para o que a maioria das pessoas não está preparada. Isso se deve, infelizmente, ao fato de que as “[...] maiores causas de mortes de jovens”, no Brasil, são a “[...] violência e os acidentes de trânsito”; dois fatores com os quais os recém-contratados policiais rodoviários federais raramente estão acostumados, e que farão parte do seu cotidiano após a conclusão do Curso de Formação de Policiais (Brasil, 2018c, p. 90). Essa realidade é um dos principais aspectos pelos quais o *preparo mental* é uma categoria fundamental para entender o contexto da sua formação profissional.

O preparo e a saúde do corpo e da mente estão intimamente ligados, já que esta pode ser significativamente impactada pelo primeiro, que é corriqueiramente submetido àquela. O preparo mental envolve tomar medidas para se estar psicologicamente apto para uma tarefa, evento ou situação específica. Isso pode incluir exercícios de visualização, estabelecimento de metas, diálogo interior positivo ou desenvolvimento de estratégias de enfrentamento para possíveis desafios, dentre outras (Fairozekhan *et al.*, 2021).

Quando as pessoas se engajam na preparação mental, elas podem melhorar sua resiliência e reduzir o estresse e a ansiedade. Por outro lado, um preparo mental inadequado, como falta de estratégias de enfrentamento ou autocrítica negativa, pode levar a sentimentos de sobrecarga aumentando o risco de desenvolver problemas de saúde mental, como depressão ou transtornos de ansiedade. De modo geral, portanto, a preparação mental pode ser uma ferramenta útil para promover melhores resultados de saúde mental, e é uma parte essencial do autocuidado e bem-estar (Pinheiro, 2004; Galvão; Pereira, 2014).

A partir de tais perspectivas e das considerações de Gilbar, Ben-Zur e Lubin (2010), acerca da preparação mental de militares em situação de confronto, nesta pesquisa, entende-se como preparo mental, no contexto da atividade de policiamento, o conjunto de competências, saberes e emoções necessárias para resolver conflitos e promover, no caso concreto, a segurança pública de forma íntegra, respeitando os direitos humanos, os valores democráticos e, sobretudo, tendo a preservação da vida como elemento norteador e de maior preciosidade.

Nessa perspectiva, o preparo mental para o policiamento envolve dois momentos: o primeiro dedicado à legitimação dos valores inerentes à cidadania e à responsabilidade policial, por meio de reforço acerca da legitimidade do uso da força para solução de conflitos, se necessário. O segundo momento de preparo mental para ações de policiamento geralmente envolve o exercício de antecipação de dificuldades para o enfrentamento assertivo dos riscos inerentes à profissão. Para tanto, dois fatores se mostram fundamentais, a saber: o controle emocional e a qualificação profissional (Gilbar; Ben-Zur; Lubin, 2010).

Embora algumas pessoas possam ser naturalmente mais propensas a ter um melhor preparo mental do que outras, no sentido de estarem mais qualificadas e com maior controle emocional para o enfrentamento das atividades de policiamento, é

importante lembrar que essa é uma competência (em sentido amplo) que pode ser desenvolvida.

Acredita-se, portanto, que assim como outras competências, a preparação mental pode ser aprendida e aprimorada com a prática e o treinamento adequados. Por essas razões, percebeu-se uma oportunidade de análise quanto à forma pela qual a PRF planeja o desenvolvimento de competências capazes de resultar em preparo mental adequado ao policial em formação a fim de que possa promover sua saúde mental e melhorar a qualidade de vida tanto no trabalho quanto fora dele.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de cunho exploratório, que tem como estratégia de pesquisa o estudo de caso (Yin, 2001). Foi utilizada a Análise de Conteúdo (Bardin, 2000) como técnica interpretativa, apoiada em ferramenta computacional, de modo a abarcar maior *corpus* e mitigar a propensão a vieses, tendo a teoria da complexidade, ou seja, de uma “[...] concepção complexa do sujeito”, orientada pela transdisciplinaridade (Morin, 2010, p. 127), em busca de compreender as intencionalidades envolvidas na formação de policiais rodoviários federais.

## 1.1 JUSTIFICATIVA

Diante do preâmbulo apresentado, este tópico se dedica a expor brevemente as razões que justificam a escolha do tema e o enfoque da presente pesquisa. Descrevem-se a seguir as três perspectivas que compõem a justificativa do presente trabalho e que ressaltam a abrangência e a complexidade da importância da compreensão e dos estudos sobre a saúde mental do policial na PRF, e o impacto que isso tem na vida de cada um, de suas famílias e da sociedade.

### 1.1.1 Na perspectiva pessoal

Os policiais rodoviários federais, ao ingressarem na corporação, experimentam uma mudança paradigmática na vida pessoal, logo no início de suas carreiras policiais. Eles passam da condição de fiscalizados a fiscalizadores. Essa transição de estilo de vida altera o convívio familiar e evidencia, de modo singular, o peso e a responsabilidade de cuidar, fiscalizar e zelar pela segurança das rodovias e estradas federais.

O interesse pessoal por esta pesquisa nasceu justamente da autopercepção dessa mudança e dos efeitos, tanto na própria vida, quanto na dos colegas de profissão. Mediante a essa constatação, percebeu-se a demanda por análise e acompanhamento da formação e desenvolvimento dos policiais rodoviários federais.

Essa realidade agrega-se à função que o autor exercia na UniPRF, em Florianópolis, como chefe da então Divisão de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação da PRF, além de atuar como formador de docentes e alunos da instituição. Nessas atividades, havia acompanhado e interagido também com o “Projeto de Pesquisa Inter/transdisciplinar: confrontos armados e suas consequências para a atividade policial”, da PRF, que tem por objetivo realizar pesquisa inter/transdisciplinar acerca da segurança pública, particularmente nos enfrentamentos à criminalidade violenta que se traduzem em confrontos armados, investigando os casos existentes envolvendo policiais rodoviários federais (PRFs)<sup>1</sup>, seja durante a atividade policial ou nos momentos de folga. Dentre as finalidades da Divisão de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação da UniPRF estavam:

a) fomentar a pesquisa na instituição, cujas principais competências são desenvolver, coordenar as equipes multidisciplinares de pesquisa ou extensão e prestar serviços à comunidade na sua área de competência;

b) elaborar, em conjunto com outros membros da UniPRF, a política institucional de pesquisa e extensão;

c) desenvolver intercâmbio, na área de competência, com a comunidade científica nacional e internacional;

d) fomentar e coordenar, em conjunto com outros pares da UniPRF, a produção de conhecimento técnico e científico;

e) organizar, atualizar e coordenar a publicação da Revista Científica da PRF.

O envolvimento profissional com tais objetivos evidencia que o estudo acerca do preparo mental na atividade policial pode trazer bons resultados, indicando melhorias no processo de formação dos policiais rodoviários em formação no âmbito da UniPRF.

---

<sup>1</sup> A sigla PRF pode indicar tanto a instituição quanto o policial, conforme a circunstância.

### 1.1.2 O impacto social da pesquisa

O cenário de mudanças paradigmáticas, tanto na vida do profissional, quanto na instituição formadora, desperta o interesse pela pesquisa acadêmica dos elementos que compõem esse cenário. Vislumbra-se, assim, a melhor compreensão do multifacetado sistema relacional no qual a PRF está inserida. Novos métodos de medição, novas lupas para observar o objeto em estudo, na perspectiva da linha de pesquisa Cognição, Aprendizagem e Desenvolvimento Humano na formação profissional e na saúde, por meio da lente educacional podem contribuir para uma sociedade mais justa e inclusiva.

Ademais, o mundo atual, em constante mudança, incita o corpo docente e os alunos da UniPRF a lidarem com a incompletude humana, não mais limitando-se ao desenvolvimento de competências técnicas, mas abordando também competências comportamentais. Para tanto, no cenário da educação corporativa, em seu contexto mais estrito e acurado, é necessária uma contribuição para o entendimento do pensamento complexo e transdisciplinar no processo de formação do policial, ao considerar o desempenho ocupacional e a qualidade de vida desses profissionais. Assim, espera-se que, com o desenvolvimento de um profissional mais íntegro, humanizado e saudável, a sociedade terá um melhor serviço prestado. Além disso, espera-se também uma polícia que tenha mais foco em ajudar e mediar conflitos do que em reprimi-los com o uso da força.

### 1.1.3 Na academia, a busca por subsídios científicos

Como etapas do estudo de caso, procurou-se: revisar a literatura voltada para a formação policial acerca do desenvolvimento de competências e do preparo mental; analisar o currículo, as disciplinas e as atividades ofertadas sob a ótica do preparo mental e do desenvolvimento de competências, no contexto de formação profissional; e comparar as teorias revisadas com as propostas pedagógicas da UniPRF, frente às demandas profissionais e a salubridade dos profissionais em formação. Diante disso, acredita-se que há boas possibilidades de compreensão dos fenômenos que envolvem a atividade de ensino da UniPRF, considerando os aspectos profissionais e de desenvolvimento dos policiais em formação. A experiência vivida pelo pesquisador, enquanto formador de policiais e docentes da corporação, evidencia que os dados

referentes ao preparo mental dos profissionais que compõem o quadro da PRF ainda são muito escassos.

Nesse contexto, o caminho da pesquisa, no âmbito de estudos do Programa de Pós-Graduação em Educação, tem trazido significativas contribuições, diante das novas expectativas geradas com o advento da UniPRF e a complexidade cada vez maior de um mundo globalizado e conectado. Esse caminho ganhou novos aportes teórico-práticos que somente a pesquisa acadêmica, por meio da sistematização do conhecimento, pode propiciar. Assim, os resultados desta pesquisa tendem a constituir conhecimentos que contribuirão com outros estudos vindouros acerca da formação de profissionais da segurança pública, com especial destaque ao preparo mental e a competências múltiplas que deem resposta adequada à realidade das incertezas atuais.

## 1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

A proposta de pesquisa teve como tema central o processo de desenvolvimento profissional do policial rodoviário federal no contexto da formação oferecida aos alunos da UniPRF, considerando como ponto de partida para a investigação o desenvolvimento de competências para o preparo mental desses profissionais.

Essas demandas levam a delinear o problema de pesquisa que guia o presente estudo, considerado como “[...] assunto controverso, ainda não satisfatoriamente respondido e que pode ser objeto de pesquisa” (Gil, 2018, p. 6). A partir de tais noções, propõe-se o seguinte questionamento: **Como as competências para o preparo mental dos policiais rodoviários federais são desenvolvidas no processo de formação profissional?**

A presente propositura se articula com a linha de pesquisas Cognição, Aprendizagem e Desenvolvimento Humano, em especial com a temática cognição, desenvolvimento e aprendizagem na formação profissional e na saúde, contribuindo com a aproximação de teorias às práticas educacionais da UniPRF; por meio de pesquisa documental e de revisão interpretativa através da “Análise de Conteúdo”, sob a perspectiva de Laurence Bardin (Bardin, 2000).

## 1.3 OBJETIVOS

Para o desenvolvimento da presente pesquisa, foram delineadas ações propositivas. Assim, a seguir, são descritos os objetivos, geral e específicos, que demonstram melhor o enfoque e as etapas dessas ações.

### 1.3.1 Objetivo geral

Analisar como as propostas pedagógicas da UniPRF intentam desenvolver competências para o preparo mental dos policiais rodoviários federais em formação profissional.

### 1.3.2 Objetivos específicos

Revisar a literatura voltada para a formação policial acerca do desenvolvimento de competências e do preparo mental;

Explorar as relações entre o preparo mental e a formação de policiais rodoviários federais;

Comparar as teorias revisadas com as propostas pedagógicas da UniPRF para o desenvolvimento de competências para o preparo mental de policiais.

## 2 METODOLOGIA

A escolha de metodologia apropriada é estrutural para o sucesso de qualquer pesquisa. Isso posto, alguns elementos devem ser levados em consideração quando da opção pelo método a ser utilizado. No caso específico dessa pesquisa, a baixa disponibilidade de estudos similares impactou significativamente nessa escolha.

O universo policial ainda é, em grande parte, algo a ser desvelado pela academia. Diversos fatores podem ter contribuído para a consolidação desse cenário; seja pelo baixo interesse dos pesquisadores, que historicamente sofreram com uma realidade de ditadura militar e violência policial, seja pelo difícil acesso aos dados quando requerem acesso a instituições policiais, tradicionalmente mais fechadas e suscetíveis ao sigilo em relação a dados sensíveis.

Fato é que estudos nessa temática ainda são muito escassos. Os dados, no que se referem ao preparo mental dos profissionais que compõem o quadro da PRF, com foco nos que atuam diretamente nas pistas de toda a malha viária federal Brasileira, ainda são pouco disponíveis.

A metodologia científica apropriada para responder perguntas do tipo “como?”, segundo Yin (2001), é o estudo de caso que, de modo geral, implica em tempos distintos: a coleta de dados, a análise e a interpretação. Nos dois últimos momentos, procura-se desvelar o significado dos dados coletados e encontrar o sentido dos achados (Lakatos; Marconi, 1991). O caso em apreço caracteriza-se como pesquisa qualitativa, de cunho exploratório, apoiado em Revisão Integrativa de Literatura (Mendes; Silveira; Galvão, 2008) e Análise de Conteúdo (Bardin, 2000) para a seleção, sistematização e interpretação das fontes de interesse.

O estudo de caso é uma estratégia consolidada em pesquisas das áreas sociais aplicadas, saúde e em ciências humanas, uma vez que permite a análise de fenômenos atuais sobre os quais os pesquisadores detêm pouco, ou nenhum controle. Além disso, nessa metodologia, podem ser abordados fenômenos de ocorrência muito específica e que não se repetem, como é frequente na área de Educação, permitindo a associação entre diversas metodologias para a construção, descrição e análise dos dados de interesse. Yin (2001) também define estudo de caso como:

[...] uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especificamente quando:

- os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente

definidos. [...]

- enfrenta uma situação tecnicamente única em que haverá muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados, e, como resultado,
- baseia-se em várias fontes de evidências [...]
- beneficia-se do desenvolvimento prévio de proposições teóricas para conduzir a coleta e análise de dados. (Yin, 2001, p. 32).

O sucesso do estudo de caso, enquanto estratégia de pesquisa, está na sua flexibilidade e coerência em aproximar o pesquisador do mundo vivido, favorecendo tanto a exploração de dados qualitativos, quanto a análise quantitativa estrita. Pode-se abordar, em estudos desse tipo, desde amostragens estatísticas de alta significância, até análises textuais e contextuais das mais diversas matrizes teóricas. Conforme Yin (2001, p. 21), essa é uma estratégia que não se limita a estudos exploratórios, mas que permite também a investigação sobre as causas dos fenômenos analisados, sendo que, dentre os mais relevantes estudos de caso, destacam-se as pesquisas descritivas, embora a abordagem não se limite a tais perspectivas.

A estratégia se aplica principalmente a três tipos de pesquisa: exploratória, descritiva e explanatória. A pesquisa exploratória trata de assuntos dos quais se tem pouco conhecimento disponível; a descritiva busca não alterar os objetos de estudo; e a explanatória tem como foco desenvolver, de forma aprofundada, novas e melhores explicações sobre o fenômeno em estudo.

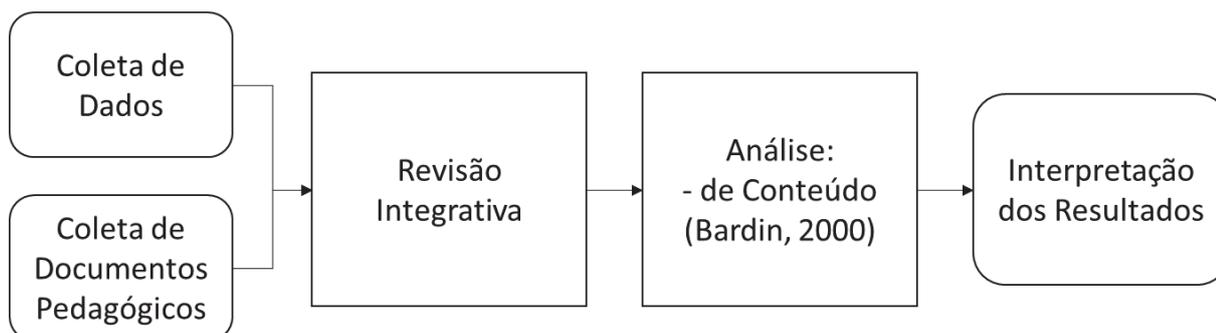
A partir da tipologia de Yin (2001), esta pesquisa se caracteriza como uma abordagem exploratória, visto que o conhecimento produzido sobre o ensino corporativo na UniPRF e sobre suas consequências na saúde mental dos policiais é um assunto muito pouco abordado, conforme foi constatado nas prospecções iniciais. Para caracterizá-la, o pesquisador partiu da análise do tipo de questão a ser investigada; do controle que se tem sobre o problema; e da contemporaneidade dele. Em tal análise, observou-se que o estudo de caso é indicado para resolver questões contemporâneas, do tipo “como?”, ou “por quê?”, nas quais não cabe exigências de controle do pesquisador sobre os eventos investigados (Yin, 2001, p. 24).

O processo de pesquisa exploratória, do tipo estudo de caso único, pode ser dividido em três fases bem definidas: a coleta; a análise dos dados; a interpretação. Na primeira fase, são identificadas e organizadas as informações básicas que subsidiam o aporte teórico da pesquisa, por meio de revisão da literatura que permita orientar a escolha de dados documentais ou empíricos, os quais são posteriormente

analisados, a fim de viabilizar pressupostos e interpretações que respondam às questões de pesquisa.

A FIGURA 2 representa as principais fases do estudo exploratório de caso único, conforme desenvolvido nesta dissertação.

FIGURA 2 – FASES DA PESQUISA



FONTE: Asinelli-Luz; Rapetti (2023)

A fase de coleta de dados, para esta pesquisa, foi dividida em duas etapas, a fim de privilegiar diferentes fontes de dados. No primeiro momento, foram revisados artigos e livros disponíveis sobre a temática de pesquisa. A segunda classe de dados coletados foi composta pelos documentos pedagógicos, tais como projeto pedagógico, planos de ensino/disciplina e de aula do curso de formação ministrado na UniPRF, no primeiro semestre de 2022, submetidos à Análise de Conteúdo como forma de sistematizar e interpretar os achados (Bardin, 2000).

A Revisão Integrativa é uma metodologia utilizada para incorporação de evidências teóricas, aplicável a campos de pesquisa onde há complexidade e quantidade de informações dispersas em diferentes fontes, a serem sintetizadas de forma crítica (Mendes; Silveira; Galvão, 2008). Conforme os autores, a prática de integração de diferentes fontes de evidências para a produção do conhecimento, característica da Revisão Integrativa, pode ser associada à Revisão Sistemática, que consiste em limitar o viés de busca e seleção de fontes.

Essa abordagem permite organizar os estudos relevantes em uma determinada área de pesquisa, com apoio de *softwares* dedicados à análise semântica e bibliográfica a partir de leituras automatizadas, que facilitam a

categorização e destaque dos autores e temas de interesse para a solução do problema de pesquisa. A Revisão Integrativa tem como objetivos

[...] reunir e sintetizar resultados de pesquisas sobre um delimitado tema ou questão, de maneira sistemática e ordenada, contribuindo para o aprofundamento do conhecimento do tema investigado. Desde 1980 a revisão integrativa é relatada na literatura como método de pesquisa (Mendes; Silveira; Galvão, 2008, p. 759).

Conforme os autores, a revisão integrativa se divide em seis passos: estabelecer hipóteses, ou problemas; amostragem, ou busca na literatura; categorização das fontes; avaliação dos estudos selecionados; interpretação dos resultados; e síntese da revisão (Mendes; Silveira; Galvão, 2008, p. 761).

Como subsídio apoiado em evidências para a Revisão Integrativa e Análise de Conteúdo, foi adotada a revisão da literatura, que recorreu às bases eletrônicas Google Livros; Scielo e *Web of Science*; e ao *software* de análise semântica *VOSviewer*, desenvolvido e mantido pela Universidade de Leiden (Clarivate, 2023; Google LLC, 2023; Scientific Electronic Library Online, 2023; Universidade de Leiden, 2023).

Optou-se por utilizar como base de dados para produção científica internacional com maior abrangência a *Web of Science*. Também conhecida como WoS, foi introduzida comercialmente pelo *Institute for Scientific Information* (ISI), em 1964, como uma ferramenta de recuperação de informações chamada Science Citation Index (SCI). Uma das razões dessa escolha é que a WoS é um banco de dados seletivo, estruturado e equilibrado que oferece suporte a uma variedade de objetivos informativos e possui links de citação completos e metadados enriquecidos. Visser, van Eck e Waltman (2019) compararam diferentes fontes de dados bibliográficos e de citações, incluindo a WoS, e sua análise fornece mais informações para orientar boas práticas e uso de pesquisa. A extensa cobertura da WoS, a indexação seletiva, as ligações de citações completas, os metadados expandidos e a rede estabelecida de parceiros bibliométricos são, portanto, benefícios de usar a WoS como um banco de dados para pesquisas acadêmicas que, segundo Birkle (2020), é o banco de dados mais antigo, popular e confiável de publicações e citações de pesquisa em todo o mundo.

## 2.1 OBJETO DO ESTUDO DE CASO

A seleção de admissão para o cargo de Policial Rodoviário Federal ocorre através de concurso público. Cada certame é regido por edital específico e, portanto, os critérios podem sofrer alterações de uma edição para outra. Visando buscar maior atualidade para o estudo, a pesquisa foi realizada com base no modelo do último concurso público, ocorrido em 2021. O edital de abertura é datado de 18 de janeiro de 2021 e inicialmente havia disponibilidade de 1.500 vagas, divididas na seguinte forma: 1.125 vagas para ampla concorrência, 300 reservadas para candidatos negros e 75 para candidatos com deficiência (Brasil, 2021a, p. 3).

Dessa forma, após todas as fases preliminares eliminatórias e classificatórias, os candidatos aptos são convocados para participação do Curso de Formação Profissional (CFP), considerado como última etapa do concurso para admissão ao cargo. No caso em tela, devido à possibilidade legal de ampliação da oferta de vagas, houve, até o momento, três turmas do CFP referentes a esse mesmo concurso público.

A primeira, ocorrida no segundo semestre de 2021, contou com a participação de pouco mais de 1.600 participantes, incluindo os convocados pelo Edital Concurso PRF nº 32, de 21 de setembro de 2021, além de alunos *sub judice* e de 14 (quatorze) observadores de Nações Amigas e 16 (dezesseis) Guardas Municipais de Palhoça/SC (BRASIL, 2022d). No primeiro semestre de 2022, foi realizado um CFP destinado ao preenchimento de vagas remanescentes da primeira turma, com 117 alunos (Brasil, 2021b). Por fim, foi realizado outro CFP também no ano de 2022, intitulado de “segunda turma” ou simplesmente CPF 2022.2, com 666 alunos (Brasil, 2022c).

Tendo como norteador o princípio da isonomia, por se tratar de etapas do mesmo concurso público, os CFPs devem guardar similaridade. É evidente que não é possível realizar o exato mesmo curso, uma vez que a variação na quantidade de alunos por evento é grande.

Apesar disso, a instituição busca manter o mesmo modelo de CFP, durante momentos distintos dentre um mesmo certame, com algumas adequações. Tendo isso em vista, para a presente pesquisa, optou-se por utilizar o material referente ao primeiro CFP de 2022. A razão da escolha reside no fato de que esta é a edição com menor número de alunos e, sendo assim, esperava-se que limitações materiais e de espaço fossem menos impactantes quando comparadas a cursos maiores,

possibilitando, em tese, ambiente mais fértil para o atingimento dos objetivos educacionais propostos.

## 2.2 LÓCUS E PARTICIPANTES

Em conformidade com o Art. 1º, parágrafo único da Resolução Nº 510 de 7 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde, aplicável às pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, ficam dispensadas de aprovação pelos comitês de ética do sistema CEP/CONEP as pesquisas de opinião com “participantes não identificados”, que utilizem informações de acesso público, ou que partam de informações produzidas a partir de bancos de dados agregados, cuja identificação individual é inviável (Brasil, 2016, p. 44).

Como se almeja uma análise ampliada, ou seja, genérica da formação policial na UniPRF, não foi elaborada segmentação prévia quanto à faixa etária, sexo, cor e raça (classificação do IBGE), tampouco relacionada à identidade de gênero, por não haver pertinência desses dados para os conceitos de interesse. Não obstante, como se exige comprovação de nível superior para o ingresso na carreira de Policial Rodoviário Federal, através de concurso público, todos os participantes indiretos são graduados ou pós-graduados; de forma que não há possibilidade de envolvimento de dados de pessoas menores de 18 anos nos resultados aqui apresentados.

Não há, nesta pesquisa, participação direta de humanos, ou animais como objetos de estudo, pois foi realizada com base em dados e documentos de ações educativas da PRF, registrados em sistema de acesso público, resguardado o sigilo de dados pessoais. Por isso, a pesquisa não necessitou ser encaminhada ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) para análise e aprovação. Não obstante, são observados preceitos éticos de pesquisa.

A ética é um campo do conhecimento filosófico que estuda os valores concernentes ao bem e ao mal e uma ordem normativa instituída na sociedade e na cultura, que orienta o agir humano. Ela nasce da reflexão dos costumes promovida pelo espírito grego até chegar à tematização daquilo que chamamos bem viver ou agir de forma correta. Fundamentalmente, a ética tem como ponto de partida as perguntas que surgem diante das complexas situações da vida: Como devo agir? O que é uma ação correta? Que exigências devo cumprir? (Hermann, 2019, p. 17).

Conscientes desses questionamentos, a pesquisa é norteadada pela ética. O pesquisador permanece vigilante, evitando qualquer exposição de dados pessoais, de modo que será preservado o sigilo, a fim de proteger os envolvidos, em consonância ao apregoado pela Associação Nacional de Pesquisa em Educação (ANPEd) que orienta como princípios norteadores que:

[...] a) todas as pesquisas que envolvam seres humanos devem ter como princípio fundante a dignidade da pessoa humana. Isso implica no respeito aos participantes, consentimento, avaliação cuidadosa de potenciais riscos aos participantes, compromisso com o benefício individual, social e coletivo das pesquisas; b) respeito aos direitos humanos e à autonomia da vontade; c) emprego de padrões elevados de pesquisa, integridade, honestidade, transparência e verdade; d) defesa dos valores democráticos, da justiça e da equidade; e) responsabilidade social (Mainardes; Cury, 2019, p. 25).

Dessa forma, ressalta-se a premissa do estudo em respeitar, acima de tudo, os direitos humanos dos envolvidos e preservar sua dignidade, não permitindo que quaisquer dados sensíveis para as organizações ou indivíduos sejam expostos.

## 2.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Para melhor compreensão do objeto de estudo, foram utilizados alguns instrumentos de coleta de dados. Foi realizado um levantamento com os dados da própria instituição, através do cadastro digitalizado, sobre alunos que participaram do Curso de Formação Policial. Por meio desses dados, é possível traçar um referencial da amostragem no universo de pessoas que compuseram o corpo discente dos cursos em análise, sem a necessidade envolvimento direto ou identificação.

Para otimizar a realização da Análise de Conteúdo foi utilizada a revisão sistemática, por meio do *software* de análise semântica VOSviewer (Universidade de Leiden, 2022), o qual permite a contagem, associação e classificação da terminologia disposta nos documentos revisados. As fontes de dados demográficos são cedidas, sob condição de anonimato, pela Polícia Rodoviária Federal, que adota um modelo para planejamento das ações educativas através de padronização dos planos de aulas e disciplinas, objetivando conferir maior transparência ao processo e realizar controle quantitativo e qualitativo dos seus Cursos de Formação Policial. Esses documentos geraram uma quantidade enorme de informação e, por essa razão,

utilizou-se também uma ferramenta digital (*VOSviewer*) para o tratamento e filtragem destes dados.

## 2.4 ESCOLHA DO SOFTWARE DE MINERAÇÃO

Para efetivar a Revisão Sistemática, foi adotado o programa *VOSviewer*, versão 1.6.1.8, lançada em 24 de janeiro de 2018 (Universidade de Leiden, 2023). Trata-se de um aplicativo multiplataforma, de aplicação aberta, desenvolvido em linguagem Java por pesquisadores do Centro de Estudos de Ciência e Tecnologia da Universidade de Leiden, na Holanda. Conforme Guimarães e Bezerra (2019), é uma ferramenta adequada para a produção e tratamento de mapas bibliométricos, oriundos de repositórios em rede.

O *VOSviewer* possui uma grande quantidade de ferramentas para tratamento de dados bibliográficos, permitindo a identificação de palavras-chaves, análise das citações e referências de documentos dentro de um amplo universo de artigos científicos, o que permite a identificação dos autores mais relevantes em um grupo de dados. Esse *software* foi escolhido, dentre outros, devido à operacionalidade e facilidade uso. Além disso, há uma versão online do aplicativo, permitindo que seja executado em qualquer navegador com linguagem Java instalada. Conforme informações do Centro de Estudos de Ciência e Tecnologia da Universidade de Leiden, trata-se de uma ferramenta bastante popular para a construção de evidências baseadas no mapeamento de dados e em cienciometria (Universidade de Leiden, 2023).

### 2.4.1 Procedimentos de análise dos dados

Entender o perfil profissional e de desenvolvimento dos policiais em formação pressupõe métodos e técnicas apropriadas. Acredita-se que as abordagens analíticas fundamentadas em dados funcionam como chaves reveladoras dos elementos pesquisados. Glaser e Strauss (1967) desenvolveram metodologias neste sentido em uma época em que as pesquisas eram dominadas por abordagens quantitativas, apesar de já existirem alguns estudos qualitativos na sociologia.

Os autores contestaram as visões de que pesquisas qualitativas eram impressionistas e anedóticas. Além disto, desafiaram noções de que as pesquisas

qualitativas serviriam apenas como elementos preparatórios para ferramentas quantitativas e argumentaram contra o uso apenas descritivo de estudos qualitativos adotado na época. Eles entendiam que as análises e variáveis qualitativas também poderiam fornecer uma compreensão conceitual dos dados examinados.

Desde então, a análise qualitativa evoluiu, agregando novas técnicas bibliométricas e estratégias metodológicas, tais como a Análise de Conteúdo (Bardin, 2000) e as revisões integrativa e sistemática (Cordeiro *et al.*, 2007), que fornecem subsídios para resumir, sintetizar e analisar grandes volumes de informação. Essas metodologias permitem não apenas selecionar e organizar os dados, mas oferecem também evidências sujeitas a um olhar atento e próximo ao que os dados podem significar, dando relevo às informações presentes de forma flexível e focada.

A Análise de Conteúdo de documentos, apoiada em Revisão Sistemática de dados, favorece a construção de teorias, ao invés de apenas produzir uma abordagem descritiva. Ela permite a evidenciação e articulação de novos conceitos emergentes, no lugar de apenas aplicar as teorias existentes, superando estruturas conceituais rígidas, postas de antemão.

Como etapas para a Análise de Conteúdo e sistematização dos dados, foi seguido o roteiro proposto por Bardin (2000), que distingue duas aplicações para o método, uma focada na análise de conteúdo e outra na análise documental. As análises são divididas em cinco etapas, a saber: organização; codificação; categorização; inferência; e tratamento informático.

Para discussão e apresentação dos resultados evidenciados pelas etapas anteriores foi escolhida a técnica de “análise estrutural” (Bardin, 2000, p. 204). Nesta perspectiva, considera-se que a categorização é insuficiente para evidenciar os “processos convergentes” no fenômeno linguístico, que é entendido como uma “realidade estruturada”, exposta em um texto ou em um conjunto de informações, de forma que se faz necessário vasculhar também a estrutura dos documentos, a fim de exibir as relações subjacentes, que não são evidenciadas de imediato pela análise sistemática.

Se a revisão automatizada desmembra o texto em partes, que não são capazes de carregar os mesmos significados de que dispunham quando relacionadas com as outras partes, então a reorganização do texto, por meio de análise estrutural (derivada de Lévi-Strauss), procura evidenciar o arranjo interno do texto, mostrando os princípios de organização do fenômeno linguístico em análise. Conforme Bardin

(2000), trata-se de evidenciar as relações que dão estrutura aos elementos textuais, tais como figuras de linguagem; agregados; equivalências; negações etc.; independente dos próprios elementos. Nas palavras da autora:

O método estruturalista procura 'revelar por debaixo da disparidade dos fenômenos, as relações ilegíveis ou diluídas que verificam uma ordem escolhida'. A estrutura, realidade oculta do funcionamento da mensagem, ou modelo operatório construído pelo analista, permite abstrair-se dos elementos que a compõem. (Bardin, 2000, p. 205).

Existem várias abordagens possíveis para a aplicação da técnica estruturalista na análise de conteúdos e documentos. Nesta pesquisa, utiliza-se a chamada "grelha de valores implícitos" que trata de evidenciar a conotação das relações linguísticas utilizadas para persuasão discursiva, desmembrando e reconstruindo a estrutura argumentativa. Neste caso, a abordagem é "temática", orientada pela frequência detectável dos significados relacionados a valores utilizados para persuadir o leitor nos textos revisados (Bardin, 2000, p. 209).

Para tanto, optou-se por selecionar e desagregar os documentos disponíveis, a partir da evidenciação temática, ou categorização, que permite associar diferentes fontes em torno de um mesmo conteúdo e, na sequência, reconstruir as estruturas das diferentes narrativas de forma contextual, ou seja, associando-as ao problema de pesquisa em análise.

## 2.5 DADOS BIBLIOGRÁFICOS

A Revisão Integrativa da literatura foi organizada a partir do problema: Como as competências para o preparo mental dos policiais rodoviários federais são desenvolvidas no processo de formação profissional? Neste questionamento, se destacam os conceitos de interesse – propostas pedagógicas; preparo mental; e competências policiais – que foram utilizados para identificar e selecionar as fontes primárias.

A identificação e interpretação de documentos, artigos e livros contou com recursos tecnológicos, focados na busca em grandes bases de dados, dentre as quais se destacam a *Web of Science* (WoS), Scielo e Google Livros. A busca por meio do sítio eletrônico Google Livros, utilizando os termos "proposta pedagógica" ou "preparo mental" ou "competência policial", em janeiro de 2023, apontou 74 resultados com

“visualização completa”, na categoria “livros”, com restrição temporal do “século 21” (Google LLC, 2023).

A busca na base de dados Scielo, utilizando os termos “proposta pedagógica” ou “preparo mental” ou “competência policial”, em conjunto, não apontou resultados, de forma que as pesquisas foram realizadas separadamente para cada um dos termos, apontando dois resultados para a chave de busca “competência policial”; 175 resultados para “proposta pedagógica”; e um resultado para o termo “preparo mental”. A busca foi realizada sem restrição de campos.

A identificação de documentos por meio da base de dados WoS recorreu à chave traduzida para o inglês: “*pedagogical proposal*” or “*mental preparation*” or “*police competence*”, sem restrições de campos. Nesta etapa da revisão foram identificados 486 documentos. Quando refinada por artigos, a busca identificou 391 resultados. A busca por documentos recorreu aos arquivos digitais da UniPRF, dentre os quais foram selecionados os documentos preparatórios da ação educativa, a saber: o projeto pedagógico, 18 planos de ensino/disciplina e 300 planos de aula referentes a primeira edição do Curso de Formação de Policiais da UniPRF do ano de 2022. Além disto, foi analisada, em casos pontuais, a legislação pertinente para as diretrizes de formação de policiais rodoviários federais no Brasil.

Foi possível categorizar as fontes primárias da pesquisa em livros; artigos; projeto pedagógico; planos de ensino das disciplinas; e planos de aula aplicados na UniPRF. Nessa fase, foram extraídos os resultados das bases consultadas. As informações foram organizadas e sumarizadas, compondo um catálogo de consultas com dados brutos, posteriormente processados por análise semântica automatizada, corroborada por leitura flutuante e análise de conteúdo.

### 2.5.1 Seleção de documentos

Para seleção dos documentos, foi utilizado o critério de pertinência, em três níveis de leitura. Primeiramente, foram descartados os títulos que não apontavam relação direta com o tema de pesquisa, especificamente que não tratassem de competência policial, preparo mental, proposta pedagógica ou assunto correlato.

Na sequência, foram avaliados criticamente os resumos, ou escopo dos documentos e, por fim, os documentos restantes foram avaliados em texto integral. O QUADRO 1 elenca as categorias de documentos, fases de seleção e quantidade de

documentos selecionados.

QUADRO 1 – CATEGORIAS DE FONTES

Categoria	Resultado de pesquisa	Leitura de escopo/resumos	Avaliação texto integral
Livros (Google Livros)	74	10	3 <sup>2</sup>
Artigos (SciELO/Wos)	178 + 391	7+32	1 + 12 <sup>3</sup>
Planos de ensino/disciplina	18	18	18
Planos de aula	-	300	42
Projeto pedagógico	1	1	1

FONTE: Asinelli-Luz; Rapetti (2023)

A fase de coleta de dados bibliográficos apontou 77 documentos para leitura integral e Análise de Conteúdo (Bardin, 2000), dentre os quais 16 textos compõem as referências bibliográficas para fundamentação teórica e 61 documentos são considerados dados de campo, ou seja, são evidências do caso em estudo. O QUADRO 2 sintetiza as fontes bibliográficas e documentais revisadas.

QUADRO 2 – FONTES BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS REVISADAS

(continua)

Categoria	Referência	Título	Síntese
Livros (Google Livros)	(Brasil, 2018b)	Segurança pública: prioridade nacional	“Pretende diagnosticar os principais problemas afetos à segurança pública, identificar eventuais deficiências das agências de controle social e ... apontar possíveis soluções...”
	(Teixeira et al., 2018)	Agenda de segurança cidadã: por um novo paradigma	“... contribuições de vários especialistas no assunto, ... uma avaliação bastante abrangente, [para] pensar segurança pública como parte do projeto maior de construção da cidadania no país.”

(continuação)

<sup>2</sup> Fontes: (Brasil, 2018b; Santos; Teixeira; Russo, 2011; Teixeira et al., 2018).

<sup>3</sup> Fontes: (Alalehto; Larsson, 2016; Arthur et al., 2017; Fielding, 1984; Gilbar; Ben-Zur; Lubin, 2010; Guedes; Silva; Garcia, 2017; Jennings; Van Der Molen, 2005; Kegelaers; Wylleman, 2019; KOHEL, 2018; Manomenidis; Panagopoulou; Montgomery, 2016; Sundlin; Söderhjelm; Sandahl, 2022; Vassilopoulos, 2008; Weinberg; Chan; Jackson, 1983; Yalcin; Araz; Talaghir, 2021).

Categoria	Referência	Título	Síntese
Livros (Google Livros)	(Santos; Teixeira; Russo, 2011)	Violência e cidadania: práticas sociológicas e compromissos sociais	Pesquisa Brasileira sobre “as dimensões da violência, do crime e do controle social... Os temas analisados indicam que uma sociologia das conflitualidades, no tempo atual, deve ser situada no contexto ... de mundialização da sociedade e da economia, ... [trata] das formas de violência, das metamorfoses do crime, da crise das instituições de controle social... “
Artigos (SciELO/Wos)	(Guedes; Silva; Garcia, 2017)	Projeto político-pedagógico na perspectiva da educação em direitos humanos: um ensaio teórico	“... examina a relação entre projeto político-pedagógico (PPP) e discussões sobre os direitos humanos na instituição escolar, considerando o posicionamento político quanto ao referencial de educação que a comunidade pretende construir. O objetivo é analisar a elaboração desse projeto na perspectiva da educação em direitos humanos. Trata de ensaio em que se realiza pesquisa teórica e utiliza como procedimentos revisão de literatura e análise documental. A promoção de formação em direitos humanos...”
	(Sundlin; Söderhjelm; Sandahl, 2022)	Fazer mudanças rápidas nas funções de trabalho: uma habilidade essencial de trabalho em equipe. Um estudo exploratório de fatores facilitadores e inibidores	Explora mudanças rápidas em atividades laborais e descreve os fatores envolvidos na inibição e facilitação de respostas, associando-as ao preparo mental.
	(Yalcin; Araz; Talaghir, 2021)	A relação entre prontidão mental e dificuldade na regulação emocional de jogadores amadores de futebol	Investiga as relações entre prontidão mental e o nível de regulação emocional.
	(Kegelaers; Wylleman, 2019)	Explorando o papel do treinador na promoção da resiliência em atletas de elite.	Investiga o desenvolvimento e manutenção da capacidade de resiliência em desportistas de elite por treinadores de alto nível.
	(Kochel, 2018)	Aplicando legitimidade policial, cooperação e hipóteses de segurança coletiva para explicar a eficácia coletiva e a violência entre os bairros	Associa as noções de legitimidade e competência, atribuídas pelas comunidades ao trabalho policial. Sustenta a hipótese da cooperação, motivada pela competência.

(continuação)

Categoria	Referência	Título	Síntese
Artigos (SciELO/Wos)	(Arthur et al., 2017)	Habilidades psicológicas e “the Paras”: os efeitos indiretos das habilidades psicológicas na resistência	Avaliação acerca de habilidades psicológicas sobre a resistência militar, em relação ao condicionamento físico em amostra de paraquedistas britânicos.
	(Alalehto; Larsson, 2016)	Medindo a confiança na polícia por fatores contextuais e individuais	Analisa as relações entre a justiça processual, a competência policial e a confiança nas forças policiais.
	(Manomenidis; Panagopoulou; Montgomery, 2016)	O ‘modelo ligar-desligar’: Estratégias utilizadas pelos enfermeiros para preparar mentalmente e desligar do trabalho: Modelo ligar-desligar	Analisa estratégias de preparo mental utilizadas por enfermeiros nas mudanças de engajamento em suas atividades laborais.
	(Gilbar; Ben-Zur; Lubin, 2010)	Enfrentamento, domínio, avaliações de estresse, preparação mental e coesão da unidade prevendo sofrimento e desempenho: um estudo longitudinal de soldados realizando tarefas de evacuação	Associa variáveis psicológicas em soldados submetidos ao estresse da evacuação de civis em Israel, na faixa de Gaza.
	(Vassilopoulos, 2008)	Estratégias de enfrentamento e processamento antecipatório em indivíduos com alta e baixa ansiedade social	Investiga as respostas em repouso à ansiedade social antecipatória e à distração.
	(Jennings; Van Der Molen, 2005)	Preparação para Ação Acelerada como Conceito Psicofisiológico.	Revisa as relações entre preparo mental, desempenho e mudanças fisiológicas.
	(Fielding, 1984)	Socialização Policial e Competência Policial	Indica as principais competências que orientam o trabalho policial.

Categoria	Referência	Título	Síntese
Artigos (SciELO/Wos)	(Weinberg; Chan; Jackson, 1983)	Estratégias de preparação mental e desempenho: uma combinação de técnicas é melhor do que uma única técnica?	Analisa a aplicação de estratégias de preparação mental na realização de tarefas desportivas.
Projeto pedagógico	(UniPRF, 2022a)	CURSO DE FORMAÇÃO POLICIAL - CFP2022.1	Projeto Político Pedagógico do CFP, aplicado no primeiro semestre de 2022 pela UniPRF
Planos de ensino/disciplina	(CFP2022 + sigla da disciplina)	18 documentos diferentes	Contém as justificativas, competências a desenvolver, conteúdo programático, metodologia, recursos, avaliação e bibliografia recomendada para cada disciplina do CFP2022.
Planos de aula	(sigla da disciplina + número da aula)	42 documentos	Foram selecionadas as disciplinas intituladas Uso Diferenciado da Força (UDF) e Princípios Básicos para a Saúde (PBS), como paradigma de ensino orientado para o preparo mental pela UniPRF. Além destas, outras disciplinas que abordavam a temática emergiram durante as buscas por radicais e leitura flutuante e foram incluídas.

FONTE: Asinelli-Luz; Rapetti (2023)

Como pode ser observado, há uma escassez de fontes diretamente ligadas ao problema em questão. Dessa forma, os elementos resultantes do levantamento bibliográfico evidenciam a urgência de estudos que possam subsidiar a formação dos novos policiais no desenvolvimento das competências necessárias para o desempenho laboral mais íntegro e humanizado, de maneira a favorecer o preparo para a tomada assertiva de decisões.

### 2.5.2 Coleta de dados documentais

Os dados documentais estão disponíveis na base de dados da UniPRF, uma vez que são registros produzidos pela instituição antes e durante os Cursos de Formação Policial (CFP). Como se trata de uma ação educativa formal, o projeto pedagógico, planos de ensino e de aula fornecem um agregado do que foi tentado para a formação dos novos profissionais.

Não obstante, diversos outros documentos são produzidos ao longo de eventos como esse. Pode-se perceber, portanto, que há vasto material disponível para

análise. Devido ao agregado de informações são utilizadas duas formas para coleta e classificação dos documentos. A primeira é a leitura flutuante e a segunda é a Revisão Sistemática, com uso da mineração de texto com apoio tecnológico através de *software* específico.

Associada à análise de conteúdo (Bardin, 2000), a mineração de texto permite que categorias emergjam a partir dos dados com menor viés humano. Essa técnica admite que seja tratada uma quantidade de dados inimaginavelmente superior ao que a leitura humana seria capaz. Outra vantagem é que a máquina não apresenta diferença significativa no tratamento de um texto para outro, como os humanos poderiam fazer, por exemplo, pela incidência de cansaço, variação de humor, subjetividade e tantos outros fatores incontroláveis de enviesamento interpretativo.

A tecnologia possibilita, portanto, que o pesquisador extraia informação significativa de forma mais objetiva, minimizando a incidência de vieses na revisão de conteúdo. Entretanto, temos a consciência de que o computador não consegue – pelo menos ainda – interpretar e analisar pequenas nuances e substituir a psiquê humana. No intento de minimizar essa dificuldade, a leitura flutuante funciona como elemento de balanceamento e conformação dos processos de revisão e análise.

### 3 ANÁLISE DE CONTEÚDO

Nesta fase da pesquisa, foi utilizada uma abordagem analítica fundamentada em Bardin (2000). Ela visa organizar, codificar, categorizar, inferir e tratar os textos e documentos apropriados durante as fases de coleta, seleção e classificação dos documentos.

#### 3.1 ORGANIZAÇÃO

Como apontado no capítulo anterior, os documentos revisados estão classificados em livros, artigos, projeto pedagógico, planos de ensino e de aula. Para que os aspectos mais relevantes dos registros sejam contemplados pela análise, a organização busca definir uma sequência analítica e fomentar a precisão da pesquisa. Na proposta original da análise de conteúdo, Bardin (2000) propôs o uso de hipóteses, como afirmações provisórias, ou suposições, que a pesquisa busca confirmar, ou refutar, visto que ela elaborou um roteiro com base em estudos quantitativos.

Todavia, esta pesquisa, como já exposto, é qualitativa, de cunho exploratório. Nesse sentido, ressalta-se que a pesquisa qualitativa se preocupa com o nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, de motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes (Minayo, 2014). Por isso, entende-se que a presente pesquisa não apresenta hipóteses, mas pressupostos teóricos, pois se baseia em descrições e interpretações da realidade analisada.

Os objetivos de pesquisa foram anteriormente definidos na introdução, de forma que resta a formulação dos pressupostos para auxiliar na resolução do problema de pesquisa e definir a maneira pela qual os mesmos podem ser considerados como atingidos. Assim, para solucionar o problema de como as competências para o preparo mental dos policiais rodoviários federais são desenvolvidas no processo de formação profissional, são apresentados os seguintes pressupostos:

- P1 – A UniPRF desenvolve ações pedagógicas no sentido de contribuir para o preparo mental dos alunos em formação profissional.
- P2 – As ações pedagógicas da UniPRF orientadas para o preparo mental constam nos documentos pedagógicos do CFP.

- P3 as ações previstas nos documentos pedagógicos se materializam em práticas de ensino voltadas para o preparo mental na UniPRF.

Quanto aos indicadores<sup>4</sup> necessários para avaliar a eficácia desta pesquisa em atingir seus objetivos, foram adotados três requisitos, referentes aos objetivos específicos da pesquisa. O indicador geral de sucesso da pesquisa é a identificação da presença, ou da ausência de fatores que intentam contribuir para o preparo mental e para o desenvolvimento de competências policiais nos documentos pedagógicos analisados.

Os indicadores específicos de sucesso da pesquisa são:

- Identificação de fatores reconhecidos na literatura e associados à promoção do preparo mental.
- Exposição nos documentos pedagógicos de relações reconhecidas na literatura entre competências policiais e preparo mental.
- Cotejamento entre os fatores de preparo mental e competências policiais encontrados na literatura e aqueles destacados na documentação pedagógica da UniPRF.

A definição dos pressupostos e indicadores de resultado é vantajosa, pois permite que os avanços da pesquisa sejam evidenciados. Além disso, orientam a sistematização da leitura, de forma a minimizar desvios de interpretação e vieses do pesquisador.

### 3.2 CODIFICAÇÃO

A codificação, conforme Bardin (2000), é uma forma de tratar dados brutos, convertendo-os em unidades analíticas que permitem a interpretação e síntese, representando o conteúdo de forma sistemática. A autora recomenda três fatores para a codificação: recorte (unidades de análise); enumeração (regras de classificação); e categorização (agregação). As unidades de análise já foram definidas a partir dos registros, coletados, elencados nas categorias de documentos, a saber: livros, artigos, projeto pedagógico, planos de ensino e planos de aula.

---

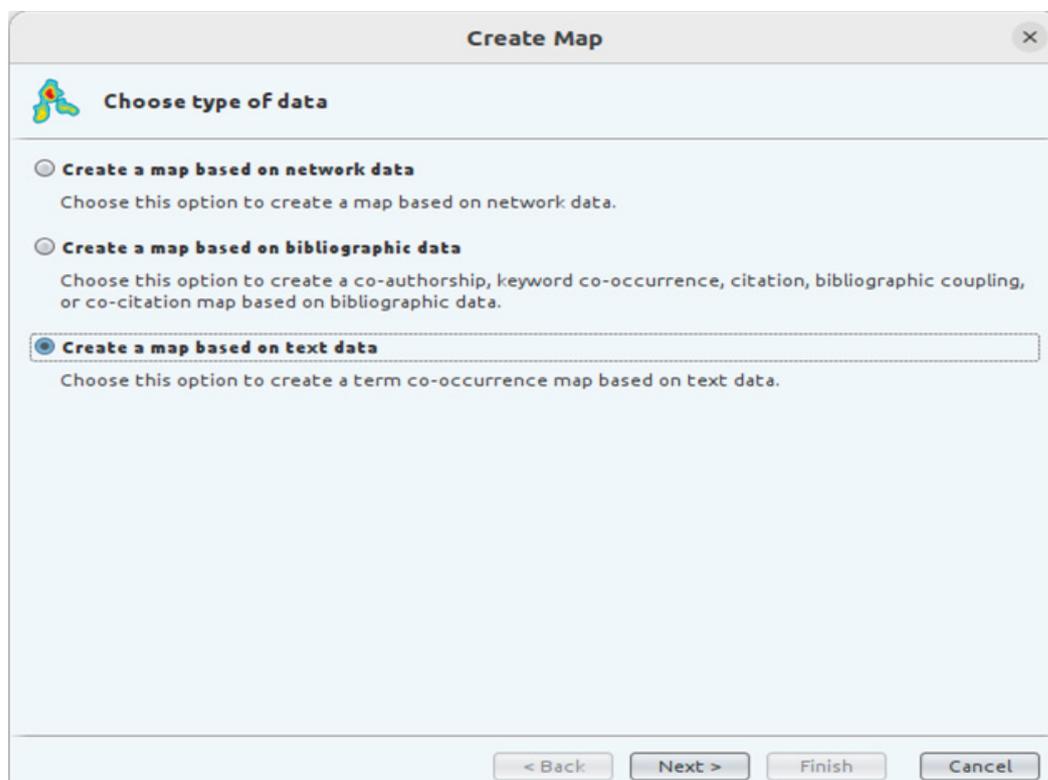
<sup>4</sup>Os indicadores utilizados partirão de menções explícitas de uma terminologia no texto analisado (Bardin, 2000, p. 100).

A enumeração dos conteúdos, por relevância, seguirá a seguinte hierarquia conceitual: 1 (maior hierarquia) = preparo mental; 2 = competência policial; 3 = planejamento pedagógico. A agregação dos resultados se deu por categorias semânticas, ou seja, conforme os temas foram destacados na leitura e análise automatizada dos documentos.

### 3.3 TRATAMENTO INFORMÁTICO

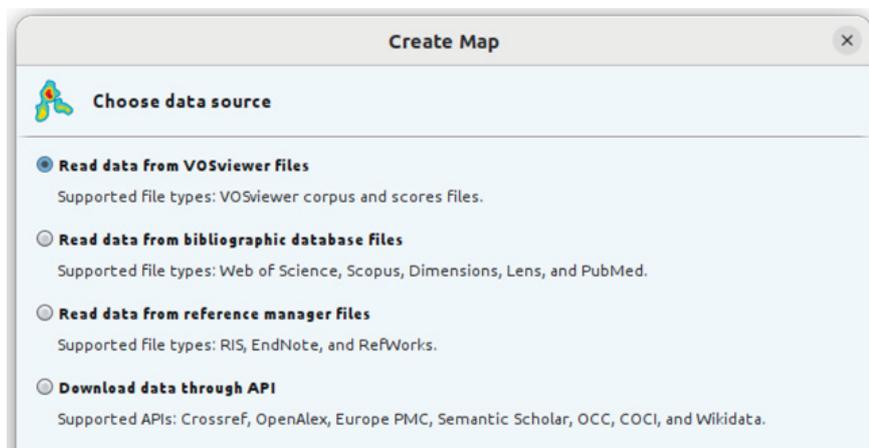
Para destacar as categorias de interesse dentro do conjunto de dados selecionados para análise, foi realizado o tratamento semântico dos textos, através de revisão sistemática automatizada pelo *software* VOSviewer. Para tanto, os títulos e resumos dos livros e artigos foram compilados em um único arquivo de texto simples e submetidos à revisão automática, corroborada por leitura flutuante. Os passos de inserção dos dados no *software* para agrupamento das categorias e formulação do mapa mental estão registrados nas FIGURAS 3 a 9:

FIGURA 3 – ESCOLHA DA FONTE DE DADOS



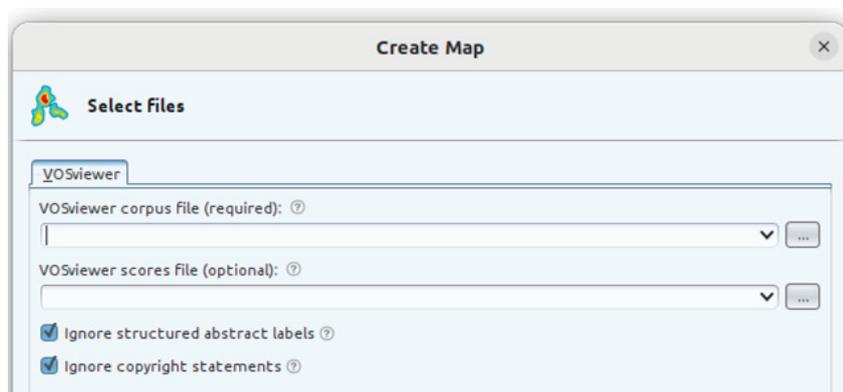
FONTE: Software VOSviewer (Universidade de Leiden, 2023<sup>a</sup>)

FIGURA 4 – ESCOLHA DO TIPO DE ARQUIVO



FONTE: Software VOSviewer (Universidade de Leiden, 2023)

FIGURA 5 – LOCALIZAÇÃO DO ARQUIVO



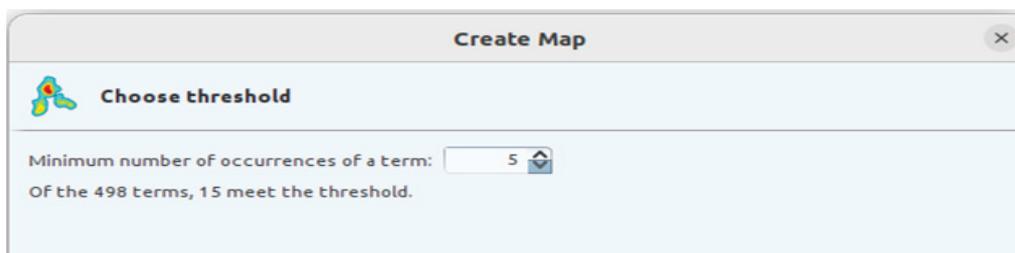
FONTE: Software VOSviewer (Universidade de Leiden, 2023)

FIGURA 6 – MÉTODO DE CÁLCULO



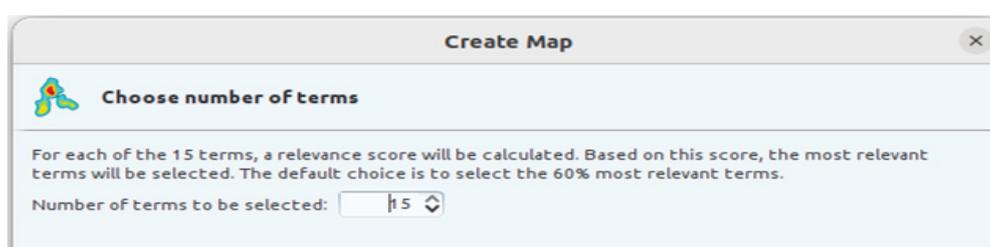
FONTE: Software VOSviewer (Universidade de Leiden, 2023)

FIGURA 7 – NÚMERO MÍNIMO DE OCORRÊNCIAS DE CADA TERMO



FONTE: Software VOSviewer (Universidade de Leiden, 2023)

FIGURA 8 – NÚMERO DE TERMOS RELEVANTES



FONTE: Software VOSviewer (Universidade de Leiden, 2023)

FIGURA 9 – SELEÇÃO DE TERMOS RELEVANTES

The screenshot shows a window titled 'Create Map' with a close button in the top right. Below the title bar is a header with a small icon and the text 'Verify selected terms'. Below the header is a table with the following data:

Selected	Term	Occurrences	Relevance
<input checked="" type="checkbox"/>	strategy	14	1.58
<input checked="" type="checkbox"/>	resilience	6	1.57
<input checked="" type="checkbox"/>	perception	5	1.57
<input checked="" type="checkbox"/>	corruption	5	1.52
<input checked="" type="checkbox"/>	police legitimacy	5	1.46
<input type="checkbox"/>	subject	5	1.35
<input checked="" type="checkbox"/>	violence	9	1.23
<input checked="" type="checkbox"/>	police	6	1.19
<input checked="" type="checkbox"/>	switch	9	1.07
<input checked="" type="checkbox"/>	difficulty	6	0.68
<input type="checkbox"/>	level	7	0.67
<input checked="" type="checkbox"/>	shift	12	0.61
<input checked="" type="checkbox"/>	mental preparation	10	0.22
<input type="checkbox"/>	data	7	0.19
<input type="checkbox"/>	study	17	0.09

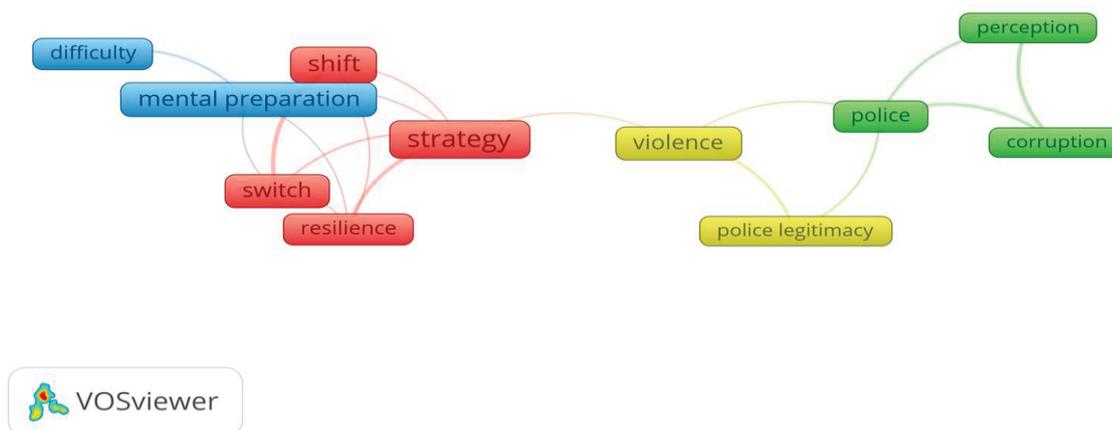
FONTE: Software VOSviewer (Universidade de Leiden, 2023)

Os passos determinantes para a classificação de relevância, seleção dos termos e agregamento automatizados das categorias de pesquisa estão representados nas FIGURAS 7, 8 e 9. Nesses passos, define-se a quantidade mínima de ocorrências para um termo ser considerado relevante para a análise. Nesse caso, foi considerado o mínimo de cinco ocorrências (FIGURA 7) de um termo para que

entrasse no cálculo de relevância semântica. Além disto, é preciso definir a quantidade de termos a serem destacados na análise, dentre os mais relevantes.

Foram selecionados inicialmente os 15 termos com maior score de relevância (FIGURA 8) e, posteriormente, foram descartados da análise os termos “*subject*”; “*level*”; “*data*”; e “*study*” (FIGURA 9), por serem muito genéricos e com pouca pertinência para o problema de pesquisa. A análise semântica automatizada, orientada por fator de relevância dos termos, foi aplicada simultaneamente aos resumos e títulos dos livros, assim como dos artigos destacados na revisão sistemática da literatura. Ao final do processo, o *VOSviewer* apontou 11 termos (FIGURA 10) em quatro agrupamentos, que foram considerados como categorias agregadoras para a fase de categorização da pesquisa. (FIGURA 11).

FIGURA 10 – MAPA MENTAL COM OS TERMOS SELECIONADOS NA REVISÃO SISTEMÁTICA

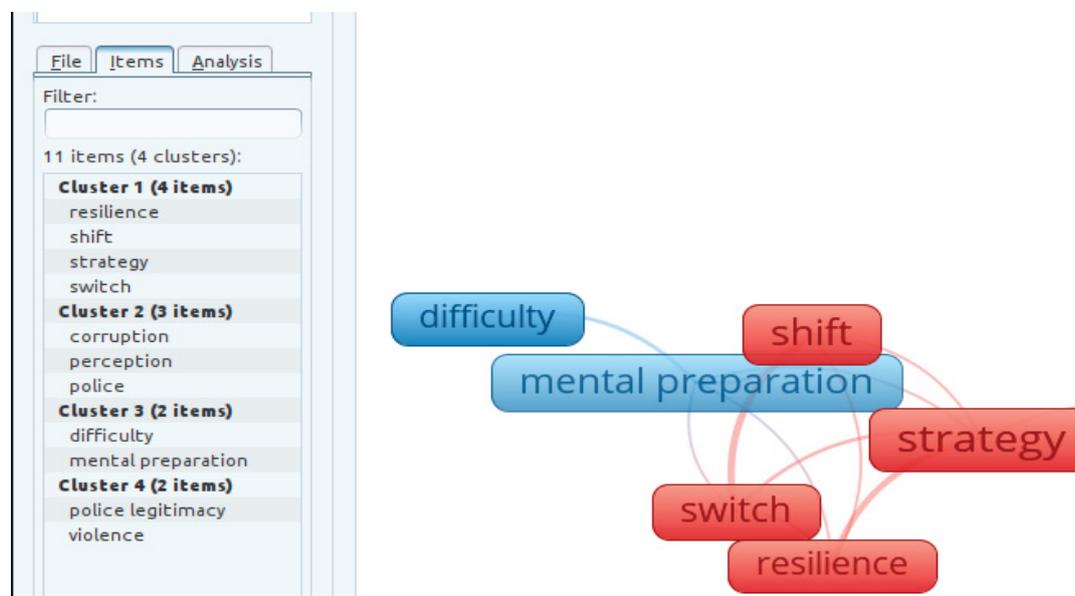


FONTE: Software VOSviewer (Universidade de Leiden, 2023)

O agrupamento (*cluster*) com maior fator de relevância é encabeçado por um termo bastante significativo para a resolução do problema de pesquisa “*resilience*” (resiliência), seguido pelos termos “*shift*” (mudança); “*strategy*” (estratégia); e “*switch*” (troca). O segundo agrupamento, em ordem de relevância, evidencia os termos “*corruption*”; “*perception*”; e “*police*” (corrupção, percepção e polícia). O terceiro agrupamento associa os termos “*difficulty*” (dificuldade) e “*mental preparation*” (preparação mental). O quarto e último agrupamento de termos, apontado pelo *software* VOSviewer a partir dos dados selecionados, indica uma associação entre os termos “*police legitimacy*” e “*violence*”, ou seja, legitimidade policial e violência. A

FIGURA 11 representa a interface gráfica de apresentação dos agrupamentos por relevância.

FIGURA 11 – AGRUPAMENTOS SEMÂNTICOS



FONTE: Software VOSviewer (Universidade de Leiden, 2023)

O tratamento informático dos dados selecionados apontou um conjunto de conceitos para fomentar a análise de conteúdo fundamentada em evidências. A partir dessa prática, as fases de categorização e inferência podem ser orientadas por meio dos conceitos apontados como mais relevantes pela análise semântica automatizada.

### 3.4 CATEGORIZAÇÃO

Na fase de categorização, busca-se classificar os elementos por segmentação e reagrupamento por gênero (Bardin, 2000, p. 117). A partir dos resultados da análise automatizada, foi possível associar o nível de relevância 1 (preparo mental) ao termo *difficuldade* e propor a primeira categoria de pesquisa: **difficultades no preparo mental de policiais**, abordada no próximo tópico.

O segundo nível de categorias – **competências policiais** – foi agregado a partir das categorias compostas pelos conceitos de *resiliência na troca de estratégias*; *percepção policial da corrupção*; *legitimidade policial e violência*. O terceiro nível de categorias – **planejamento pedagógico** – não encontra respaldo na revisão sistemática, requerendo outros recursos documentais para análise. Este achado

corroborar o pressuposto acerca da escassez de pesquisas educacionais no âmbito da formação policial. Essas três categorias de trabalho orientam a exposição temática da análise a fim de que, ao final de cada tópico, os conceitos evidenciados possam condensar o conteúdo em uma proposição representativa dos registros por meio de análise estrutural dos documentos (Bardin, 2000).

### 3.5 DIFICULDADES NO PREPARO MENTAL DE POLICIAIS

Nos últimos anos, diante das incertezas, dos desafios e das mudanças nos valores da sociedade, a qualidade de vida do policial rodoviário federal se apresenta em estado crítico, uma vez que há um sensível aumento de estressores tomando parte do dia a dia na atividade policial. Isso se origina na busca por cumprir o objetivo principal da PRF: reduzir a violência no trânsito nas rodovias federais, garantindo a segurança dos cidadãos que nela transitam. Com o passar dos anos, a PRF tem sido demandada, cada vez mais, a atuar na prevenção e repressão da criminalidade: furtos, roubos, tráfico de drogas e armas, contrabando, descaminho e demais crimes previstos em leis.

Trata-se de um processo de sucessivas mudanças paradigmáticas em relação às atividades policiais contra o crime organizado, ao mesmo tempo em que os policiais precisam manter a atenção para as demandas específicas dos usuários das rodovias federais. Conseqüentemente, a dinâmica da relação entre o profissional e o cenário que enfrenta no ambiente de trabalho, com suas peculiaridades, afetam o estado de saúde, física e mental, desses profissionais, bem como a capacidade de ação e reação deles em situações diversas. A própria característica da profissão policial já estabelece uma relação muito mais forte com o risco, em detrimento da proteção da própria vida. Em relação à exposição ao risco, considera-se que:

Os policiais constituem uma categoria de servidores públicos para quem o risco não é mero acidente, mas desempenha papel estruturante das condições laborais, ambientais e relacionais. Esses profissionais têm consciência de que perigo e audácia são inerentes aos atributos de suas atividades. Seus corpos estão permanentemente expostos e seus espíritos não descansam (Minayo; Souza; Constantino, 2007, p. 287).

Esse alerta de Minayo (2007) tem chamado a atenção dos próprios policiais rodoviários federais e de pesquisadores em diferentes pontos do Brasil. Eles

empreenderam estudos que comprovam o crescente índice de insalubridade ao qual os policiais estão expostos.

No Rio Grande do Sul, Freitas *et al.* (2013) avaliaram os índices de estresse, *coping* e síndrome de burnout. Os participantes foram 52 policiais rodoviários federais, que estavam lotados naquela superintendência. Os resultados da amostragem evidenciaram que 26,92% do público entrevistado estava em alto estresse. “Isso indica que este valor pode ser considerado muito alto, significando que a cada dez policiais em serviço, pelo menos dois deles estão em alto estresse.” (Freitas *et al.*, 2013, p. 57).

Quanto ao Burnout, conforme as medidas descritivas de *Maslach Burnout Inventory* (MBI), apresentaram índices baixos para a realização profissional; indicador de baixa autoestima, preditivo de uma tendência de o trabalhador tornar-se insatisfeito com as suas atividades laborais. Um estudo, realizado pelo PRF Martins (2020) investigou as correlações das causas de morte com fatores de risco e vitimizações fatais de PRFs, entre os anos de 2007 e 2016. Nesse levantamento, num total de 75 vitimizações fatais, 50 (67%) foram por acidentes de trânsito.

Outro dado alarmante foi o índice de suicídios, com 11 mortes em 10 anos, que representou 14,67% do total. Em janeiro de 2020, o mesmo policial apresentou dados atualizados da pesquisa. Lamentavelmente, o índice de vitimizações por suicídio aumentou para 21,74% quando analisado o período de 2007 a 2020.

Em outro trabalho, Oliveira (2017) empreendeu uma pesquisa de mestrado, pela Faculdade de Medicina da USP, na qual foi analisada uma amostra probabilística (n=220) de policiais. O objetivo era investigar a prevalência de estresse relacionada às atividades profissionais daquele grupo, além de identificar as prevalências de transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), de estresse ocupacional e dos sintomas de Síndrome de Burnout. Alguns dos resultados indicam o seguinte:

A prevalência de TEPT ocorreu em 25,4% (IC95% = 19,3-31,4) da amostra, sem a predominância entre as subescalas. A prevalência de sintomas de estresse ocupacional afetou 35,2% (IC95% = 28,5-41,8) dos policiais participantes do presente estudo. Não houve registro na amostra referente à Síndrome de Burnout.

[...] há indícios que processos penais e o longo tempo de carreira podem exercer influência como fatores de risco. Em última análise, a combinação dos resultados aqui apresentados sugere indícios do adoecimento— em curso— desta população em função dos elevados índices de prevalência dos sintomas de estresse, sintomas de TEPT e estresse ocupacional. (Oliveira, 2017, p. XVII).

Tais estudos evidenciam a importância de observar que esse ambiente altamente estressante e de incertezas impacta diretamente no processo de tomada de decisão dos policiais durante o atendimento de ocorrências. Mostra-se impossível a separação entre o racional e o emocional, o particular e o estritamente profissional. Trata-se de uma evidência de que todo ser humano deve ser interpretado em sua totalidade e, portanto, essa integralidade precisa ser considerada na formação e desenvolvimento humano e profissional dos policiais.

Outro fator relevante, em relação ao preparo mental dos policiais, é a necessidade de interação com os cidadãos, que se dá, geralmente, através de abordagens. As características dessas ações variam imensamente devido aos mais diversos motivos, como: tipo de veículos, local da abordagem, indícios ou não de cometimento de crime e condições ambientais (meteorológicas, luminosidade, ruídos etc.)

Dessa forma, costuma-se inferir que nenhuma abordagem é como outra anterior, pois essas diversas nuances variam em maior ou menor grau e podem influenciar no desfecho da ação policial. Bittner (2003, p. 136) afirma que “[...] o papel da polícia é enfrentar todos os tipos de problemas humanos quando suas soluções tenham a possibilidade de exigir uso da força no momento em que estejam ocorrendo”. Segundo ele, o trabalho policial é relacionado ao risco, ao perigo, à violência, ao domínio do caos, à incerteza e ao desespero.

Uma vez que a maior parte do trabalho policial é realizada por duplas, os policiais dependem principalmente de seus próprios conhecimentos, habilidades, julgamentos e devem estar preparados para terminar o que começaram por si mesmos. Conforme o autor:

Em seu trabalho do dia a dia, os policiais frequentemente lidam com assuntos em relação aos quais outras pessoas respondem com medo, raiva ou repugnância. Poder-se-ia dizer que o trabalho policial consiste em proceder metodicamente nas ocasiões em que a norma seria ter uma reação impulsiva. (Bittner, 2003, p. 270).

Nesse contexto, os policiais devem estar vigilantes e observar os elementos que os cercam, a todo tempo. Entretanto, como ensina Morin (2010):

Todas as percepções são, ao mesmo tempo, traduções e reconstruções cerebrais com base em estímulos ou sinais captados e codificados pelos sentidos. Daí resultam, sabemos bem, os inúmeros erros de percepção que

nos vêm de nosso sentido mais confiável, o da visão. Ao erro de percepção acrescenta-se o erro intelectual. (Morin, 2010, p. 20)

Considerando-se as recorrentes falhas de percepção, às quais todos estão sujeitos, faz-se necessário que o policial desenvolva senso crítico e aprimore sua consciência situacional, definida por Albrecht (2006, p. 26) como sendo “[...] uma espécie de ‘radar social’ ou habilidade de ‘ler’ situações e interpretar os comportamentos das pessoas em tais momentos, em termos de suas possíveis intenções, estados emocionais e propensão a interagir”.

Estudos apontam que a maioria dos acidentes e incidentes em sistemas dinâmicos e complexos que envolvem interação humana estão relacionados, em maior ou menor grau, ao erro humano. Baker e McCafferty (2005) demonstram que 80 a 85% de acidentes marítimos se devem a erros humanos. Anteriormente, Grech, Horberry e Smith (2002) concluíram que a falta de consciência situacional foi a causa de 71% dos acidentes marítimos que envolviam erro humano. Stratmann e Boll (2016), por sua vez, analisaram mais de quinhentos relatórios de acidentes marítimos e chegaram à conclusão similar, atribuindo grande parte dos resultados às falhas de consciência situacional.

Endsley e Garland (2000, p. 357), pioneiros no estudo da relação entre consciência situacional e erro humano, descobriram que 88% dos acidentes envolvendo grandes linhas aéreas que tinham relação com erro humano “poderiam ser atribuídos a problemas com a consciência situacional em oposição a problemas de tomada de decisão ou habilidades de voo”.

Percebe-se, então, que tão importante quanto o desenvolvimento de competências técnicas, é também o aprimoramento de competências comportamentais, que facilitem e tornem mais fluido o processo de tomada de decisão, a fim de que esse processo seja compatível com a situação (independentemente da gravidade ou letalidade que se apresente). É sabido que muitas das atividades policiais envolvem diretamente respostas fisiológicas saudáveis, de forma que a associação entre resultados de estudos com esportistas e as demandas profissionais do policiamento rodoviário podem indicar um caminho para a investigação.

Yalcin; Araz e Talaghir (2021), ao analisar a capacidade de respostas em desportistas amadores, encontraram correlação positiva entre o estado de prontidão mental e a capacidade de regulação emocional. Para os autores, quanto mais

preparados mentalmente os esportistas, melhor sua capacidade de regulação emocional (calma) e, conseqüentemente, melhores são os resultados observados (número de gols por partida). Infere-se, a partir de tais constatações, que a **capacidade de regulação emocional**, assim como a **consciência situacional** sirvam como indicadores do condicionamento para a atividade policial, além de apontarem caminhos para reduzir as dificuldades de preparo mental e orientar o planejamento pedagógico na formação policial.

Tais dificuldades e nuances indicam a necessidade de compreender que a ação policial é um sistema dinâmico e complexo, podendo ser analisada mais proveitosamente sob a ótica da Teoria da Complexidade. Atividades complexas, como aviação, enfermagem e pilotagem marítima possuem características comuns ao exercício do policiamento rodoviário, da mesma forma que estão associadas a riscos profissionais inerentes à realização de análises situacionais incorretas e à urgência de tempo para a tomada de decisão.

### 3.5.1 Da complexidade

De acordo com Capra (2000), configura-se um sistema quando dois ou mais componentes interagem e se relacionam, sendo considerado dinâmico quando seus componentes afetam ou modificam uns aos outros ao longo do tempo. Para o entendimento do funcionamento de sistemas humanos, o autor assevera que:

Os sistemas vivos são totalidades integradas cujas propriedades não podem ser reduzidas às de partes menores. Suas propriedades essenciais, ou 'sistêmica', são propriedades do todo, que nenhuma das partes possui. Elas surgem das 'relações de organização' das partes — isto é, de uma configuração de relações ordenadas que é característica dessa determinada classe de organismos ou sistemas. As propriedades sistêmicas são destruídas quando um sistema é dissecado em elementos isolados (Capra, 2000, p. 34).

As propriedades das partes em um sistema complexo podem ser entendidas como emergentes ou não intrínsecas, de forma que são percebidas em função do seu relacionamento com o todo (Capra, 2000). Podem-se buscar as bases da origem da Teoria dos Sistemas ainda na década de 1930, com as contribuições no ramo da biologia, por Bertalanffy (1989), que formulou uma Teoria Geral de Sistemas,

popularizada no ramo das organizações por Katz e Kahn (1966) no livro “Psicologia Social das Organizações”.

Outras contribuições vieram também da matemática, por meio da chamada teoria dos grafos<sup>5</sup> e, mais recentemente, do avanço da computação (que permite a análise de muitos dados e variáveis simultaneamente). Isso favoreceu a descrição e interpretação de sistemas complexos, tais como a mente humana, redes neurais, informáticas e afins. Na Teoria Geral de Sistemas, por exemplo, são consideradas as trocas de entropia (desordem), fundamentadas na segunda lei da termodinâmica<sup>6</sup>, para explicar os processos interativos e interagentes das partes, que são orientados para um fim comum, a homeostase (equilíbrio dinâmico) do sistema (Bertalanffy, 1989).

Diante do cenário atual, o paradigma reducionista analítico, focado em processos lineares do tipo insumo – produto; sujeito – objeto, não mais alcançam explicações satisfatórias para a realidade epistêmica contemporânea, de forma que a teoria da complexidade surgiu como resposta para modelar sistemas dinâmicos e complexos (Morin, 2010). Atualmente utilizada não apenas na ciência, mas também na engenharia, gestão de empresas, aviação e psicologia, a complexidade é empregada para compreensão de sistemas compostos por múltiplas partes que são interdependentes e interconectadas, as quais operam de forma não linear e fazem emergir novas realidades a partir dessas interações (Lukosevicius; Marchisotti; Soares, 2017).

Por essas características, não há consenso sobre a definição exata de um sistema complexo. De modo geral, pode-se perceber que os sistemas complexos são reduzidos como conjuntos de elementos relacionados e organizados, de forma que, na totalidade, o sistema tenha uma aparência de resultado, que não se encontram em cada parte individualmente.

Por ser bastante ampla, a teoria da complexidade possui diversas características que variam, a depender dos autores, mas algumas podem ser

---

<sup>5</sup>A teoria dos grafos é estuda estruturas formadas por vértices (ou nós) e arestas (ou linhas) que conectam esses vértices. Esta teoria tem suas raízes no século XVIII, quando Leonhard Euler desenvolveu a primeira teoria dos grafos. Desde então, ela se desenvolveu rapidamente e tem sido usada em várias áreas, incluindo ciência da computação, física, biologia, engenharia e economia (Müller; Baier, 2021).

<sup>6</sup>A entropia, definida como a medida de desordem ou aleatoriedade em um sistema, tende a aumentar até atingir o equilíbrio devido à probabilidade estatística dos arranjos microscópicos das partículas que compõem o sistema (Callen, 1959).

identificadas como comuns, que são a não-linearidade, a auto-organização e a adaptabilidade. Essa adaptação pode vir da capacidade para variedade de respostas a fenômenos diferentes, visto que os sistemas complexos são usualmente heterogêneos e com alto nível de diversidade. Um bom exemplo disso são as sociedades multiculturais e os ecossistemas, que não possuem coordenação centralizada (Ruthen, 1993).

Os sistemas complexos se desenvolvem em macro escala por um processo de evolução dos elementos que os compõem através de sistemas adaptativos em relação ao supersistema em que estão inseridos. A não-linearidade remete à dificuldade de previsibilidade de resultados futuros a longo prazo, pois a dinamicidade com que os elementos interagem pode, mesmo na menor escala, provocar reações muito diferentes ao longo do tempo.

Assim, cada parte pode ter papel preponderante no desfecho das ações. Por isto, em contraste ao pensamento mecanicista cartesiano, entende-se no contexto da complexidade, assim como no pensamento aristotélico, que o todo é maior que a simples soma das partes (Polito, 2015, p. 7). Desse modo, não se pode aferir o todo com base apenas na leitura das partes isoladamente, pois são justamente nas interações que há emergência de novos padrões e o número de relações entre elementos pode crescer exponencialmente e em combinações muito diversas.

A auto-organização não possui uma definição simples e rigorosa *a priori*. Trata-se da ideia de que a coordenação global de um sistema complexo pode ser o produto resultante das interações locais, o que confere a cada elemento do sistema uma importância própria na organização do todo. Em tal contexto, é a capacidade do sistema de organizar-se a partir dos seus próprios elementos e de suas interações, não necessitando, dessa forma, da intervenção de nenhum agente externo. Concordamos com o professor Debrun (1996), no sentido de que, em síntese, os processos auto-organizados possuem uma história. Esta, por sua vez, não se caracteriza pelo desenvolvimento de uma conformação prévia, mas se forma através de um processo.

Num estudo mais recente, Siegenfeld e Bar-Yam (2019) sugerem que as relações das partes em um sistema podem fazer emergir em larga escala comportamentos e padrões auto-organizados, que não surgem de controle externo ou centralizado, mas de forma autônoma das interações dos componentes do sistema.

Não são, portanto, regras globais que regem todo o sistema, mas sim regras locais que dão origem a uma organização emergente.

### 3.5.2 Da mente

Esta pesquisa, por sua natureza, não tem o objetivo de discutir a temática da mente sob a ótica da Psicologia propriamente, mas sim sob o enfoque da área da Educação, mais especificamente relacionada à cognição, aprendizagem e desenvolvimento humano. Entretanto, por considerarmos a mente como um sistema complexo e entendermos tal abordagem como adequada para a análise dos fenômenos mentais, faz-se necessário delimitar a referência a essa terminologia.

Há, naturalmente, diversas abordagens sobre que tipos de entidades podem ser apontadas com o termo mente. Na Psicologia, há pelo menos duas perspectivas bastante influentes na atualidade, quais sejam: a desenvolvimentista e a cognitivista, utilizadas para tratar da Teoria da Mente, disciplina dedicada principalmente ao entendimento sobre o desenvolvimento dos estados mentais.

A mente pode ser identificada com aquele aspecto privativo do sujeito, inerente à existência individual e que se desenvolve na interação sensorial, intuitiva e intencional com o meio (Jou; Sperb, 1999). Nessa perspectiva, trata-se de um amálgama de relações decorrentes da interação entre o sujeito e o mundo, interação esta que promove a evolução dos processos mentais. Por essa razão, essa teoria é identificada como desenvolvimentista.

Outra possibilidade de entendimento parte dos estudos sobre cognição em animais, iniciados na primeira metade do século XX. Neste caso, a chave para identificar uma entidade mental é a sua capacidade de interpretar e reconhecer as intenções (propósitos) de um agente humano. Nessa visão, resta claro que animais, assim como humanos, possuem uma mente capaz de interagir com o conhecimento que produzem a partir da observação e interpretação do comportamento de outrem (Jou; Sperb, 1999).

A própria mente é caracterizada como um tipo de **habilidade, ou competência relacional**, que fundamenta todas as demais competências em humanos. Rigorosamente, uma capacidade de interpretação e, portanto, o **resultado de um processo cognitivo**. Trata-se de um sistema complexo, interativo e interagente em relação ao meio, no qual os processos não ocorrem isoladamente,

mas em um sistema de relações contextuais que se assemelham a um resultado em permanente mudança devido à emergência de novos estímulos.

A teoria cognitivista se concentra na forma como as pessoas pensam, processam e organizam informações mentais. O comportamento humano, nesta perspectiva, é resultado da cognição, ou seja, dos processos mentais que ocorrem internamente. Esta teoria se concentra em como as pessoas adquirem, usam e retêm informações, incluindo processos como percepção, atenção, memória, raciocínio, tomada de decisões e resolução de problemas (Lakomy, 2008).

A principal diferença entre a teoria desenvolvimentista e a teoria cognitivista, portanto, é que a primeira se concentra na evolução dos processos mentais ao longo do tempo, enquanto a última é dedicada às competências relacionais que levam à cognição e à forma como as pessoas processam informações mentais em tais interações. Uma vez que se trata, nesta pesquisa, da aplicação da teoria do ensino por competências em um caso específico – competências policiais desenvolvidas em sujeitos com personalidade previamente consolidada –, a abordagem cognitivista se mostra mais adequada para as análises que seguem, visto que foca nas propriedades relacionais de estados mentais pré-determinados e nas competências a elas associadas.

### 3.5.3 Da complexidade dos fenômenos mentais

A capacidade de autorregulação emocional é uma categoria recorrente em estudos sobre psicologia clínica, principalmente nas investigações acerca de transtornos emocionais. Esta habilidade é um indicador de resiliência e pode ser definida como a manutenção e gerenciamento dos estímulos emocionais a fim de permitir ao indivíduo que atinja seus objetivos e se adapte ao convívio social. Trata-se de um processo cognitivo, no qual o sujeito orienta seus esforços de forma planejada para controlar suas reações emocionais ou, até mesmo, restringi-las completamente (Yalcin; Araz; Talaghir, 2021).

Altas habilidades de autorregulação emocional são essenciais para o gerenciamento assertivo de crises e emergências conflituosas, nas quais o uso da razão deve prevalecer mesmo quando o intuitivo seria o uso da força. Por isto, a autorregulação emocional se caracteriza como um indicador importante para a

avaliação e promoção de competências policiais, especificamente nos cursos de formação policial.

Alguns dos principais fatores de risco para a capacidade de autorregulação emocional são a falta de entendimento sobre os problemas em questão (**consciência situacional**); falta de capacidade para admitir as próprias emoções (**autoconhecimento**); e carência de estratégias alternativas para gerenciar as situações conflituosas (**conhecimento tático**) (Yalcin; Araz; Talaghir, 2021).

A consciência situacional é considerada como um dos fatores de maior criticidade em atividades de alto risco e com exigências excepcionais de atenção e pronta resposta, tais como observado na pilotagem aeronáutica. Nesse contexto, Endsley e Garland (2000, p. 357) avaliam dados acerca de urgências e emergências em pilotagem registradas nos Estados Unidos. Para os autores, os pilotos com altas habilidades em consciência situacional procuram informações críticas de forma ativa e constante, o que os torna mais aptos a perceber as mudanças nas tendências e reagir prontamente às emergências. Além disso, os pilotos com alto nível de sucesso em emergências tendem a testar e verificar a validade das próprias hipóteses por meio de novas informações.

O teste e validação de hipóteses são considerados como formas efetivas de lidar com as falsas expectativas e modelos mentais incorretos. Por essas e outras conclusões, os autores recomendam o desenvolvimento de consciência situacional como parte integrante do currículo de formação e aperfeiçoamento de pilotos de aviação.

O que levou Endsley e Garland (2000) a se dedicarem à consciência situacional foi a constatação de que o treinamento puramente técnico e procedimental não mais diminuía a ocorrência de incidentes ou acidentes. Ou seja, percebeu-se que, muito embora os pilotos estivessem tecnicamente treinados para atuar procedimentalmente na emergência, faltava a eles a tranquilidade e clareza de qual emergência estava, de fato, ocorrendo. Quase como se estivessem usando o “remédio” errado porque a “doença” havia sido equivocadamente identificada. Tais observações podem ser estendidas ao caso em estudo, dada a afinidade entre os requisitos das profissões de aviador e de policial rodoviário federal e as características de trabalho, como processo de tomada de decisão com compressão de tempo e ambiente potencialmente estressante e crítico.

O nível de educação formal também é um indicador que mostra correlação positiva com a capacidade de regulação emocional em situações de estresse associadas à segurança pública (Gilbar; Ben-Zur; Lubin, 2010). Isso se dá porque o maior tempo de educação formal influencia positivamente os fatores cognitivos associados à capacidade de preparo mental, uma vez que a mente tende a estar progressivamente municiada com uma maior quantidade de relações cognitivas, sejam percepções, conceitos, intuições etc.

O aumento do agregado mental, acelerado pela educação formal, permite potencializar o autoconhecimento, a consciência situacional e o conhecimento tático, necessários para fortalecer a resiliência mental em situações de emergência. Como visto, a partir das poucas interações aventadas, a mente se evidencia principalmente por ser um sistema vivo, dinâmico e altamente complexo, em cuja resiliência é um fator chave para a adaptação assertiva em cenários críticos. Adiante, a revisão se volta para o preparo mental e sua influência na tomada de decisões.

#### 3.5.4 Preparo Mental

Ao concebermos a mente como um complexo de relações interativas no contexto do conhecimento, parece útil a analogia com a noção de teia, uma vez que este tipo de construção se caracteriza pela complexidade de sua estrutura, assim como pela capacidade de sensibilidade aguçada em relação ao meio, quando comparada com outras estruturas arquitetônicas.

Diferentemente de uma corda, por exemplo, uma teia não é apenas tão resistente (ou resiliente, no caso de organismos) quanto a espessura de suas tramas, mas também quanto o emaranhamento e a firmeza de seus nós. Nesta analogia, um estado mental seria o resultado de uma tecitura<sup>7</sup> prévia nas interações cognitivas de cada sujeito. Seria como se cada sensação, intuição ou percepção contribuísse para a resistência do sistema com mais um nó ou uma trama a mais, que fornece suporte para o exercício da consciência na interação com o mundo.

Usa-se aqui consciência no sentido etimológico, de saber junto, considerando também a posição clássica de Brentano (2008), que orienta boa parte da psicologia

---

<sup>7</sup> TECITURA: s. f. fios que se cruzam com a urdidura. **Pequeno vocabulário ortográfico da Língua Portuguesa.** Academia Brasileira de Letras (ABL), 1999.

empírica e da fenomenologia desde o final do século XIX. Para o autor, toda consciência é orientada para o seu objeto, ou seja, é uma “consciência de”. Tal orientação do sujeito em direção ao objeto no ato de consciência é chamada de intencionalidade.

Em tal perspectiva, se cada estado mental é o resultado de uma teia sensorial de percepções previamente construídas e em permanente aprimoramento, o ato de consciência, ao dirigir-se para o mundo, imprime novos contornos na teia mental, tornando perceptível ao sujeito a eminência do contato com o mundo e, portanto, com novos estímulos e sensações, os quais alteram o estado mental anterior. Por depender das condições do meio, este novo estado mental está parcialmente fora da capacidade de controle do sujeito, colocando-o na situação de imersão que chamamos de emergência, ou seja, a ocorrência de fenômenos não intrínsecos ao sistema previamente consolidado (Capra, 2000).

No contexto da complexidade, emergência é um processo pelo qual propriedades, características ou estruturas são formadas ao se combinarem partes elementares. São essas interações sinérgicas entre as partes que adicionam ou subtraem valor ao todo organizacional e, assim, tornam o conjunto diferente do que a simples soma das partes. É imperativo, portanto, ao se estudar o preparo mental, ampliar o foco da análise para não a limitar a elementos isolados, mas também perceber a maneira pela qual essas partes estão inter-relacionadas e se auto-organizam em um todo, apresentando novas características e propriedades que emergem dessas interações (Capra, 2000).

Os fenômenos próprios da emergência são frequentemente fora de controle, mas muitos deles podem ser previstos; por isso, o estado mental anterior à emergência é relevante para determinar a competência do sujeito em lidar com as novas percepções e estímulos no seu contato com o mundo. Tal fenomenologia da emergência permite estabelecer dois estados mentais claramente distintos, sendo o primeiro no tempo aquele que chamamos de **preparo mental**.

Ele se caracteriza pelo conjunto de relações cognitivas, sensoriais e fisiológicas disponíveis à consciência para o enfrentamento assertivo das condições encontradas na realidade. O momento posterior à emergência oferece à teia mental um novo conjunto de relações, estímulos, sensações, intuições, percepções etc., os quais permitem a reação e adaptação do sujeito à nova realidade.

Quando a emergência de fenômenos não intrínsecos ao sistema prévio é conflituosa, a habilidade de recomposição do estado mental anterior é o que chamamos de **resiliência<sup>8</sup> mental**. Nota-se, pelas pesquisas consultadas, que a resiliência das propriedades cognitivas está diretamente associada principalmente à capacidade de regulação emocional (Yalcin; Araz; Talaghir, 2021); à consciência situacional (Endsley; Garland, 2000); e, no caso de atividades de segurança pública, em nível de educação formal (Gilbar; Ben-Zur; Lubin, 2010).

Na comparação entre os documentos oficiais elencados no levantamento bibliográfico e dos pressupostos, salta aos olhos o distanciamento entre as propostas paradigmáticas de parlamentares Brasileiros, expostas pelo Centro de Estudos e Debates Estratégicos sobre Segurança Pública, e as evidências acadêmicas sobre a importância do preparo mental na formação policial. Nas 350 páginas que relatam o debate parlamentar sobre a iniciativa de reforma da estrutura Brasileira de segurança pública, ocorrido em 2018, o termo “formação policial” ocorre três vezes de forma genérica e sem qualquer direcionamento específico de recursos ou encaminhamentos práticos. Tão somente na fala de Elizabete Albernaz é indicada a demanda por um “aporte mais reflexivo aos currículos” (Brasil, 2018b, p. 72) utilizados na formação policial, recomendando-se para tanto a metodologia de “estudo de caso”.

Não foi constatado no documento, que pretendia orientar a mudança paradigmática na estrutura de segurança pública Brasileira, qualquer menção próxima ao cuidado com o preparo mental de policiais em formação ou em atividade. Os termos ‘resiliência’, ‘consciência’ e ‘regulação emocional’, consequência e requisitos para o preparo mental, sequer são abordados pelos parlamentares no debate sobre o novo paradigma de segurança pública (Brasil, 2018b, p. 72).

A “Agenda de Segurança Cidadã: por um novo paradigma”, documento relatado pelo deputado Paulo Teixeira, traz um detalhado histórico do problema da violência no Brasil e está orientado a partir dos elementos estruturais, competências e instrumentos de segurança pública. Os objetivos apresentados são discutir a reestruturação dos sistemas policiais, seus problemas e alternativas, bem como as “políticas criminais” e sua implementação (Teixeira *et al.*, 2018, p. 20).

---

<sup>8</sup>Resiliência é a capacidade de um sistema resistir e se adaptar a choques externos e mudanças no seu estado interno de entropia (MCENTIRE, 2011).

Dentre outros problemas de segurança aventados anteriormente, a análise constata a enorme heterogeneidade e fragmentação das forças públicas de segurança no Brasil, cuja carência de recursos recai pesadamente sobre a qualificação de pessoal, inviabilizando “políticas coerentes de recrutamento e formação” (Teixeira *et al.*, 2018, p. 54). O documento reconhece a necessidade de desenvolver teorias e práticas orientadas para uma cultura de paz na formação de forças de segurança, as quais devem ser focadas na cidadania, entendida a partir dos valores de cooperação, solidariedade e reciprocidade.

As propostas específicas apresentadas e subscritas pelos parlamentares, em 2018 para o setor de segurança pública, visam a promoção de **comunicação não violenta, direitos humanos e mediação de conflitos**. O caminho para a implantação de tais objetivos passa pela extensão universitária e formação continuada, por meio de um “processo permanente e multidisciplinar”, conforme disposto no Plano Nacional de Segurança Pública.

O mesmo Plano, estabelecido inicialmente em 2002, previa o ensino das disciplinas de “sociologia, história, antropologia, psicologia, comunicação, computação, português/redação/retórica oral, teatro e direito” na formação das forças de segurança em uma perspectiva “integrada e complementar” (Teixeira *et al.*, 2018, p. 63–73). Curiosamente, a Agenda de Segurança Cidadã, de 2018, manifesta a preocupação parlamentar com a “saúde mental” dos usuários de droga (Teixeira *et al.*, 2018, p. 42), mas não apresenta qualquer proposta acerca do preparo mental em relação aos agentes públicos de segurança, evidenciando o distanciamento entre as iniciativas políticas e o saber acadêmico anteriormente exposto.

De forma similar, o documento silencia sobre resiliência, consciência situacional e regulação emocional em policiais, fatores chave para o alto desempenho, resposta rápida e assertiva em atividades de segurança pública, conforme a literatura revisada. Isto evidencia o distanciamento entre a intencionalidade das forças políticas Brasileiras e o saber acadêmico consolidado sobre segurança pública.

### 3.5.5 Influência do preparo mental na pronta resposta

O preparo mental oferece grande influência na operacionalização de mudanças rápidas de funções e câmbio de estratégias. Conforme Sundlin; Söderh e Sandahl (2022), as alterações emergentes na atitude mental podem ser avaliadas

como positivas quando são acompanhadas de clareza no propósito das ações, assim como se o contexto for conhecido e houver tempo para a adaptação e reflexão sobre o novo papel a desempenhar.

Outra influência do preparo mental, observada em atletas, é uma melhoria na regulação emocional, que favorece a racionalidade na tomada de decisões e a prevalência da calma na análise de situações emergentes (Yalcin; Araz; Talaghir, 2021). Conforme Kegelaers e Wylleman (2019) a preparação mental está associada à promoção da qualidade de vida e motivação na adoção de estratégias proativas de enfrentamento aos estressores ambientais. A proatividade, no contexto das interações cotidianas entre atletas, é considerada como um fator positivo para o desenvolvimento da resiliência.

O modelo de estratégia do tipo “ligar – desligar” das atividades laborais, identificado por Manomenidis; Panagopoulou e Montgomery (2016) entre enfermeiros, é um tipo de técnica de engajamento e desengajamento das condições estressantes presentes na rotina em atendimentos de urgência na área de saúde e correlatas. Nessa abordagem, diversas táticas podem funcionar como gatilho para o início ou término dos plantões (cuidados pessoais, rituais religiosos, café etc.); elas tendem a aumentar a resiliência mental dos sujeitos investigados, melhorando os resultados no atendimento aos pacientes. Nesse mesmo sentido, a preparação mental de soldados, em estudo longitudinal com amostragem probabilística, se mostrou um preditivo de alto desempenho em situações de enfrentamento (Weinberg; Chan; Jackson, 1983; Gilbar; Ben-Zur; Lubin, 2010;).

Do ponto de vista psicofisiológico, o preparo mental para ação acelerada tende a auxiliar no desempenho a partir da regulação central das informações para o preparo, focando a atenção no sentido de orientar o sistema nervoso para a unidade da ação. Trata-se de atuação sobre a representação cortical (organização espacial das informações no córtex cerebral) obstruída por efeitos sensoriais e motores. Tal preparo orienta para a utilização mnemônica de conhecimentos funcionais inerentes (movimentos de preparação, atos reflexos, busca de apoio para os movimentos etc.), que permitem ajustar a postura e a fisiologia do organismo, articulando-o para a ação. Os dados revisados indicam que o adequado preparo para a ação acelerada depende de conhecimento prévio acerca da ação futura.

Estudos empíricos indicam que a motivação é um fator relevante, mas não determinante para a prontidão. Não obstante, considera-se que, embora possamos

nos preparar para diversas ações, o esquematismo cortical orienta o sistema nervoso para uma única ação, quando o desempenho é esperado, uma vez que o acesso ao controle psicomotor é limitado àqueles esquemas representacionais que produzem unidade na ação no momento de enfrentamento (Jennings; Van der Molen, 2005).

A partir de tais considerações, infere-se que o preparo mental é determinante para o alto desempenho na pronta ação e no enfrentamento a situações emergentes. Além disto, a reação efetiva e assertiva implica conhecimento prévio da emergência, ou seja, **consciência situacional**, uma vez que vários níveis de memória são utilizados na pronta resposta.

Ainda que o preparo mental seja múltiplo e admita uma miríade de estratégias de mentalização, sua efetivação em termos de resposta é direcionada para uma ação centralizada. Os efeitos mais mencionados nos estudos analisados acerca do preparo mental são o ganho de **resiliência** mental e a melhora na capacidade de **autorregulação emocional**.

### 3.6 COMPETÊNCIAS POLICIAIS

Do ponto de vista da legislação, as competências inerentes à profissão de policial rodoviário federal são apontadas pelo “art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil, no art. 20 da Lei 9.503/97, na Lei 9.654/98, no Decreto 1.655/95 e no art. 47, Anexo I do Decreto 9.662/2019” (Brasil, 2021, p. 1). As mesmas podem ser elencadas da seguinte forma:

- I - planejar, coordenar e executar o policiamento, a prevenção e a repressão de crime– [...]
- II - exercer os poderes de autoridade de trânsito–[...]
- III - executar o policiamento, a fiscalização e a inspeção do trânsito e do transporte de pessoas, cargas – bens;
- IV - [...] salvamento de vítimas nas rodovias e estradas federais
- V - realizar levantamentos de locais, boletins de ocorrências, perícias de trânsito, testes de dosagem alcoólica e outros procedimentos, além de investigações imprescindíveis à elucidação dos acidentes de trânsito;
- VI - assegurar a livre circulação nas rodovias e estradas federais, especialmente em casos de acidentes de trânsito, manifestações sociais e calamidades públicas;
- VII - [...] promover o intercâmbio de informações;
- VIII - executar, promover e participar das atividades de orientação e educação para a segurança no trânsito, além de desenvolver [...] prevenção de acidentes de trânsito;
- IX - informar ao órgão de infraestrutura sobre as condições da via, da sinalização e do tráfego que possam comprometer a segurança do trânsito, além de solicitar e adotar medidas emergenciais à sua proteção;

X - credenciar, contratar, conveniar, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de recolhimento, remoção e guarda de veículos e animais e escolta de transporte de produtos perigosos, cargas superdimensionadas e indivisíveis;

XI - planejar e executar medidas de segurança para a escolta dos deslocamentos do Presidente da República, do Vice-Presidente da República, dos Ministros de Estado, dos Chefes de Estado, dos diplomatas estrangeiros e de outras autoridades [...]

XII - lavrar o termo circunstanciado ... (Brasil, 2021, p. 1).

A partir da base teórica e da legislação pertinente pode-se categorizar as competências regimentais da PRF em três grupos, a fim de organizar a análise e atingir os objetivos de pesquisa, a saber: atitudinais, procedimentais e conceituais. Para efeitos de sistematização das informações, considera-se o QUADRO 3 como referência para categorização das competências legalmente atribuídas aos policiais rodoviários federais.

QUADRO 3 – CATEGORIAS E COMPETÊNCIAS REGIMENTAIS DA PRF

<b>Categoria</b>	<b>Competência</b>
Atitude	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Coordenar e executar o policiamento;</li> <li>• fiscalizar e inspecionar;</li> <li>• assegurar a livre circulação.</li> </ul>
Procedimento	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Planejamento;</li> <li>• prevenção e repressão de crimes;</li> <li>• salvamento;</li> <li>• remoção e guarda de veículos e animais;</li> <li>• escolta;</li> <li>• lavratura de autos e termos.</li> </ul>
Conceitos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Perícias de trânsito e investigação;</li> <li>• intercâmbio de informações;</li> <li>• orientação e educação;</li> <li>• informar as condições da via.</li> </ul>

FONTE: Asinelli-Luz; Rapetti, a partir da legislação em vigor (2022)

Como pode ser observado no quadro acima, trata-se de um grupo amplo e heterogêneo de habilidades, atitudes, procedimentos e conceitos a serem ensinados e aprendidos nos quadros profissionais da PRF. Nesse contexto, cabe à Universidade Corporativa da PRF - UniPRF a incumbência de desenvolver as teorias e práticas didáticas condizentes com o alto nível de excelência esperado pelo Estado no desempenho de tais competências pelos profissionais.

### 3.6.1 Resiliência na troca de estratégias

A resiliência mental é uma qualidade bastante requerida dos policiais rodoviários federais, que precisam se adaptar muito rapidamente às novas condições ambientais e aos estressores externos, assim como desenvolver uma grande capacidade de autorregulação emocional e fisiológica para suportar longas jornadas em condições de estresse.

Para Sundlin, Söderhjelm e Sandahl (2022), a habilidade para mudanças rápidas nas funções laborais é fundamental para o trabalho em equipe. Para se adaptar a tais alterações nas condições ambientais, fisiológicas e psicológicas, entretanto, faz-se necessário que o profissional desenvolva principalmente dois fatores: preparo mental e comprometimento.

Não obstante, Kegelaers e Wylleman (2019) argumentam que há pouca informação disponível sobre como a resiliência pode ser desenvolvida. Pesquisas com desportistas de alto desempenho<sup>9</sup> indicam que há um papel relevante do treinamento e dos treinadores na melhora da resiliência individual.

Os autores identificaram três estratégias proativas para alcançar tal objetivo, quais sejam: fomentar a motivação; preparo mental; e equilíbrio de vida. Constatou-se também que a qualidade da relação entre treinador e atleta interfere diretamente na promoção da resiliência.

Em relação à promoção coletiva da resiliência, no que tange à troca de estratégias e ambientes de trabalho, Sundlin, Söderhjelm e Sandahl (2022) propõem que estruturas adequadas, planejamento, tempo para ajuste, reflexão e tecnologias apropriadas corroboram para promover o trabalho em equipe, melhorar os resultados e a satisfação dos envolvidos.

No contexto do preparo mental, entendido como estratégia para mudanças ambientais e de enfrentamento a estressores, com potencial para promoção da resiliência, Manomenidis, Panagopoulou e Montgomery (2016) analisam o comportamento de enfermeiros na troca de plantão, atividade e prática que possui muitas similaridades com as variações abruptas de demanda por prontidão laboral

---

<sup>9</sup>**Desportista de alto desempenho**, para o presente estudo, é entendido como um indivíduo que dedica grande parte de sua vida ao treinamento e aprimoramento de suas habilidades em uma modalidade esportiva específica, com o objetivo de alcançar os mais altos níveis de excelência e sucesso em competições. Esses atletas são reconhecidos pela sua performance excepcional, que exige não apenas talento natural, mas também uma dedicação extrema ao treinamento, disciplina e resiliência diante de desafios e adversidades. Eles representam o ápice da habilidade física e mental no esporte, inspirando outros a seguir seus passos e superar seus próprios limites.

experimentada por policiais rodoviários federais. Para os autores, tais mudanças repentinas no estado de prontidão impactam criticamente o desempenho dos profissionais, de forma que se faz necessário desenvolver estratégias para o período de adaptação à nova jornada.

Em estudo de campo, foram constatadas cinco estratégias de preparo mental adotadas por profissionais para imersão, ou desligamento de uma jornada de trabalho, a saber: i) cuidados pessoais; ii) rituais religiosos; iii) consumo de nicotina ou cafeína; iv) interação social; v) ouvir música. Conforme os autores, a adoção de estratégias de preparo mental antes e depois dos turnos de trabalho promove a resiliência entre os profissionais e contribui para a melhora dos resultados.

Kegelaers e Wylleman (2019) observam também o recurso a estratégias reativas de preparo mental que promovem a resiliência, ou seja, atitudes relatadas por desportistas e treinadores de alto desempenho após traumas e dificuldades, com o objetivo de retomar suas atividades. São elas: avaliar os contratempos; promover uma mentalidade positiva; e implementar lições aprendidas. Gilbar, Ben-Zur e Lubin (2010) elaboraram avaliação de estresse, preparo mental e coesão do grupo em 168 soldados israelenses, submetidos a situações de enfrentamento na Faixa de Gaza. Conforme os autores, houve correlação positiva entre sofrimento e reação emocional de enfrentamento, assim como correlações negativas entre nível educacional e domínio situacional.

A prevalência de reação emocional foi preditiva de baixo desempenho, ao passo que altos índices de preparo mental foram associados a alto desempenho em tarefas de desalojamento das populações locais. Resumidamente, os dados de campo indicam que o preparo mental é um fator preponderante para o sucesso em atividades militares, correlacionadas positivamente com o nível educacional e negativamente para com o engajamento emocional.

A literatura revisada, focada em profissionais da saúde, desportistas e militares, indica que a alternância brusca e constante no estado de prontidão, algo corriqueiro no trabalho policial, pode afetar negativamente os resultados profissionais do indivíduo e do grupo. O recurso para enfrentar esta dificuldade é desenvolver estratégias de aumento da resiliência por meio da promoção do preparo mental antes, depois dos plantões e como reação às mudanças abruptas de exigência laborais.

### 3.6.2 Percepção policial da corrupção

Um dos principais gatilhos para a mudança rápida da atitude estratégica na atividade policial é a percepção da corrupção. Na eminência de um ato ilícito ou violento, cabe imediatamente ao agente da autoridade policial tomar as atitudes necessárias para a manutenção da civilidade, da preservação da lei, da ordem social e dos direitos básicos dos envolvidos. Nesse ínterim, a decisão correta e consequente adoção das respostas adequadas, estão intimamente ligadas ao equilíbrio emocional, ao preparo técnico e mental do(a) policial.

Na pista tudo é fluído, as contingências podem aparecer em frações de segundos, com efeitos duradouros e, por vezes, catastróficos. Mesmo a lentidão e o marasmo de um congestionamento, por exemplo, são indicadores sérios de problemas à frente, os quais podem se estender literalmente na escala das centenas de quilômetros. Por isto, a prevenção e a vigilância são constantes na atividade policial em rodovias, em cujo ilícito se mostra desde um mero estacionamento irregular até os tráficos de drogas e armas.

Compactuar ou simplesmente ignorar o ilícito em seu ambiente de trabalho pode implicar conivência ou, no mínimo, levantar suspeição moral sobre o agente da lei, desconfiança esta que recai sobre toda a corporação, independentemente da quantidade de implicados, de modo que nenhuma vigilância sobre si ou outrem é de somenos, tanto em se tratando de usuários da via pública, quanto dos próprios colegas de trabalho, de quem muitas vezes depende a própria sobrevivência.

Nesse estado de constante atenção, próprio do policiamento rodoviário, o principal gatilho para a ação é a percepção do risco tornado realidade, seja pela iminência da ilicitude ou do sinistro. Em tal contexto, a iminência da corrupção ou do acidente antecipa a transição do estado de preparo mental para a situação de emergência, pela qual o PRF presente há de se responsabilizar e cuja decisão determina o desenrolar de importantes consequências futuras.

O sucesso da tomada de decisão nesse instante de inflexão, em que o ímpeto supera a razão, convertendo reflexão em atitude, depende de uma qualidade indispensável ao trabalho policial, vulgarmente chamada de “presença de espírito”, a qual permite a decisão correta no tempo certo e único, a partir do qual o desfecho da ação se define como tragédia ou graça. Talvez, para o leitor que não teve vivência da responsabilidade policial em momentos críticos, a linguagem aqui utilizada pareça grandiloquente e até estapafúrdia, mas não passa de mero reflexo ofuscado do peso sobre os ombros de quem precisa decidir e se responsabilizar sobre a vida e a morte

em frações de segundos por questão de ofício.

A receita para o sucesso em tais situações, conforme encontrada na literatura, sugere a tentativa de atenuação das emoções, o qual possibilita decidir por prevalência da razão, seguindo protocolos rígidos e muito bem treinados, associados a um bom preparo mental (GILBAR; BEN-ZUR; LUBIN, 2010). Não obstante, outros autores também observam que o erro catastrófico, na maioria das vezes, não decorre de inépcia ou desconhecimento na execução dos protocolos de segurança, mas sim de decisão pelo procedimento equivocado, ou seja, pela identificação inadequada da emergência na realidade fática, ou, em outras palavras, por consciência situacional deteriorada.

Como visto anteriormente, embora estejamos preparados para uma miríade de situações críticas, quando em emergência nosso sistema nervoso encaminha as respostas para uma ação única e dirigida, no intuito de aplicar o máximo de energia no melhor desfecho intentado (Jennings; Van der Molen, 2005). Entretanto; e quando escolhemos errado? - Nesses casos, para o (a) policial, há a responsabilização civil, administrativa e penal, ou seja, o crime é também uma consequência possível, decorrente de um ato de ofício, em alternativa ao qual não cabe ao agente público escolher em favor da omissão.

Note-se, portanto, que a percepção da corrupção na atividade policial não é apenas um olhar sobre o outro, cidadão civil vigiado pelo poder público, mas também uma perspectiva de vigilância constante sobre si mesmo, que mais do que o outro precisa servir de exemplo da correta execução da lei para garantir e manter a legitimidade de sua aplicação.

### 3.6.3 Legitimidade policial e violência

A percepção da violência policial é assunto de coletânea organizada por Santos; Teixeira e Russo (2011), que abordam as relações entre práticas sociológicas e práticas sociais no contexto do Grupo de Pesquisa Violência e Cidadania, analisadas na década de 1990. Os autores abordam a temática a partir da análise dos mecanismos de produção social da violência; da associação entre violência e juventude; do crime organizado; da identidade policial; do Direito; do aprisionamento; e da prevenção da violência no contexto das redes sociais. A Parte IV do livro é

dedicada aos policiais e suas tensões identitárias, reunindo quatro autores em torno do debate sobre a polícia Brasileira.

Dentre eles, Rudniki analisa a relação entre a polícia e o Estado de Direito, iniciando pelo histórico e comparação entre os policiamentos público e privado. A revisão da autora indica a indispensabilidade da polícia pública em uma sociedade democrática, uma vez que ela representa a efetividade do poder do Estado de Direito pela capacidade de obrigar a cumprir a lei.

Não obstante, o serviço policial ainda se encontra estigmatizado por trabalhar diretamente com o “mal”, a corrupção e a violência, a despeito de cumprir as funções básicas de combater a criminalidade, garantir a segurança pública e preservar a ordem. Trata-se de uma posição ambígua, que pendula entre o exercício do poder e o serviço à população. Nesse contexto, a sociedade contemporânea atribui às instituições policiais a profissionalização e a progressão por méritos, de maneira a substituir o poder de polícia (direito ao uso da força) pela autoridade (legitimação do poder) (Santos; Teixeira; Russo, 2011).

Historicamente, o exercício do poder policial no Brasil tende a configurar-se também como poder político, na medida em que os grandes contingentes de policiais assumem papéis estratégicos e mobilizam capital social. Essa tendência acaba por mascarar os excessos policiais e converter a violência individual em cultura corporativa. Nesse contexto, os erros e excessos, ainda que infringidos por uma parcela ínfima da comunidade policial, acaba por atentar contra a legitimidade do todo, minando a autoridade e deteriorando a imagem das corporações em relação aos seus papéis históricos de proteger e servir.

Em relação às tensões identitárias em policiais, no que concerne à formação profissional, Ramos da Costa observa que antes da Constituição Federal, de 1988, as forças de segurança no Brasil eram formadas a partir do paradigma da força, pelo qual considera-se, a priori, a existência de um estado de guerra contra a criminalidade, paradigma fundado na ideologia militar.

O arbítrio para o uso da força cabe ao indivíduo, que exerce o poder de polícia de forma discricionária, ainda que ao arrepio da lei e sem considerações sobre os direitos humanos, que foram impostos às forças policiais Brasileiras pela Carta Cidadã (Santos; Teixeira; Russo, 2011). Antes dela, não havia critérios claros para a seleção dos policiais e o mérito não fazia, necessariamente, parte da ascensão na carreira.

Por isso, as nomeações para as funções de polícia eram de ordem política e garantiam a manutenção do poder local por compadrismo e suas variações.

Apenas após a década de 1990, a formação policial passou a ser institucionalizada e consistente. O resultado da falta de formação e de preparo dos contingentes policiais até o final do século XX foi a instalação de uma cultura de violência e desrespeito à lei, com primado do poder de polícia individual sobre a autoridade policial corporativa. Tais problemas vêm sendo superados por meio da profissionalização da atividade policial, decorrente da Carta Cidadã, que obriga o acesso ao serviço público por concurso e a promoção por condições de equidade e considerações de mérito.

Não obstante, a cultura policial permeia a maioria das corporações e ainda se caracterizava em 1997 pelos aspectos de “[...] conservadorismo, o cinismo ou pessimismo, o preconceito racial, a suspeita e o isolamento da comunidade contrabalançado por um sentimento de solidariedade de grupo ...” (Bretas, 1997, p. 81-82, apud Santos; Teixeira; Russo, 2011, p. 256). Soma-se a essa herança cultural, que vem sendo corrigida nas últimas décadas, a percepção generalizada na sociedade Brasileira de que a polícia não é respeitada pelas elites sociais, visto que, na maioria dos casos, é oriunda das camadas populares e existiria para exercer o poder apenas sobre elas. Tal visão distorcida do papel da polícia a coloca na desconfortável posição de ser percebida em muitas comunidades populares como inimiga comum dos criminosos e da população (Santos; Teixeira; Russo, 2011).

Esse conjunto de problemas culturais e históricos leva muitos extratos da população Brasileira a buscarem soluções em redes de solidariedade que excluem os policiais, aderindo a acordos com criminosos, o que fortalece o posicionamento de traficantes, milicianos e do crime organizado em geral. Não bastasse tais problemas estruturais, o histórico de impunidade em alguns casos de truculência policial, tende a naturalizar a imagem de violência policial e deslegitimar todo o sistema judiciário, que passa a ser visto como um recurso “não confiável” em relação à resolução de conflitos (Santos; Teixeira; Russo, 2011, p. 262).

A despeito dos traços culturais e dos erros históricos herdados pela contemporânea força policial Brasileira, não há dúvida dos grandes avanços promovidos pela admissão por concurso público, elevação na carreira por mérito, transparência institucional e submissão ao controle social da imprensa, da lei e da opinião pública, conformadas progressivamente após a promulgação da Carta Cidadã.

Atualmente, os níveis de escolaridade aumentaram fortemente em todas as corporações, trazendo recursos humanos valiosos, mais críticos e respeitosos em relação aos direitos e deveres inerentes à cidadania. Apesar da violência endêmica no Brasil e da falta de estrutura operacional dos aparelhos de serviço público, a cada dia, há uma maior conscientização sobre as vantagens do convívio em um Estado Democrático de Direito e da ordem pela qual cada um é responsável, a qual depende fortemente da legitimidade que sustenta a autoridade policial.

### 3.7 PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO

Ramos da Costa também elabora um histórico da perspectiva programática na formação policial Brasileira desde a década de 1980 (Santos; Teixeira; Russo, 2011). As novas matrizes curriculares, que começaram a ser implantadas a partir dos anos 2000, impulsionadas pela extensão universitária, corroboradas pelas contribuições das entidades de classe e da pressão da sociedade civil, levaram as corporações a questionarem o modelo anterior, orientado pela força, em busca de um novo paradigma de segurança pública.

Nas duas décadas do início do século XXI, houve uma progressiva intelectualização dos comandos e efetivos em todas as forças Brasileiras de segurança, com valorização dos salários e melhoria na estrutura operacional, ainda que aquém do necessário. O principal motor dessa mudança, conforme o autor, é a pressão social, que passou a condenar de forma veemente as atrocidades e arbítrios policiais, pressionando os governantes e legisladores a produzir novas regulamentações e políticas de segurança condizentes com a vida contemporânea em democracia.

Observa-se, nas reformulações curriculares do início dos anos 2000, a substituição de disciplinas militares, voltadas para o adestramento da tropa, por estudos sobre prevenção da violência, sociedade, ética e direitos humanos. Desde 2005 até os anos recentes, entretanto, podem ser observadas algumas iniciativas de retrocesso ao paradigma de formação policial anterior, como no caso da Matriz de 2005 para formação de oficiais da Polícia Militar do Mato Grosso, ou na redução da carga horária dedicada à disciplina de Direitos Humanos e Integridade na PRF, a partir da portaria DG/PRF N° 456, de 03 de maio de 2022, revogada por decisão judicial da 6ª Vara Federal Cível da SJGO contra a União em 30 de setembro do mesmo ano,

em favor do Ministério Público Federal, que impetrou ação civil pública, reclamando a nulidade de ato administrativo com base na “Proteção internacional a Direitos Humanos” (Justiça Federal, 2022, p. 1; Santos; Teixeira; Russo, 2011; Suzuki, 2022).

A supracitada decisão n. 1335718783 do meritíssimo juiz, Dr. Paulo Ernane Moreira Barros, além de retomar a ordem constitucional nos trabalhos de formação de policiais em curso na UniPRF, também requalifica as atribuições da instituição, acompanhando o Ministério Público Federal no entendimento de que a ausência de estudos voltados para os direitos humanos na formação de policiais rodoviários federais é uma forma de perpetuar “[...] as práticas discriminatórias, como aquelas que resultaram na morte de Genivaldo dos Santos, uma vez que há uma tendência das forças policiais a abordarem de forma mais recorrente e com mais violências os grupos marginalizados ...” (Brasil, 2022, p. 15). Ademais, evidencia-se a conexão complexa entre diretrizes curriculares, formação policial, preparo mental, regulação emocional, qualidade dos serviços prestados à população e integridade institucional no contexto de um sistema de segurança pública.

### 3.7.1 Ensino por competências

A consideração sobre a predominância teórica atual, no contexto de ensino da UniPRF, levou a inserir este tópico sobre o ensino por competências, focado na teoria da complexidade. Além disso, essa abordagem atende ao terceiro tipo categórico buscado na revisão da literatura: o aspecto pedagógico, que encontrou poucas referências na revisão integrativa.

Adiante são referenciados alguns dos pressupostos conceituais inseridos no contexto do Curso de Formação Policial acerca do ensino disciplinar. “Devemos ‘ecologizar’ as disciplinas, isto é, levar em conta tudo que lhes é contextual, inclusive as condições culturais e sociais, ou seja, ver em que meio elas nascem, levantam problemas, ficam esclerosadas e transformam-se.” (Morin, 2010, p. 115). No trecho acima, Morin sugere o olhar “bioecológico” que se pretende para a pesquisa pedagógica na UniPRF. Esse biológico refere-se à pessoa em processo de formação, seja ela aluno ou docente da PRF. Esta conceituação entende que a pessoa está em constante interação com outras pessoas, em diferentes contextos, onde ocorrem processos biopsicossociais.

Tal percepção remonta ao modelo bioecológico de Bronfenbrenner (2011), relembado por Santos *et al.* (2020). Os autores, que empreenderam uma revisão integrativa sobre a teoria bioecológica do desenvolvimento humano (TBDH) aplicada ao esporte, esclarecem que: “A TBDH define pessoa em desenvolvimento como resultado da interação do ambiente e suas modificações ao longo do tempo; como teoria interacionista, o modelo de estudo designa pessoa, processo, contexto e tempo (PPCT) e suas relações.” (Santos *et al.*, 2020, p. 236).

Sobre o ensino das competências, é preciso tecer junto esse *complexus*, considerando-se complexidade como a união entre a unidade e a multiplicidade<sup>10</sup>. Em tal perspectiva, o ensino por competências importa para esta pesquisa, uma vez que já faz parte das orientações e diretrizes em andamento na UniPRF. Sobre os conceitos de competência, habilidade e atitudes, os estudos do ensino por competências tiveram suas primeiras propostas no final dos anos 1990 (Machado, 2006; Perrenoud, 2002). Perrenoud defendeu a ideia de que as competências mobilizam saberes. Por isso, afirmou que o conhecimento teórico é relevante para conceituar a competência, acrescentando que:

Atualmente define-se competência como uma aptidão para enfrentar uma família de situações análogas, mobilizando de uma forma correta, rápida, pertinente e criativa, múltiplos recursos cognitivos: saberes, capacidades, microcompetências, informações, valores, atitudes, esquemas de percepção de avaliação e raciocínio. (Perrenoud, 2002, p. 19).

Em consonância com essas ideias, Zabala e Arnau (2014) declararam que as competências, além de afins com os saberes, integram habilidades e atitudes de forma concomitante. Com base nisso, eles propõem o desenvolvimento de competências como forma de superar as limitações do ensino. Assim, para o contexto escolar propõem:

A competência, no âmbito da educação escolar, deve identificar o que qualquer pessoa necessita para responder ao problema aos quais será exposta ao longo da vida. Portanto, a competência consistirá na intervenção eficaz nos diferentes âmbitos da vida, mediante ações nas quais se

---

<sup>10</sup> Consoante a essas ideias, Morin complementa essa noção de contexto, alertando para a insuficiência das informações ou dados isolados, quando desconsiderado o contexto. Ele alerta que a sociedade é mais que apenas contexto: “[...] é o todo organizado de que fazemos parte. O Planeta Terra é mais do que um contexto: é o todo ao mesmo tempo organizador e desorganizador de que fazemos parte” (Morin, 2010, p. 34-35).

mobilizam, ao mesmo tempo e de maneira interrelacionada, componentes atitudinais, procedimentais e conceituais. (Zabala; Arnau, 2014, p. 11).

Fazendo a aplicação prática do ensino por competência no contexto da PRF, percebe-se a eficácia dessas propostas no sentido de resoluções de problemas no dia a dia das atividades dos policiais. Isso se complementa pela sugestão de mobilização de componentes atitudinais, procedimentais e conceituais.

Além desses conceitos, são constatadas experiências mais recentes, como foi o caso da apresentada por Behrens e Nicola (2017). A partir do referencial teórico da complexidade, as autoras empreenderam pesquisa sobre a integração de saberes no Ensino Superior. Por meio de uma pesquisa qualitativa, do tipo exploratória, elas apresentaram resultados que demonstram a validade da visão integradora do planejamento docente com uma abordagem interdisciplinar que reforça a “[...] unicidade e a complexidade do fato educativo.” (Behrens; Nicola, 2017, p. 358).

Não obstante, vale destacar que o conceito de competências possui diversas variações e interpretações. Enquanto os pensadores já citados agregam como competência a reunião de conhecimentos, habilidades e atitudes, há ainda estudiosos (especialmente aqueles que trabalham gestão por competências nas empresas) que subdividem a competência em dois principais grupo: competências técnicas e competências comportamentais. Isso evidencia uma aglutinação das esferas do conhecimento e das habilidades, ou seja, *saber* e *saber fazer*, para formar o elemento técnico; enquanto as atitudes (*querer fazer*) compõem o segmento comportamental (Leme, 2006).

A partir desses referenciais, presentes em boa parte das metodologias e práticas de ensino da atualidade, o ensino por competências tem se tornado hegemônico na UniPRF. Tal ensino orienta o planejamento e as atividades de desenvolvimento profissional, desde a estrutura curricular até as avaliações de desempenho docente e profissional.

### 3.7.2 Contexto de aprendizagem

A PRF criou, em 2014, a Academia Nacional da Polícia Rodoviária Federal (ANPRF), a fim de centralizar e estruturar suas ações de treinamento policial (Brasil, 2020). Localizada em Canasvieiras – SC, opera como unidade central do sistema de educação corporativa da instituição e induz a produção do conhecimento a partir de

uma estrutura construída de mais de 10.000m<sup>2</sup>, com capacidade estendida de atendimento por meio de estrutura virtual de ensino.

A partir de 18 de outubro de 2019, a ANPRF foi convertida em Universidade Corporativa da Polícia Rodoviária Federal (UniPRF). Essa mudança paradigmática representa um avanço no processo de formação dos policiais. Além da formação inicial de policiais, cabe também à Universidade Corporativa a proposição e desenvolvimento de qualificação continuada, além de oferecer conteúdo programático para a aquisição de práticas policiais especializadas nas mais diversas competências inerentes à atividade da PRF. Para tanto, a instituição conta com um corpo docente misto e multidisciplinar, composto tanto por consultores externos, quanto por policiais docentes, que se especializaram na formação e aperfeiçoamento profissional nas áreas de interesse da UniPRF.

O desenvolvimento eficaz de práticas de ensino inovadoras está induzindo maior relevância do conhecimento pedagógico ali produzido, o que permite a cooperação com órgãos de segurança em âmbito nacional e internacional. Assim a Universidade Corporativa tem oferecido também cursos para servidores de outras instituições, tais como IBAMA, Ministério Público e de entidades de outros países. Alguns dos núcleos temáticos, que exigem conhecimento policial especializado, são o combate à fraude veicular; crimes de fronteira; combate ao narcotráfico; ao tráfico de armas; à pirataria e evasão fiscal; aos crimes contra o patrimônio; aos crimes ambientais; prevenção e combate aos crimes contra os direitos humanos; policiamento aéreo; com cães; atendimento pré-hospitalar etc. (Brasil, 2018a, p. 121).

No caso dos policiais docentes, além das já mencionadas, há também a exigência de competências específicas para o ensino, dentre as quais se destacam os dez grupos de habilidades selecionados por Perrenoud (2002), que têm orientado boa parte dos documentos e ações pedagógicas em utilização na UniPRF. O QUADRO 4 busca resumir as competências esperadas do corpo docente da instituição, a partir da legislação vigente, de diretrizes do Departamento de Polícia Rodoviária Federal – DPRF (BRASIL, 2018a) e de Perrenoud (2002).

QUADRO 4 – COMPETÊNCIAS TRABALHADAS NA UNIPRF

Categoria	Competências		
	Formativas	Docentes	Especiais
Atitude	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Coordenar e executar o policiamento;</li> <li>• fiscalizar e inspecionar;</li> <li>• assegurar a livre circulação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Administrar o progresso da aprendizagem;</li> <li>• envolver os alunos;</li> <li>• administrar a própria formação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Prevenção e enfrentamento aos crimes contra o patrimônio;</li> <li>• o meio ambiente;</li> <li>• os direitos humanos;</li> </ul>
Procedimento	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Planejamento;</li> <li>• prevenção e repressão de crimes;</li> <li>• salvamento;</li> <li>• remoção e guarda de veículos e animais;</li> <li>• escolta;</li> <li>• lavratura de autos e termos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Organizar;</li> <li>• trabalhar em equipe</li> <li>• gerenciar a UniPRF;</li> <li>• dominar novas tecnologias;</li> <li>• construir uma rede conceitual.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• combate à fraude veicular;</li> <li>• aos delitos de fronteira;</li> <li>• ao narcotráfico;</li> <li>• ao tráfico de armas;</li> <li>• à pirataria e evasão fiscal;</li> </ul>
Conceitual	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Perícias de trânsito e investigação;</li> <li>• intercâmbio de informações;</li> <li>• orientação e educação;</li> <li>• informar as condições da via.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Diferenciar;</li> <li>• informar;</li> <li>• enfrentar dilemas éticos;</li> <li>• mobilizar diversos conhecimentos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Comunicação social;</li> <li>• produção de conhecimento didático e pedagógico.</li> </ul>

FONTE: Legislação vigente, DPRF (Brasil, 2018a) e Perrenoud (2002).

No caso das competências docentes, espera-se tanto o saber fazer, ou seja, habilidade prática, quanto o saber ensinar, que envolve conceitos, procedimentos e atitudes, sejam de ordem formativa (competências estabelecidas por lei – vide QUADRO 3), sejam inerentes à busca por qualificação profissional, entendidas como as habilidades pedagógicas que corroboram com a melhoria das competências formativas dos alunos policiais. Além dessas, a legislação aborda as habilidades especiais, que são desenvolvidas principalmente para fomentar grupos de operações dedicados preferencialmente à prevenção e enfrentamento de crimes específicos ou ainda, no que diz respeito à comunicação, a capacidade de produção e difusão de conhecimentos policiais orientados para a informação e educação no trânsito.

Todavia, ao mesmo tempo em que a instituição cresce, também aumentam as incertezas relativas aos seus propósitos, competências a ensinar e aos meios para atingi-las. Em tal contexto, faz muito sentido o dito de Edgar Morin (2010), para quem, compreender as mudanças, ensinando a enfrentar as incertezas, é um imperativo para a educação e o desenvolvimento humano continuado. Uma dessas incertezas é, sem

dúvida, como desenvolver competências múltiplas necessárias para a atuação dos novos policiais numa realidade multifacetada e complexa, característica da profissão de policial rodoviário federal.

Os agentes da PRF são profissionais de nível superior, de ambos os sexos, civis, servidores públicos e selecionados por concurso público que se caracteriza por altíssima concorrência. Trata-se, portanto, de uma elite intelectual, com habilidades cognitivas bem desenvolvidas, testadas e aprovadas por regras amplamente aceitas para admissão em cargo público de policiamento, no qual se exige idoneidade, aptidão física e intelectual. Uma das características mais relevantes dos ingressantes na carreira é a transição de fiscalizado para fiscal, fato que requer uma notável mudança de atitudes, hábitos, posturas e paradigmas, além do desenvolvimento de habilidades práticas específicas.

O desenvolvimento de competências específicas para a atuação policial em rodovias exige um tipo de ensino que considere a complexidade, essencialmente contextual, de forma que cabe apresentar ao leitor, ainda que superficialmente, aspectos situacionais próprios dos egressos, docentes e alunos em formação profissional na UniPRF. Uma parcela importante da clientela da Universidade Corporativa são os alunos em fase concursal que precisam completar o Curso de Formação Policial para só então integrar o corpo de policiais rodoviários federais.

### 3.7.3 Proposta curricular

A análise documental se iniciou pela leitura e sistematização do disposto no projeto pedagógico referente ao Curso de Formação Policial (CFP 2022) da UniPRF, que foi aplicado no primeiro semestre de 2022, entre os dias 8 de abril e 29 de junho (Brasil, 2022b, p. 1). Os documentos tratam principalmente das diretrizes a serem seguidas para elaboração e execução dos planos de ensino das disciplinas e planos de aula de professores – na instituição, denominados de instrutores –, sendo que o Projeto Pedagógico estabelece a base curricular pela qual a carga horária de 476 horas de aula é distribuída entre os conteúdos programáticos.

O Projeto Pedagógico está dividido em duas “trilhas de conhecimento”, ambas orientadas por competências, denominadas “Competências gerais do servidor da Polícia Rodoviária Federal” e “Competências gerais do Policial Rodoviário Federal”.

Outrossim o Projeto Pedagógico traça um histórico da PRF, culminando com os objetivos gerais do CFP, estabelecidos em 2019, quais sejam:

Preparar o candidato para que tenha o conhecimento policial mínimo necessário, estando apto a exercer as atividades de Agente PRF ... fornecer os elementos necessários para que possa, logo em seu primeiro momento como profissional contribuir para a segurança pública no país, promovendo a paz, além de combater com eficiência a criminalidade nas rodovias federais, com reflexos positivos à sociedade Brasileira. (Brasil, 2022a, p. 2).

Observa-se que houve, entre 2020 e 2022 uma diminuição na carga horária total do CFP, de 666 para 476 horas-aula; destas, 90 são a distância. Isto evidencia uma tendência de aligeiramento na formação de PRF nos últimos anos, sendo que, em 2021, houve o maior acréscimo de contingente em 93 anos de história, quando foram matriculados 1.840 alunos, dos quais 1.617 concluíram o curso.

As intencionalidades declaradas dos proponentes do curso, conforme dispostas no Projeto Pedagógico, incluem a prevenção “[...] e repressão qualificada ao crime e às organizações criminosas; Garantia de trânsito seguro nas rodovias federais; Livre mobilidade e segurança nos corredores logísticos estratégicos nacionais; Alavancagem tecnológica da inteligência e do conhecimento em segurança pública” (Brasil, 2022a, p. 3).

São considerados como objetivos estratégicos do CFP:

Qualificar o enfrentamento à criminalidade com uso de inteligência e tecnologia;  
Garantir a segurança viária nas rodovias federais;  
Aprimorar a governança, a aprendizagem, o conhecimento e a integridade institucionais;  
Vincular o emprego de recursos e capacidades à estratégia institucional;  
Promover a proteção, o desenvolvimento e a valorização e o reconhecimento dos nossos profissionais. (Brasil, 2022a, p. 3).

Sobre o ensino por competências, consta como Diretriz 7 do CFP 2022: “... educação corporativa para o desenvolvimento das competências necessárias à implementação da estratégia institucional;”. Elas estão mapeadas na Instrução Normativa–DG/PRF nº 33/2021 (QUADRO 3).

Ao todo, são listadas nove áreas de conhecimento que concentram as disciplinas ofertadas nos cursos, dentre as quais se destaca “Saúde do Servidor”, como aquela área de conhecimento adequada ao desenvolvimento das competências necessárias para a saúde de policiais rodoviários federais. A disciplina

correspondente a esta área é denominada Princípios Básicos para a Saúde (PBS) e está prevista carga horária de 35 horas-aula, todas presenciais (Brasil, 2022a, p. 5).

Na distribuição de competências, o Projeto Pedagógico prevê como primeira competência geral, “[...] adotar práticas de prevenção de acidentes de trabalho e de promoção da saúde física e mental, visando à melhoria da segurança nas atividades cotidianas e do ambiente de trabalho” (Brasil, 2022a, p. 4). Isso denota a preocupação dos planejadores com a saúde mental associada à segurança no trabalho. Além dos cuidados básicos com a saúde física, a ementa da disciplina de Princípios Básicos para a Saúde (PBS) prevê o desenvolvimento de competências voltadas para a saúde mental, considerando textualmente o desenvolvimento da saúde “emocional e social, controle emocional, estresse do serviço policial, técnicas de relaxamento”, consideradas como necessárias “ao bom desempenho no cargo de policial rodoviário federal.” (Brasil, 2022a, p. 6).

Com este achado, considera-se como provados os pressupostos 1 e 2 desta dissertação ou seja: a UniPRF desenvolve ações pedagógicas no sentido de contribuir para o preparo mental dos alunos em formação profissional; e as ações pedagógicas da UniPRF orientadas para o preparo mental constam nos documentos pedagógicos do CFP. Resta refletir se o protocolo de intenções, representado pelo projeto pedagógico e diretrizes do CFP, se materializa em P3 ou seja, se as ações previstas nos documentos pedagógicos se materializam em práticas de ensino voltadas para o preparo mental na UniPRF.

Para tanto, foram analisados os conteúdos dos 35 planos de aula da disciplina Princípios Básicos para a Saúde (PBS) e os 12 planos para a disciplina Uso Diferenciado da Força (UDF), aplicadas em 2022, como modelos devido à potencial conexão com a temática da pesquisa, a fim de buscar textualmente a ocorrência e tratamento dado pelos docentes às questões relacionadas à saúde e preparo mentais dos policiais rodoviários federais em formação.

Não obstante, foi realizada a leitura flutuante, a partir de buscas pelos radicais “mental”, “psi”, “resili”, “emoc”, “stress”, “consci” e “relax”, com o objetivo de destacar grupos semânticos próximos à noção de mental, psiquê, resiliência, emoção, estresse, consciência e relaxamento e, posteriormente o texto foi submetido à análise semântica automatizada para auxiliar na formulação de uma Grelha de Valores Intrínsecos, representada adiante, para auxiliar na análise estrutural. Vale ressaltar que esta busca

não se limitou apenas às duas disciplinas-paradigma (PBS e UDF), mas também se estendeu às demais integrantes da primeira edição do CFP em 2022.

Em relação à disciplina UDF, destacou-se no plano de aula 11-12 a oficina intitulada “exposição dos alunos a uma concentração eficiente de CS”<sup>11</sup> (gás lacrimogênio). No registro desse plano de aula, referente ao encerramento da disciplina UDF, aparece pela única vez nos planos de aula revisados o termo “resiliência”, adotado como um índice avaliativo. O conceito foi utilizado no contexto de exposição dos alunos a fenômenos críticos, com a finalidade de testar “a capacidade de resiliência do corpo discente”, além de ensinar as melhores práticas para manejo da tecnologia indicada para controle e dispersão de multidões em situações tumultuosas.

Nessa ocasião, foram tratadas didaticamente as abordagens práticas que permitem antecipar uma situação crítica por meio de programação de atitudes e reações nas quais a razão deve superar a intuição, ou seja, pode-se concluir que se trata de uma forma de preparo mental por antecipação, definido na literatura como uma das maneiras mais eficazes de promover a resiliência e a consciência situacional (Endsley; Garland, 2000).

A habilidade desenvolvida pelos alunos, conforme o plano de ensino, é a reação calma, com movimentos lentos, no sentido de afastar-se do local contaminado com tranquilidade, uma vez que o gás CS reage com a umidade do corpo, sendo potencializado pela agitação, transpiração, respiração e demais secreções.

No curso de Princípios Básicos para a Saúde, a aula 14, com duração prevista de uma hora, foi dedicada especificamente a relacionar “as alterações fisiológicas decorrentes da privação de sono”, além de apresentar “técnicas de respiração, buscando um relaxamento”.

Neste caso, há a previsão e aplicação metódica de práticas docentes orientadas para o preparo mental, corroborando o pressuposto 3 desta pesquisa. Foram considerados para a elaboração da prática didática os pilares da saúde do sono, tais como influência dele na saúde geral do organismo e no comportamento, da

---

<sup>11</sup>A aula prática é realizada em ambiente aberto, com os alunos posicionados de costas para o contaminante e sob intensa supervisão de profissionais habilitados para atender qualquer imprevisto. Os alunos são orientados a permanecer no local apenas o suficiente para perceber o desconforto causado pelo gás CS.

importância da higiene do sono, em relação à quantidade, qualidade e sobre suas implicações para a atividade policial. O plano de aula é orientado pelo pilar denominado “Saúde Mental”, por meio do aprofundamento e difusão de “técnicas de respiração” com vistas ao “relaxamento”.

Ainda na disciplina de PBS, a aula 18, com duração programada de uma hora, foi dirigida especificamente à “saúde mental policial”, tratando do tema “suicídio”. Para tanto, foram debatidos os efeitos do estresse laboral na saúde psicológica dos policiais. Além disto, foram previstas “técnicas de relaxamento” não discriminadas no plano de aula. Os fundamentos conceituais em torno do eixo “saúde mental” disponíveis na documentação são a epidemiologia do adoecimento mental; sofrimento mental, os transtornos mentais e de comportamento; os sinais e sintomas relacionados ao adoecimento mental; e os fatores de risco e predisponentes ao suicídio.

Novamente, na aula 29 da disciplina PBS, o pilar “Saúde Mental” foi abordado também por uma hora. Naquela ocasião o objetivo educacional foi realizar “exercícios físicos buscando a melhoria do condicionamento físico geral, enfatizando o desenvolvimento da valência física flexibilidade, mobilidade e saúde mental.”

Os conteúdos abordados envolviam a “Flexibilidade” e “Aplicação de questionário relativo à saúde mental.” O plano de aula foi desenvolvido a partir do programa institucional “Patrulha da Saúde” e a prática didática envolveu um vídeo institucional e a realização de “técnica de relaxamento” não especificada nos documentos que, como os demais planos de aula analisados, não indicam a referência científica em que se baseiam.

A aula 31 da mesma disciplina (PBS) teve o mesmo objetivo educacional, conforme registro do plano de aula com duração de uma hora. No “Pilar Saúde”, os conteúdos tratavam de “Flexibilidade” e “Saúde Mental”. Para tanto, foram executados exercícios de “circundução, flexão e extensão das articulações de todo o corpo”, além de alongamentos e realização de **“técnica de relaxamento através da respiração”** (grifo nosso), evidenciando esta como a única técnica de preparo mental efetivamente planejada e executada em todo o material revisado.

Além disso, como nas demais aulas, houve “avaliação formativa”, com o objetivo de “observar o interesse e desenvolvimento da aprendizagem e internalização dos conteúdos propostos”, bem como a observância da correção na execução dos

exercícios. Mais uma vez o plano de aula não está respaldado por quaisquer referências bibliográficas, evidenciando profunda fragilidade conceitual e acadêmica.

Além dessas duas disciplinas-paradigma, foram encontradas evidências sobre alguma forma de preocupação com o preparo mental em outras, como Armamento, Munição e Tiro (AMT), Técnicas de Abordagem (TAB), Técnicas de Defesa Policial (TDP), entre outras, como exposto a seguir. A disciplina AMT é a que possui maior carga horária de todo o curso de formação, com 76 horas de aula por turma. Seu principal objetivo é desenvolver competência específica para que o aluno seja capaz de:

[...] utilizar as armas de fogo de dotação institucional para preservação da própria vida e de terceiros, observando a legalidade e a necessidade em situações profissionais e pessoais, empregando as técnicas desenvolvidas com segurança, integridade e respeito à vida. (Plano de ensino – AMT, p. 1).

Na busca pelos radicais supracitados, encontramos conteúdos com conexão no desenvolvimento de preparo mental em 5 planos de aula, totalizando 11 horas de instrução. A entrada que mais claramente se destaca nessa temática é formada pelas aulas 58 e 59, que trata predominantemente sobre autoproteção. Em seus conteúdos, destaque ao item 4, sobre “Mudança de atitude”, compreendido por “rotina; **preparo mental; nível de alerta e consciência situacional**; janela de oportunidade; e **tomada de decisão**”. Apesar de não ficar claro qual o aporte teórico a que essas expressões estão relacionadas mais profundamente, pode-se identificar também como conteúdo o “Ciclo OODA”, que correspondente ao acrônimo de “Observar, Orientar, Decidir e Agir”, difundida técnica mental no meio policial/militar que rege um processo de tomada de decisão (RICHARDS, 2020). Isso já demonstra um referencial base do conteúdo trabalhado na aula.

Esse encontro tem duração de duas horas, pois é a união de duas horas-aula, e há previsão de duas atividades que tem nítida conexão com o preparo mental. A primeira é a apresentação, por parte dos instrutores, “(d)os quesitos essenciais que devem ser observados para permitir uma mudança atitudinal que possibilite segurança e autoproteção”, com destaque ao “preparo mental necessário para participação em confrontos armados ou outras com carga de estresse excessiva”, além da “consciência situacional exigida para que o policial tenha uma leitura completa do ambiente e consiga **antecipar situações de risco, primando sempre pela**

**prevenção** (grifo nosso)”, com aproveitamento da “janela de oportunidade, enquanto meio para atingimento dos objetivos do combate”, orientado por um processo de “tomada de decisão decorrente da avaliação do cenário e dos riscos envolvidos **em agir ou não agir** (grifo nosso)”, inclusive com cuidados com o “pós combate, com ênfase nos aspectos táticos, especialmente na manutenção da condição de segurança”.

Posteriormente, no segundo momento, está prevista uma discussão apoiada pela exposição de vídeos e imagens com objetivo de “aguçar a avaliação dos alunos”. Isto posto, pode-se observar a preocupação com a possibilidade de antever problemas e desenvolver sendo crítico, atividades reconhecidamente benéficas para o desenvolvimento de preparo mental (Endsley; Garland, 2000). Deve-se, contudo, destacar o tempo escasso para execução e de efetiva assimilação pelos alunos, pois todo esse bloco de conteúdo tem duração total de apenas 45 minutos, sendo que destes, 35 minutos em apresentação expositiva de conteúdo e apenas 10 minutos é dedicado à discussão, ou seja, envolvimento ativo dos alunos.

Vale também destacar que o conteúdo faz remissão a aulas anteriores, referidas como “entradas AMT 54 e 55”. Trata-se de uma aula com duração de duas horas, que tem por objetivo fazer com que os alunos compreendam “os efeitos psicológicos e fisiológicos causados pelo confronto armado e pelo impacto de projeteis no corpo humano”. Como é na modalidade à distância com vídeos gravados anteriormente que são disponibilizados em plataforma própria, não permite participação ativa dos alunos, corroborado pelo campo de observações que atesta que são “aulas gravadas anteriormente, impossibilitando a interação virtual dos alunos de forma assíncrona (*sic*)”. Pelo contexto, possivelmente o que foi intentado observar é referente à interação síncrona e não assíncrona.

Com relação ao desenvolvimento da aula, pode-se perceber que por apenas 20 minutos são especificamente abordados, de forma expositiva, os “aspectos psicológicos do confronto e da atividade policial (perfil de policial, ambiente do confronto, tomada de decisão sob pressão, expectativas e valores)”. Ou seja, resta claro que devido ao tempo reduzido e a quantidade de itens a serem trabalhados, há pouco aprofundamento da temática. Além disso, são assuntos muito amplos e não são evidenciadas as referências acadêmicas que os suportam, mas tão somente, no campo do conteúdo, “Efeitos fisiológicos e psicológicos do disparo ... [e] ... do confronto; Estudos do FBI 1986 e 2014”.

Há ainda outros momentos em que termos possivelmente relacionados ao preparo mental aparecem. O termo “consciência situacional” é encontrado no plano das aulas 66 e 67, durante a Oficina II que trata sobre “o porte veicular aplicado ao momento da folga”, e está previsto que a “ênfase maior será dada à **conduta preventiva** na condução de veículos, com destaque para a **consciência situacional**.” Já no plano das aulas 68 a 70, durante a prática da atividade “7 - Tiro embarcado policial, com posterior desembarque e tiro barricado na Posição de Motorista e Comandante (Pista de Desembarque)” há duas menções à “consciência situacional”. Porém, em todas essas aparições, não fica claro qual o real significado, nem tampouco sua finalidade. Não obstante, em nenhum desses planos de aula, o termo figura no campo de conteúdo.

O eixo “Técnicas de Intervenção Policial” é ainda composto pela disciplina “Técnicas de Abordagem – TAB”, com previsão de 42 horas-aula. Termos referentes ao desenvolvimento de preparo mental aparecem em alguns encontros. No plano das aulas 01 e 02, que possui duração de 2 horas, pode-se observar, no campo dos conteúdos, os “Níveis de alerta (Jeff Cooper **adaptado**)”. Destacado entre parênteses, remonta ao sistema de cores utilizado por Jeff Cooper (2006) para descrever estado de prontidão e consciência situacional para autodefesa. Cores podem ter grande impacto nas emoções e comportamentos humanos, como demonstrado por Mashrea, Sinha e Fukey (2020), através de extensa revisão da literatura entre os anos de 1975 e 2020. No entanto, carece saber se, apesar de bastante difundido no meio militar/policial, o código de cores proposto por Jeff Cooper encontra respaldo em evidências científicas em relação das cores com consciência situacional. Ao que tudo indica, Cooper (2006) fundamenta seu sistema meramente através de sua experiência observacional enquanto instrutor de tiro. Não obstante, a menção de que seria uma versão **adaptada** de Jeff Cooper carece de qualquer referência acadêmica.

Já durante o desenvolvimento da aula, está previsto no item 4 do Bloco A da Aula 1, “Apresentação de problema para conceituar **Preparo Mental**, ilustrando-o com vídeo didático Lewandowski Visualization”. No Bloco B da mesma aula, encontramos também conceitos como “preparo mental”, “consciência situacional”, “ciclo OODA”, “níveis de alerta e código de cores de Cooper Modificado”. Ademais, na Aula 2, aparece o termo “sobrevivência policial”, mas não há qualquer indicativo sobre ao que exatamente se refere. Vale ressaltar ainda que, como se trata de conteúdo

disponibilizado como ensino à distância, os conteúdos dessas aulas são trabalhados basicamente de forma expositiva, sem interação direta dos alunos.

No plano das aulas 3 e 4 novamente é possível se encontrar relação com o preparo mental, uma vez que estão previstos como um dos objetivos educacionais, “perceber a importância do preparo mental na abordagem policial”. Os conteúdos relacionados a esse objetivo seriam consciência situacional e processo de tomada de decisão. O desenvolvimento da aula é baseado em um “ambiente diverso da sala de aula, um cenário simulando um ambiente do cotidiano.” Os alunos então devem adentrar nesse ambiente e visualizar a cena, sem qualquer interação.

Posteriormente, após o preenchimento de formulário, terão suas respostas confrontadas com imagens do cenário que tem por finalidade, “proporcionar a reflexão sobre a importância do **preparo mental** e da consciência situacional, passando pela percepção, compreensão e projeção futura e, associando ainda ao ciclo OODA (observação, orientação, decisão e ação), enfatizando a habilidade de ‘ler’ situações, como vital para a atividade policial”. Toda essa atividade, desde a passagem dos alunos até a discussão posterior, tem previsão de duração de 45 minutos.

Ainda nessa mesma aula, está prevista uma atividade em que os alunos deverão elencar características que podem ensejar suspeição em condutas, veículos e objetos. Pode-se inferir que essa ação visa o atingimento do objetivo educacional previsto como “reconhecer as características de veículos, pessoas e objetos suspeitos, correlacionando-as com o nível de alerta”. Trata-se, portanto, de um exercício para projeção mental sobre suspeição, visando estimular os alunos para observação atenta de cenários e objetos. Indicativo importante de correlação com preparo mental e, mais especificamente, com a consciência situacional (Endsley; Garland, 2000).

Outro momento importante no desenvolvimento de preparo mental pode ser encontrado no plano das aulas 30 a 33. Um dos objetivos é desenvolver “senso crítico quanto à escolha adequada do nível de abordagem e procedimentos compatíveis com a cena apresentada”, com a realização de simulações. Os alunos, em dupla, devem realizar uma abordagem sem saber de antemão do que se trata. Receberão informação de uma situação e devem prosseguir e executar ações e procedimentos que entendem pertinentes para o caso concreto. Segundo o plano de aula, espera-se que os alunos sejam capazes de escolher “o nível adequado de abordagem quanto ao risco dando sequência com todos os procedimentos cabíveis àquela situação.” Ou

seja, não é informado qual tipo ou nível de abordagem, nem tampouco os procedimentos que devem ser adotados; os alunos que tem a responsabilidade de decidir com base no cenário encontrado.

O exercício vai ao encontro dos ensinamentos de Mica Endsley e Daniel Garland (2000) sobre o desenvolvimento de consciência situacional. Ao invés de apenas realizar os procedimentos técnicos, o aluno primeiramente deve interpretar qual é a situação-problema apresentada e, a partir das informações que forem adquiridas/percebidas, utilizar-se dos procedimentos adequados para aquela realidade. Os alunos têm vinte minutos para execução da abordagem e, posteriormente, recebem, em dez minutos, o feedback de instrutores, aos quais cabe “uma observação aproximada, no sentido de reforçar as boas práticas e redirecionar aspectos que precisem ser corrigidos”.

Pelo que se pode observar, as situações serão baseadas em casos reais, pois posteriormente serão “apresentados vídeos de abordagens reais, com situação semelhante àquela repassada aos alunos”. E o objetivo dessa ação final seria o de conscientizá-los sobre “possíveis resultados negativos em não empregarem essa doutrina”, pois nos vídeos os resultados são todos indesejados para a equipe policial devido à inobservância de procedimentos técnicos adequados.

Outra atividade prevista nesse mesmo plano de aula é sobre sobrevivência policial em situações do dia a dia do policial fora do ambiente de trabalho. Utilizam-se de um vídeo interativo em que os alunos são capazes de opinar sobre qual é a ação considerada por eles mais adequada em relação ao que ocorre na cena e tem por objetivo a gerar a reflexão “sobre decisões inerentes à sua futura atividade policial, como por exemplo: sair armado ou não, lugares que costuma frequentar, atitude de **prevenção** ao enfrentamento, **decisão de agir ou não agir** frente a uma ação criminosa, em seu momento de folga, **consciência situacional**” (grifos nossos). Novamente, a atividade encontra aderência ao desenvolvimento de preparo mental, no sentido de antever situações futuras, ao realizar projeções mentais de cenários diversos e suas consequências (Endsley; Garland, 2000).

Por fim, essa aula ainda prevê uma atividade sobre mentalidade de combate. Seu objetivo seria de fazer com o que os discentes reflitam “sobre tópicos voltados ao condicionamento psicológico; questões ligadas ao preparo mental para matar, se preciso for; e manter a capacidade de ação, mesmo ferido”. Não fica claro, contudo,

ao que o termo se refere exatamente, nem tampouco sua referência acadêmica ou científica.

O eixo Técnicas de Intervenção Policial é também composto pela disciplina de Técnicas de Defesa Policial. Alinhado com AMT e TAB, é possível identificar alguma abordagem em direção ao preparo mental. As aulas 10 e 11 têm como objetivo “aplicar as técnicas do ‘protocolo infrator colaborativo’ **sob estresse**”. Nesse sentido, apesar de o enfoque ser a execução das técnicas propriamente, há a previsão de inclusão de “elementos estressores com o objetivo de alterar a capacidade de reação motora e cognitiva dos discentes”. São definidos como principais elementos estressores: exercícios físicos, compressão de tempo, acúmulo de tarefas, novidade (formatação da aula), barulho e pressão por performance.

No campo de observações da aula, há a explicação do porquê de uma aula com estresse. Além de também mencionar o ciclo OODA, teria por finalidade de se aproximar do que seria uma “situação real, em uma operação na qual a vida do policial ou de terceiros correm riscos, pois a adrenalina na corrente sanguínea, a pressão de não poder errar, o medo, os fatores externos, ou seja, o estresse está presente”. Assevera ainda que o estresse agudo seria capaz de dificultar o acesso à memória e alterar “critérios de decisão” e que, durante essa dinâmica, os alunos teriam “pico de estresse, por meio da associação de vários elementos estressores”. Não fica claro, no entanto, em que essas premissas científicas são baseadas. Não há tampouco qualquer referência acadêmica que sustente essas afirmações no plano de aula.

O plano das aulas 26 e 27 refere-se a uma avaliação e tem por objetivo a aplicação de “técnicas de defesa policial para resolução de uma situação problema em ambiente controlado”. Para tanto, será apresentada uma situação simulada em que os discentes deverão interpretar a cena e realizar os procedimentos cabíveis, com base nos conteúdos abarcados pela disciplina. Novamente, há previsão de uso de elementos estressores, como exercícios físicos e tentativa de desestabilização emocional através de palavras de calão, além da pressão por performance na execução correta das técnicas. Com isso, espera-se que os alunos sejam capazes de manter “equilíbrio emocional e qualidade comportamental (...) além da resiliência necessária para o desempenho de sua função com eficiência e eficácia”. Pode-se perceber, portanto, que é estabelecida a linha similar de prática educativa já utilizada anteriormente, mantendo-se uma padronização no decorrer das aulas da disciplina.

Vale ressaltar, no entanto, que nesta aparece o elemento de compreensão de cena ao aluno que deve, diante de uma situação fática simulada, interpretar a situação em que está imerso e, a partir dessa análise, tomar decisões que sejam compatíveis com esta realidade. Essa é uma das técnicas apontadas pela literatura para o aprimoramento da consciência situacional e, por conseguinte, do preparo mental. Outras iniciativas com oficinas simuladas podem ser encontradas em diversas disciplinas. No entanto, o elemento mais amplo de entendimento da cena é, por vezes, suprimido ou atenuado com a informação ao aluno do que se trata e este, por sua vez, deve tão-somente realizar um procedimento já pré-estabelecido sem a necessidade de interpretação, por sua conta, da realidade posta à sua frente. Desse modo, conclui-se que a atividade possui mais similaridade com a execução simulada de ações pré-definidas que com o processo de tomada de decisão crítica e consciência situacional propriamente.

Nesse sentido, outras aparições de termos relacionados são identificadas em diversos planos de aula das demais disciplinas, mas que, em sua maioria, carecem do elemento crítico sobre compreensão de cenário/tomada de decisão. Alguns, ao que tudo indica, ainda tentam desenvolver, de alguma forma mais tênue esse senso crítico para tomada de decisão de uma situação fática. Esse é o caso das aulas 17 a 19 da disciplina Atendimento de Primeiros Socorros (APS). O plano da aula 17, por exemplo, tem por objetivo educacional “aplicar as técnicas de resgate tático em ambiente hostil em situações simuladas sob estresse.” Trata-se de uma simulação de um PRF ferido que deverá ser atendido pela equipe. Vale ressaltar que há previsão de que os alunos anteriormente deverão “executar 10 polichinelos” e que, posteriormente dentro de uma viatura, “será feito um barulho e autorizada a retirada da venda”. Não há motivação explícita para essas ações no plano de aula, mas a considerar o correlato na disciplina de TDP, pode-se inferir que seja para que isso funcione como elemento estressor.

No decorrer da oficina, os alunos serão simuladamente ameaçados por um agressor. Nesse momento, está previsto que o “instrutor indicará o local da ameaça. Eles deverão sair do veículo [...], abrigar-se distante da viatura numa barricada na lateral e fazer o deslocamento rápido simulando tiros em direção à ameaça”. Ou seja, ao invés dos alunos terem que perceber, por si, que estão sendo atacados e encontrar a ameaça para então tomar as ações previstas, essas informações serão de antemão passadas pelo instrutor responsável para que, diante destas, adotem os procedimentos cabíveis para o caso.

Já no plano das aulas 18 e 19, que tem por objetivo “aplicar as técnicas de resgate tático em ambiente hostil”, os alunos, em grupos, passarão por uma nova simulação em que utilizarão uma viatura para que, ao sinal de um instrutor, desembarquem e procurem abrigo para responder a uma ameaça simulada por outro docente. Alguns pontos específicos carecem de clareza, como: se haverá apenas um abrigo ou diversos; se são reais ou simulados; se deverão primeiramente identificar de onde vem a ameaça etc.

Mais adiante, no mesmo exercício, há indicativo de que um manequim simulará uma vítima que deve(ria) ser resgatada pela equipe, mas que os alunos serão informados pelo instrutor que “o vitimado encontra-se em óbito evidente e que eles foram atingidos pelos disparos do recente confronto”. Novamente, os alunos não têm que interpretar a cena integralmente, mas são orientados sobre o ocorrido e devem apenas responder tecnicamente em relação à realidade que lhes foi explicada. Nessa formatação há indubitavelmente aprimoramento técnico em oficina simulada, mas não necessariamente o desenvolvimento de consciência situacional, segundo a literatura apontada (Endsley; Garland, 2000).

Outra disciplina que apresenta termos que podem ser relacionados ao preparo mental é Enfretamento ao Tráfico de Drogas e Armas (EDA). O plano das aulas 7 e 8, por exemplo, tem por objetivo abordar as técnicas de entrevista utilizadas pela instituição. Como conteúdo, pode-se elencar a análise comportamental e a entrevista. Esta ainda está subdividida em “entrevista cognitiva, etapas da entrevista, técnicas de entrevista e heptâmetro de Quintiliano”<sup>12</sup>.

No desenvolvimento das aulas, após a apresentação expositiva de conceitos e técnicas, há a previsão de uma atividade simulada em que alunos serão orientados a criar uma “história de cobertura”<sup>13</sup> para que posteriormente a usem quando abordados por outra equipe que praticará a técnica de entrevista. Interessante observar que o exercício tem por objetivo não somente a prática das técnicas de entrevista, mas também estimular no aluno a percepção de nuances e

---

<sup>12</sup> Heptâmetro de Quintiliano é uma ferramenta utilizada em práticas investigativas. Através de sete questionamentos (“Quis” – quem?; “Quid” – que coisa?; “Ubi” – onde?; “Quando” – quando?; “Quomodo” – de que maneira?; “Cur” – por quê?; “Quibus auxiliis” – com que auxílio?) que visam guiar a elucidação de uma história (Barbosa, 2010, p. 161).

<sup>13</sup> “História de cobertura” é um termo utilizado no universo policial para se referir a uma história inventada ou alterada pelo abordado e que não corresponde à realidade. Tem por finalidade evitar que a equipe policial conheça os fatos e, assim, dificultar a elucidação de alguma prática criminosa/delituosa.

comportamentos do abordado para formar um arcabouço de informações capazes de despertar (ou não) suspeição durante uma abordagem policial.

Uma possível limitação da atividade é que, como os alunos abordados não estão de fato praticando algo ilícito e, portanto, não têm o que realmente esconder, as reações comportamentais não sejam necessariamente conectadas com a prática policial numa situação real. Essa dificuldade parece ser atenuada com uso de vídeo de caso real para que os alunos possam efetivamente observar como ocorre uma entrevista durante uma abordagem policial.

Por fim, identificam-se termos como consciência situacional, mental(idade), resiliência, entre outros, mas que ou não apresentam efetiva conexão com a temática do preparo mental, ou são utilizados de forma genérica sem alguma significação mais precisa. Exemplos disso são informações constantes no campo de observações de planos de aulas de diversas disciplinas.

Em TAB, por exemplo, para justificar genericamente o uso de palavras de calão durante as aulas que possuem oficinas práticas (mesma aparição em 9 planos de aula), “no intuito de simular a realidade do tratamento com o policial, bem como com o objetivo pedagógico de buscar o **equilíbrio emocional** e a **resiliência** necessária para o desempenho da função” (grifos nossos). Já em AMT, como justificativa para uso de “ferramentas de vivacidade<sup>14</sup> (...) como meio de contribuição para a manutenção da organização, da saúde física e do controle emocional, que são valências importantes ao futuro PRF”. (AMT – mesma informação em 22 planos de aula). Em APS, por sua vez, também há previsão de ferramentas de vivacidade e uso de palavras de calão com intuito de “estresse no aluno ou como ferramenta para corrigir conduta incompatível com a instrução” (informação constante em 17 planos de aulas).

Como estas, outras disciplinas fazem uso similar e, portanto, por não trazerem consigo informação precisa e de maior significação, não foram consideradas como relacionadas ao preparo mental em nossa pesquisa. O mesmo pensamento aplica-se a outras passagens similares que, por sua generalidade ou falta de clareza, não são

---

<sup>14</sup> Conforme o projeto pedagógico do curso, na letra “c” do item 18.4, figuram, como atividades complementares, “exercícios de vivacidade” que terão por objetivos promover “aquecimento físico, para aumentar o nível e alerta da turma ou mesmo de adrenalina e tensão, para execução de tarefas específicas em algumas aulas” (Brasil, 2022a, p. 13). No entanto, não fica claro quais exercícios seriam estes e em que exatamente baseiam-se para essas conclusões. A princípio, pelos planos de aulas, pode-se concluir que tratam de exercícios físicos, como flexão de braços, polichinelos, entre outros.

consideradas como intencionalmente contribuintes ao preparo mental dos policiais em formação.

## 4 INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

O Curso de Formação Profissional ocorrido no primeiro semestre de 2022 teve previsão de 476 horas de formação na UniPRF, dedicadas a mais de 117<sup>15</sup> alunos em formação. No total, constam no projeto pedagógico 24 disciplinas<sup>16</sup>, divididas em nove áreas de conhecimento. Pelo estudo realizado, encontramos conteúdo qualitativamente relacionado à saúde e preparo mentais em apenas oito destas. Ou seja, apenas um terço de todas as disciplinas tiveram efetivamente alguma intencionalidade formalmente registrada no que tange o desenvolvimento de competências que possam melhorar o preparo mental.

Não obstante, cabe ressaltar, dentre os dados evidenciados, a baixa frequência relativa e absoluta com que as práticas didáticas foram efetivamente orientadas para o preparo mental nos planos de aula analisados, conforme demonstrado na TABELA 1, a seguir.

TABELA 1 – CORRELAÇÃO ENTRE CARGAS HORÁRIAS DAS DISCIPLINAS

Disciplina	CH total	CH ref prep mental	Relação (%)
ALP	24	3	12,5%
AMT	76	12	15,8%
APS	24	3	12,5%
EDA	20	1	5,0%
PBS	35	5	14,3%
TAB	42	12	28,6%
TDP	29	4	13,8%
UDF	12	2	16,7%
<b>CFP total</b>	<b>476</b>	<b>42</b>	<b>8,8%</b>

FONTE: Asinelli-Luz; Rapetti (2023)

As disciplinas que possuem maior quantidade de aulas com algum desenvolvimento de competências para o preparo mental são AMT e TAB, igualmente com 12 horas de aula. São também as disciplinas com maior carga horária total, com

<sup>15</sup> A quantidade de alunos para essa edição encontra algumas divergências nos documentos. Enquanto o Projeto Pedagógico silencia sobre a quantidade de alunos, o “Relatório de boas práticas e pontos a melhorar Curso de Formação Policial – CPF” da EFAP/UniPRF (SEI 45204670) afirma 129 alunos; já o “Relatório Logística CFP 2022” da CLA/UniPRF (SEI 44298014) assevera que teriam sido 115. Diante dessa divergência, realizamos consulta à Secretaria Acadêmica da UniPRF (SSATI/UniPRF) que nos informou que essa edição do curso contou com 117 alunos matriculados. Como essa variação não impacta significativamente no estudo, adotamos esta última informação como referência.

<sup>16</sup> No Plano Pedagógico do CFP 2022, constam 24 disciplinas/atividades representadas pelas siglas: CVP, PLF, FTR, FPD, FPP, FAM, PBS, APS, PAT, ALP, AMT, TAB, TDP, UDF, DHI, EFV, EDA, INT, POT, STP, NOC, EIG, SEP e EDT (Brasil, 2022a).

76 e 42 horas, respectivamente. Já na proporção entre quantidade de horas de aula relacionadas ao preparo mental e a quantidade total de carga horária de cada disciplina, pode-se observar que há uma média geral de 14,2%. A maioria mantém-se próximo a essa média; no entanto, destaque positivo deve ser dado a TAB que trata a temática em 28,6% da totalidade de sua carga horária. Isso grosseiramente representa o dobro da média geral das disciplinas. Já EDA tem apenas 5% de sua carga horária efetivamente dedicada ao preparo mental dos alunos em formação.

Importante enfatizar que a média é em relação apenas às disciplinas que, de alguma forma, abordam a temática qualitativamente, pois representam, como anteriormente mencionado, apenas um terço do total de disciplinas do CFP. Se tomarmos como base a carga horária total prevista para o curso, teríamos apenas 8,8% das horas de aula que atuam efetivamente no desenvolvimento destas competências.

Vale ainda ressaltar que consideramos, para fins de contabilização na pesquisa, as aulas que abordaram, **em algum momento**, a temática. Ou seja, sabemos que dentro da aula, atividades específicas somam apenas uma fração e, portanto, a quantidade de tempo despendido no desenvolvimento de competências para o preparo mental pode ser significativamente menor.

Trata-se, portanto, de um pequeno fragmento do imenso esforço social empreendido na formação e melhoria dos serviços públicos de segurança ofertados à população Brasileira. Não obstante, a partir da amostra dos planos de aula analisados, associada às diretrizes educacionais, projeto pedagógico, à legislação pertinente e à revisão da literatura, pudemos compor uma teia de informações que permite apontar alguns fatores relevantes acerca do preparo mental na formação de Policiais Rodoviários Federais.

O plano da disciplina Princípios Básicos para a Saúde (PBS) e o projeto pedagógico preveem abordagens focadas no desenvolvimento e avaliação da “aptidão física relacionada à saúde; **saúde mental**, emocional e social, controle emocional, estresse do serviço policial” e técnicas de relaxamento. Ou seja, no escopo da disciplina PBS, a aptidão física é uma quinta parte dos objetivos de aprendizagem, mas na efetivação das políticas pedagógicas, registrada nos planos de aula, a saúde física ocupa quase a totalidade da carga horária.

A análise dos planos de aula mostra evidente a fuga dos docentes dos temas sensíveis relacionados à saúde mental, associada a uma forte concentração em

atividades físicas, mesmo quando a metodologia a ser aplicada envolveu “técnicas de relaxamento”, sendo que a única deste tipo discriminada textualmente nos planos de aula foi a prática de respiração, que não foi descrita ou subsidiada por aporte teórico ou conceitual.

Se for considerado que, em duas das cinco aulas de PBS, o foco foi o relaxamento muscular, por meio de alongamentos, restam apenas três aulas das nas quais os objetivos educacionais foram diretamente ligados à Saúde Mental (resiliência, sono e suicídio). Estes achados evidenciam principalmente dois problemas pedagógicos relativos ao preparo mental no CFP da UniPRF, que podem ser condensados a partir das duas disciplinas-paradigma:

Primeiramente, há um viés na intencionalidade no planejamento e na aplicação das diretrizes pedagógicas que busca desviar dos temas sensíveis, relativos à **saúde mental**, uma vez que problemas graves, como transtorno de estresse pós-traumático ou alcoolismo sequer são mencionados nos planos de aula em uma disciplina que tem como motivação principal a saúde. Além disto, a causa de aproximadamente 21,7% das mortes de PRFs no período de 2007 a 2020, o suicídio (Martins, 2020), mereceu apenas uma hora de atenção na disciplina dedicada à orientação sobre a saúde para os profissionais em formação.

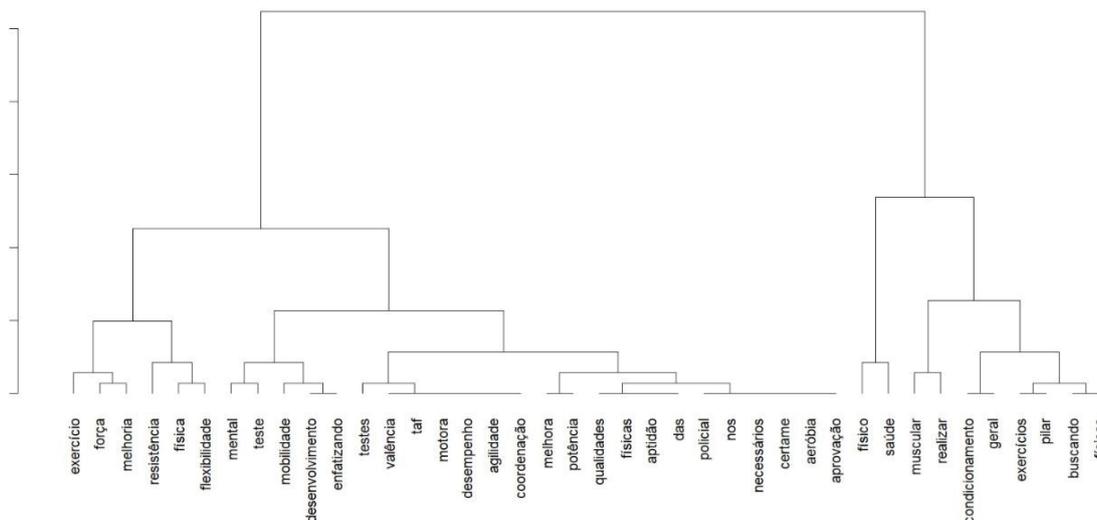
Uma nuvem de palavras<sup>17</sup>, construída a partir dos objetivos educacionais, conteúdo e metodologia de todos os planos de aula da disciplina de PBS, corrobora tal conclusão:

---

<sup>17</sup> **Nuvem de palavras** é uma representação visual de um documento que geralmente é criada mapeando os termos mais frequentes no documento em duas dimensões, com a frequência de cada palavra indicada pelo tamanho da fonte da palavra (Castella; Sutton; 2014, p. 665). Na presente pesquisa, as nuvens de palavras foram realizadas a partir da compilação dos dados dos planos de aula, usando o software R pela interface R studio com a ferramenta biblioshiny para bibliometria do R statistical package 13 (Aria; Cuccurullo, 2017).



FIGURA 13 – DENDROGRAMA PBS



FONTE: Asinelli-Luz; Rapetti (2023)

Assim, é possível perceber que “saúde” está fortemente conectada à “físico” e, juntos, ligam-se a outros grupos que também possuem enfoque na atividade física, como o condicionamento através de exercícios físicos. E essas conexões ao elemento físico se repetem em basicamente todos os demais agrupamentos de termos, evidenciando o que está graficamente representado na imagem, tendo o “físico” como palavra de maior destaque. Inclusive com maiores projeção e conexões que “saúde”, a qual figura na competência da disciplina como elemento base para o desempenho da atividade policial: “Adotar hábitos saudáveis por meio da prática de exercícios, técnicas e cuidados que **promovam a saúde integral**” (Plano de Ensino - PBS).

Já a palavra “mental” está diretamente ligada a “teste”. Com o olhar mais atento aos planos de aula, infere-se que isso possivelmente ocorre porque no plano de aula PBS 29 há aplicação de um questionário sobre saúde mental. No entanto, no documento não fica clara a finalidade desse instrumento. Por outro lado, termos como “suicídio” mal aparecem na nuvem; “relaxamento” e “respiração” igualmente ocupam pouco destaque, corroborando, assim, o que havíamos já identificado anteriormente.

Em segundo lugar, a resiliência e a capacidade de regulação emocional sequer fazem parte das considerações pedagógicas enunciadas nos planos de aula, evidenciando uma falta de articulação fundamental entre os conhecimentos didáticos, a Psicologia da Educação e as necessidades profissionais relativas ao **preparo mental**. Pelo contrário, o plano das aulas 11 e 12, relativo ao encerramento da



Nas imagens anteriores, claramente observa-se o destaque central aos termos “uso” e “força” que compõem, não surpreendentemente, o nome da disciplina em questão. Além destes, “químico”, “químicos”, “descontaminação”, “efeitos”, “tecnologias” completam área de relevo na nuvem de palavras. Termos relacionados ao preparo mental sequer possuem algum destaque nas imagens, o que denota pouca preocupação no desenvolvimento de competências nesta temática, corroborando o que encontramos na análise dos documentos pedagógicos.

Desse modo, evidencia-se que o intento principal da disciplina é o foco no uso (aplicação técnica) de instrumentos com menor potencial ofensivo, notadamente agentes químicos, como alternativas ao uso da arma de fogo. Contudo, primordial seria que houvesse maior ênfase no aprimoramento do preparo mental, em especial no processo de tomada de decisão, para que o policial, diante de uma situação crítica, seja capaz de escolher a ferramenta mais adequada para a realidade que está a sua frente. Para tanto, é imprescindível que ele tenha consciência situacional para que essa escolha seja assertiva e dentro dos limites estabelecidos na legislação e com o uso orientado pelos protocolos da PRF.

Além disso, conforme a literatura revisada, algumas das boas práticas de preparo mental indicadas para atividades congêneres ao patrulhamento rodoviário são o reforço positivo para a legitimidade do uso da força pelos agentes do Estado, associada à antecipação dos planos e procedimentos previstos para as atitudes futuras (Gilbar; Ben-Zur; Lubin, 2010). Esta sensação de previsibilidade, ainda que não necessariamente conectada à realidade dos fatos, minimiza o impacto psicológico da emergência e aumenta o potencial de resiliência em situações de conflito, favorecendo o controle emocional e a consciência situacional.

Não é por menos que os líderes de outrora, como Péricles, Napoleão e Churchill são reconhecidos por seus discursos motivacionais, fossem eles baseados em “Sangue, labuta, lágrimas e suor”<sup>19</sup> ou enaltecendo a seus soldados que “quarenta séculos vos contemplam”<sup>20</sup>. Este tipo de reforço positivo, com eficácia repetidamente comprovada em batalha<sup>21</sup>, é uma aposta básica para manter o ânimo (preparar

---

<sup>19</sup>Trecho do discurso de Winston Churchill proferido em 13 de maio de 1940, ao iniciar seu governo e convocar os britânicos a manterem sua disposição contra os alemães.

<sup>20</sup>Trecho do discurso de Napoleão Bonaparte aos seus soldados na Batalha da Pirâmides, em 1798.

<sup>21</sup>Neste ponto, é importante lembrar que a prontidão depende de conhecimento prévio acerca da ação futura e que a motivação é um fator relevante, mas não determinante para a prontidão (Jennings; Van der Molen, 2005).

mentalmente) tropas prestes a enfrentar inimigos determinados e perigosos.

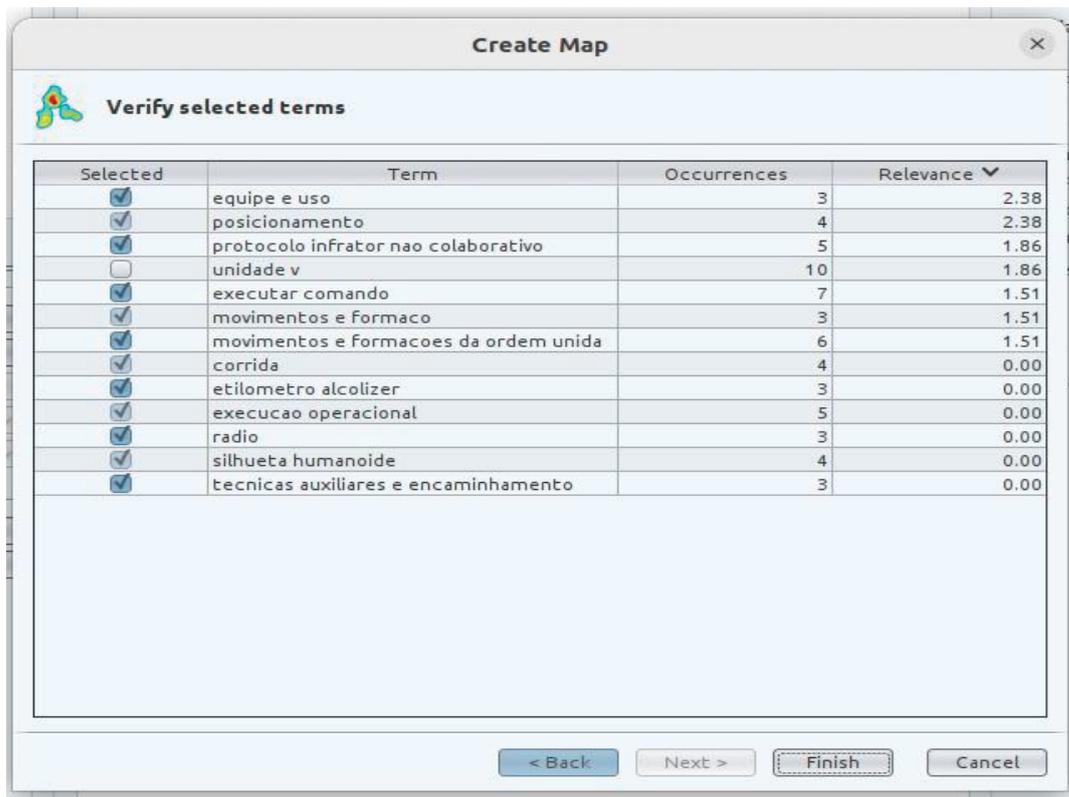
Essa é possivelmente uma forma de desenvolvimento de resiliência mental no policiamento rodoviário, a partir da qual o destemor é calculado, sem degrading em ações temerárias, uma vez que esteja respaldado por antecipação. Nesse processo de preparo mental para o patrulhamento, a consciência da legitimidade precisa sempre e novamente ser reforçada e lembrada, assim como o papel fundamental de conhecer e respeitar os protocolos e procedimentos definidos institucionalmente em respeito e consonância à legislação correlata.

Isso posto, resta apresentar os resultados e a interpretação desses resultados pelo uso da **grelha de valores implícitos**, que consiste em uma abordagem metodológica que permite explicitar os fatores considerados mais importantes em um discurso ou narrativa. Ela pode ser utilizada tanto em consulta aos participantes de uma pesquisa quanto na análise de documentos disponíveis para estudos de caso.

Nesta dissertação, a técnica foi utilizada a partir da a mineração de dados automatizada por meio do *software* VOSviewer, como já explanado, a qual foi realizada a partir dos documentos relativos ao **projeto pedagógico e ementas disponíveis** (planos de ensino/disciplina), a fim de evidenciar os principais valores implícitos presentes nos documentos formativos do CFP 2022 da UniPRF.

Para essa análise, optou-se por não incluir o conteúdo dos planos de aula no corpus para mineração, uma vez que, devido à diferença significativa de carga horária entre as disciplinas, o *software* poderia tender a indicar termos por ocorrência mais frequentemente das que possuem elevada carga horária – e, como consequência, maior quantidade de planos de aula – em detrimento das que possuem menor. No entanto, para melhor analisar as informações apresentadas, recorreu-se adicionalmente à busca manual em planos de aula dos termos evidenciados. Dessa forma, entende-se que foi possível construir uma visão mais equânime dos dados. Os termos que sintetizam os valores pedagógicos implícitos da instituição, destacados de forma automatizada, estão representados na FIGURA 16:

FIGURA 16 – AGRUPAMENTOS SEMÂNTICOS A PARTIR DOS DOCUMENTOS PEDAGÓGICOS



The screenshot shows a window titled "Create Map" with a sub-header "Verify selected terms". Below this is a table with four columns: "Selected", "Term", "Occurrences", and "Relevance". The "Selected" column contains checkboxes, most of which are checked. The "Relevance" column has a dropdown arrow. At the bottom of the window are four buttons: "< Back", "Next >", "Finish", and "Cancel".

Selected	Term	Occurrences	Relevance
<input checked="" type="checkbox"/>	equipe e uso	3	2.38
<input checked="" type="checkbox"/>	posicionamento	4	2.38
<input checked="" type="checkbox"/>	protocolo infrator nao colaborativo	5	1.86
<input type="checkbox"/>	unidade v	10	1.86
<input checked="" type="checkbox"/>	executar comando	7	1.51
<input checked="" type="checkbox"/>	movimentos e formaco	3	1.51
<input checked="" type="checkbox"/>	movimentos e Formacoes da ordem unida	6	1.51
<input checked="" type="checkbox"/>	corrida	4	0.00
<input checked="" type="checkbox"/>	etilometro alcolizer	3	0.00
<input checked="" type="checkbox"/>	execucao operacional	5	0.00
<input checked="" type="checkbox"/>	radio	3	0.00
<input checked="" type="checkbox"/>	silhueta humanoide	4	0.00
<input checked="" type="checkbox"/>	tecnicas auxiliares e encaminhamento	3	0.00

FONTE: Software VOSviewer (Universidade de Leiden, 2023)

A análise semântica de agrupamento por relevância dos documentos pedagógicos permite destacar, como representações dos valores intrínsecos à estrutura pedagógica do curso de formação de PRF, os seguintes tópicos:

- a) Equipe;
- b) Protocolo;
- c) Posicionamento;
- d) Executar comando
- e) Movimento de Formação (ordem unida)

Os demais termos, embora apareçam na análise semântica, não se destacaram no critério de relevância<sup>22</sup> (FIGURA 12) a ponto de merecerem destaque na análise de conteúdo. Por isso, foram excluídos da grelha de valores intrínsecos,

<sup>22</sup> O VosViewer utiliza Van Eck and Waltman (2011) como suporte para cálculos de relevância, conforme destacado no manual do *software*. (Universidade de Leiden, 2023, p. 36)

que visa desmembrar criticamente os textos e ressignificá-los por meio de análise estrutural<sup>23</sup> (Bardin, 2000).

O tópico de maior hierarquia na análise semântica foi “equipe”, que se apresenta como um dos valores fundamentais para a instituição, uma vez que, tanto a segurança, quanto os objetivos operacionais não podem ser exercidos no policiamento rodoviário sem o apoio dos colegas. Este termo teve mais de 500 aparições nos planos de aula, ratificando sua ocorrência e relevância.

Excertos que exemplificam essa visão podem ser identificados no plano de aula 05 da disciplina Técnicas de Policiamento e Fiscalização (TPF) que destaca que “o trabalho em equipe (...) pode apresentar uma dimensão maior do que a própria equipe operacional”. Inclusive, no desenvolvimento da aula está prevista uma atividade que tem por finalidade o “estímulo à reflexão (...), para internalização da importância do trabalho em equipe.”

O senso de pertencimento e a camaradagem profissional são valores inerentes ao trabalho policial, uma vez que a vida de um policial pode depender diretamente das ações dos demais componentes de sua equipe, o que justifica a recorrência das menções ao “trabalho em equipe”, implicando suas representações frequentes nos documentos pedagógicos que fixam as diretrizes para a formação policial na UniPRF. Infere-se que estes são os principais valores almejados e reforçados pela instituição na introdução de novos agentes aos seus quadros, o qual encabeça a grelha de valores pedagógicos implícitos à formação de PRFs.

O segundo termo que aparece em destaque na análise semântica, ordenada por fator de relevância, é “protocolo”, conceito que certamente não se repete estruturalmente nos documentos pedagógicos sem um propósito específico. O conhecimento e a obediência aos protocolos, principalmente os de segurança no trânsito e nas operações policiais, são fatores determinantes para a diferença entre vida e morte em muitas ocasiões de emergência nas rodovias federais.

Além de fortalecer aspectos chaves para a segurança, prevenindo e mitigando acidentes, os protocolos de ação, quando adequadamente observados, fornecem também proteção jurídica e psicológica para os agentes da lei após o confronto em

---

<sup>23</sup> “Terms with a high relevance score tend to represent specific topics covered by the text data, while terms with a low relevance score tend to be of a general nature and tend not to be representative of any specific topic. By excluding terms with a low relevance score, general terms are filtered out and the focus shifts to more specific and more informative terms.” (idem, p. 37).

situações críticas, uma vez que traz o conforto de se ter agido corretamente, independentemente do desfecho das ações, ainda que severos, como frequentemente o são na atividade policial. Mesmo em uma das situações mais extremas e indesejáveis do trabalho policial, o alvejamento com óbito, que eventualmente pode se fazer necessário em situações críticas, o conhecimento e respeito rigoroso aos protocolos de ação permitem ao policial racionalizar os efeitos do trauma, bem como se defender assertivamente nas instâncias legais, por mais dura que sejam suas consequências.

Isso fica evidente nos planos de aula da disciplina de TDP que, reiteradamente, cita termos como “protocolo infrator colaborativo”, “protocolo infrator não colaborativo”, além de outras como TPF que faz menção aos “protocolos de fiscalização”. É nesse sentido que a revisão dos protocolos antes da ação pode ser considerada uma forma eficiente e, conforme a literatura revisada (Gilbar; Ben-Zur; Lubin, 2010), eficaz de preparo mental, que permite racionalizar a emergência antevendo e preparando a mente para suas consequências, de modo a fortalecer a capacidade de regulação emocional e o aumento da resiliência mental.

Nessa mesma esteira, quando se analisam conjuntamente os planos de aula, é possível expandir o conceito de “protocolo” e agregar o elemento “doutrina” com significação semelhante. Por diversas passagens, encontra-se o termo “doutrina (da) PRF” referindo-se à necessidade de observação do preconizado institucionalmente, seja por documentos e manuais operacionais, mas também pela prática da atividade policial não codificada.

Ele aparece frequentemente nas mais variadas disciplinas como Armamento Munição e Tiro (AMT), Condução Veicular Policial (CVP), Noções de Organização e Controle (NOC), Inteligência Policial (IPS), Enfrentamento à Fraudes Veiculares (EFV), Perícia e Atendimento de Acidentes de Trânsito (PAT), Uso Diferenciado da Força (UDF) e Técnicas de Abordagem (TAB), por exemplo. Não coincidentemente, todas essas disciplinas são focadas no desenvolvimento de competências técnicas para a execução do trabalho policial.

Esse tipo de utilização dos protocolos, contudo, não foi constatado como recurso metódico previsto nos planos de aula referentes ao “ pilar Saúde Mental”, destinado a tais assuntos. Na prática da formação de PRFs o reforço positivo dado ao conhecimento e respeito aos protocolos de ação evidencia esses entre os principais valores intrínsecos ao órgão.

O terceiro valor evidenciado pela análise semântica dos documentos pedagógicos é representado pelo termo “posicionamento”, que aparece em diversos contextos, seja na escolha do melhor local para o patrulhamento, seja na melhor conformação ergonômica do corpo para a execução de um tiro, ou atendimento a uma vítima em primeiros socorros, ou na condução veicular, ou mesmo na execução de procedimentos de busca pessoal e uso de algemas, por exemplo. Trata-se de uma postura estratégica que prepara o policial para a ação, uma vez que quando bem posicionado, seja o veículo, seja o instrumento (arma, radar, algemas, cones etc.), ou mesmo a posição do corpo (base firme, postura vigilante, cabeça erguida etc.), o trabalho policial é bastante facilitado, já que nessas condições o agente não se encontra desprevenido para a emergência, o que favorece a pronta resposta e o direcionamento da atenção para uma decisão mais assertiva no menor tempo possível.

O adequado posicionamento utiliza, por exemplo, a memória muscular (LIU, 2011) e a certeza de protocolos bem treinados como recursos valiosos para ganhar tempo em situações em que este é o fator determinante para o sucesso. Por esses motivos, embora o termo “posição” pareça inicialmente descontextualizado, certamente ele representa um conjunto de valores muito relevantes na formação policial.

Outro valor implícito evidenciado pela análise semântica, está representado pelo termo “movimento de formação” e aparece também com alta relevância na análise semântica. Ele está associado principalmente ao exercício de movimentos sincronizados de origem militar, mais conhecidos pelo nome “ordem unida”.

Uma das possíveis razões para a apropriação de uma característica militar na PRF é o fato de que o maior contingente de agentes que atuam no policiamento ostensivo no Brasil é das polícias militares e, por conseguinte, é natural que haja influência dessa realidade numa instituição de policiamento ostensivo ainda que de natureza civil<sup>24</sup>. Além disso, as polícias militares Brasileiras têm sua gênese ainda no Império (Ribeiro, 2011), enquanto a PRF tem sua criação em 1928. Logo, é de se esperar que parte de sua maneira de fazer policiamento e, conseqüentemente, da sua formação profissional recebam influência das instituições militares.

---

<sup>24</sup> Segundo Anuário de Segurança Pública de 2022, o efetivo de policiais militares na ativa é de aproximadamente 406 mil pessoas (FBSP, 2022, p.31). Já a PRF, por imposições legais, tem seu efetivo limitado a pouco mais de uma dezena de milhar de policiais.

Embora esse não seja um valor tão relevante para a PRF, como o seriam as noções de segurança ou fluidez, por exemplo, a presença do exercício de formação nos documentos pedagógicos é uma representação prática de outros valores que a instituição parece julgar importantes a serem incutidos nos recém-chegados ao seu quadro. Esses movimentos sincronizados são frequentemente encontrados no plano de ensino da disciplina Noções de Organização e Controle (NOC) e, segundo os documentos pedagógicos, tem por finalidade estimular a disciplina como “característica esperada dos integrantes de uma instituição policial que tem como premissa a resposta operacional rápida e eficiente às ocorrências de serviço”. Não obstante, objetiva “fomentar o desenvolvimento do espírito de equipe, respeito à hierarquia e à disciplina, da voz de comando, da marcialidade e da rusticidade necessárias à postura corporal do agente de segurança pública.” Informação que coaduna com a mesma ideia pode ser encontrada no plano da aula 5 de TPF que reforça a

[...] importância do trabalho em equipe, explorando o diferencial da PRF em ser um órgão que tem como **base hierarquia, disciplina e autonomia**, mas que, independentemente, da função que cada um ocupa na **escala hierárquica**, de forma autônoma devemos convergir sempre para o objetivo comum: prestar o serviço com excelência à sociedade. (grifos nossos)

Tais valores transmitem uma ideologia particular e parecem querer fortalecer a cultura de que a PRF age como um corpo único, que deve atuar de forma harmônica, almejando um destino comum. No entanto, não fica claro em que conceitos acadêmicos ou científicos são baseadas essas premissas.

Por fim, o termo “executar comando” não aparece de forma recorrente nos documentos de formação por acaso. Quando se busca nos planos de aula, fica claro que remete igualmente à disciplina de NOC para os movimentos de marcialidade num sentido conexo ao termo anterior. Contudo, ao expandir esse conceito, pode-se encontrá-lo muito frequentemente nos planos de aula de diversas disciplinas na forma de “sob comando”<sup>25</sup>, significando que os alunos só poderão realizar procedimentos após determinação (comando) dos instrutores.

---

<sup>25</sup> O termo “sob comando” aparece por mais de 70 vezes nos planos de aula, mais notadamente das disciplinas de Armamento, Munição e Tiro (AMT), Noções de Organização e Controle (NOC), Técnicas de Defesa Policial (TDP), Técnicas de Policiamento e Fiscalização (TPF), Enfrentamento ao tráfico de Drogas e Armas (EDA) e Condução Veicular Policial (CVP).

Isso parece ser compreensível em ambientes críticos, em que erros podem ocasionar resultados trágicos como na pista de tiro (estande). Entretanto, somado ao que identificamos no termo anterior, essa prática sugere a busca por maior controle dos alunos, visando fortalecer a obediência, hierarquia e disciplina. Por essa razão, os valores implícitos destes últimos dois termos foram agregados. O QUADRO 5 associa os termos destacados pela análise semântica aos respectivos valores interpretados em uma grelha de valores implícitos aos textos orientadores do CFP2022 da UniPRF.

QUADRO 5 – GRELHA DE VALORES IMPLÍCITOS CFP 2022

<b>Termo</b>	<b>Ocorrências</b>	<b>Relevância</b>	<b>Valores implícitos na formação</b>
Equipe	3	2,38	Pertencimento, camaradagem e apoio profissional
Protocolo	4	2,38	Proteção e segurança
Posicionamento	5	1,86	Estratégia e preparo
Movimento de Formação	9	1,51	Organicidade, obediência, hierarquia e pronta resposta
Executar comando	7	1,51	

FONTE: Asinelli-Luz; Rapetti (2023)

A comparação entre as colunas dois (ocorrências) e três (relevância) do QUADRO 5, que representa a grelha de valores implícitos do CFP 2022, evidencia que o *software* utilizado não se limita a contar palavras, mas é capaz também de quantificar e valorar as relações contextuais dos termos que aparecem nos documentos analisados, evidenciando essa metodologia como uma ferramenta eficaz para a análise de grandes quantidades de dados, como a aqui resumida e comentada.

A análise de conteúdo dos documentos pedagógicos do CFP 2022 permitiu evidenciar a hierarquia dos principais valores implícitos a serem transmitidos pelos docentes da UniPRF aos seus egressos, dentre os quais se destaca o pertencimento à instituição. Este valor é necessário para que os alunos se sintam e ajam como partes de um sistema complexo, o qual oferece objetivos compartilhados que podem ser executados de forma ordenada por meio da camaradagem e do apoio profissional, oferecidos e respeitados como condições para a segurança e a integridade do grupo.

Esses são alguns dos principais requisitos para manter e promover a proteção da vida e a segurança das vias públicas, valores fundamentais que justificam a própria

existência da PRF. Para que eles sejam conservados e desenvolvidos, a partir dos cursos de formação de policiais, faz-se necessário o investimento em estratégia e preparo, valores operacionais indispensáveis à eficácia das ações de patrulhamento rodoviário, que são orientadas para a pronta resposta.

Pela análise, conclui-se que acima estão destacados os principais valores que se encontram implícitos nos seus documentos pedagógicos. No entanto, é preciso que todas essas práticas encontrem lastro na literatura acadêmica, de modo a unir intencionalidade com efetividade na formação policial. Se reverberam no egresso do CFP de maneira internalizada, somente um estudo específico sobre seus resultados seria capaz de perceber em que medida estas ações contribuem, de fato, na construção do agente policial rodoviário federal idealizado pelo órgão.

## 5 CONCLUSÃO E CAMINHOS POSSÍVEIS

Os dados acadêmicos retirados de artigos e livros publicados por renomados pesquisadores do mundo todo permitem o entendimento de que o preparo mental está sistematicamente ligado à capacidade de regulação emocional, à resiliência e à consciência situacional, as quais favorecem a assertividade na tomada de decisão que permite a pronta resposta com eficácia e eficiência no trabalho policial.

Por tudo isso, recomenda-se que as práticas orientadas para o preparo mental sejam previstas, projetadas e implantadas sistematicamente nos cursos de formação não apenas na PRF, mas em instituições de segurança pública em geral, inseridas nos currículos de forma gradual, sistemática, científica e metodologicamente amparada.

A partir da análise da legislação e das publicações orientadas para a reformulação do paradigma de segurança vigente, percebe-se que há um enorme distanciamento entre as intencionalidades das forças políticas encarregadas da reestruturação do sistema de segurança Brasileiro e o conhecimento acadêmico mundialmente consolidado.

Percebe-se nos documentos oficiais muita preocupação com estrutura, detalhes operacionais, formalismos, uma grande diversidade de competências e pouca atenção ao locus da inteligência policial, a mente. São raríssimas as notações especificamente dedicadas à saúde mental das forças policiais nas políticas públicas, indicando a falta de entendimento da sociedade em geral sobre o nível de sofrimento psicológico decorrente do estigma de trabalhar e viver em contato permanente com mal, ainda que seja para defender a sociedade dele.

Esta dificuldade, inerente ao ofício de PRF e presente nas demais instituições de segurança pública, tem levado vários colegas ao suicídio e a outras patologias psicológicas sobre as quais os números nos escapam, seja por subnotificação, seja por falta de interesse acadêmico acerca dos problemas relacionados a essa parte da população (Franco, 2018, p. 110).

O objetivo principal desta pesquisa foi responder ao problema: como as competências para o preparo mental dos policiais rodoviários federais são desenvolvidas no processo de formação profissional?

Concluimos, a partir dos dados de campo, principalmente da análise de conteúdo dos planos de aula, que a resiliência e a capacidade de regulação emocional

não são adequadamente desenvolvidas, mas frequentemente pressupostas como requisitos durante o curso de formação, ao passo que o aprimoramento da consciência situacional recebe aportes de estímulos para o desenvolvimento nas mais variadas disciplinas ofertadas pela instituição.

Ainda que os pressupostos tenham sido corroborados pelos dados empíricos, confirmando as noções de que a UniPRF desenvolve ações pedagógicas no sentido de contribuir para o preparo mental dos alunos em formação profissional, tais contribuições não são comprovadamente suficientes ou mesmo assertivas no desenvolvimento das habilidades de resiliência e regulação emocional.

Pelo contrário, as pesquisas acadêmicas indicam que tomar um café, bater um papo descontraído ou simplesmente rezar poderiam ter os mesmos efeitos psicológicos, de forma que cabe à UniPRF e seus docentes reformular suas práticas pedagógicas e diretrizes formativas no sentido de agregar técnicas efetivas e bem fundamentadas de preparo mental, a fim de promover de maneira metódica e racional o desenvolvimento da resiliência, da consciência situacional e do controle emocional nos egressos dos CFP.

Quanto ao segundo pressuposto, constatou-se que de fato há registros nos documentos pedagógicos de práticas orientadas para o preparo mental. Não obstante, além de escassos, não apresentam qualquer fundamentação teórica, carecendo de credibilidade acadêmica, fato que parcialmente explica a omissão docente sobre o preparo mental em seus planos de aula.

Outrossim, há que se considerar a saúde mental como um campo sensível, que em parte da cultura Brasileira pode ser considerada como um tabu (BAZZO, 1997). Esta dificuldade generalizada para tratar de temas tão sensíveis quanto o suicídio, o alcoolismo ou o estresse pós-traumático evidencia um fato relevante: a necessidade de abordagem especializada nos assuntos referentes à saúde mental. A sensibilidade do tema, associada a um vocabulário técnico bastante específico, demandam assertividade das ações pedagógicas em saúde mental e a intervenção de profissionais da saúde, psicólogos (as) ou psiquiatras, com formação consistente na área para abordar tais problemas de forma eficaz.

O terceiro pressuposto também pode ser corroborado pelos dados de campo, ou seja, de fato houve ações pedagógicas previstas nos documentos que foram implementadas no sentido de promover o preparo mental (relaxamento a partir de técnicas de respiração, por exemplo). Entretanto, quanto à assertividade e

fundamentação de tais práticas de ensino, continuamos no escuro, uma vez que não há fundamentação teórica sólida nos documentos consultados e que a revisão da literatura não sustenta e nem refuta tais iniciativas.

Em relação aos indicadores de sucesso desta pesquisa, pode-se concluir que foram reconhecidos na literatura fatores associados à promoção do preparo mental, sendo a montante rituais individuais de relaxamento; legitimação; cuidados pessoais; rituais religiosos; interação social; ouvir música, pré-visualizar a ação etc. Além destes, na jusante do preparo mental foram constatadas as habilidades de resiliência, consciência situacional e regulação emocional.

Para as atividades de segurança, a legitimação do trabalho por meio de discursos motivacionais e do fortalecimento da sensação de previsibilidade das ações por meio da revisão dos protocolos e ações programadas são práticas que reconhecidamente promovem a resiliência e a assertividade no enfrentamento de situações emergentes, potencializando a capacidade de regulação emocional e consciência situacional. Portanto, elas se caracterizam como formas de promoção do preparo mental.

Em relação ao segundo indicador de pesquisa, a análise dos documentos não encontrou ligação entre as práticas pedagógicas aplicadas no CFP 2022 e as recomendações dispostas na literatura revisada, uma vez que o projeto pedagógico, planos de ensino e os planos de aula são carentes de referências teóricas e detalhamentos sobre preparo mental. O cotejamento entre as práticas pedagógicas e a literatura de referência indicou um grande distanciamento entre as competências policiais almejadas nos documentos pedagógicos e aquelas características da promoção do preparo mental, uma vez que os estudos sobre didática e formação profissional nas atividades de policiamento são muito raros, principalmente no que tange à formação de PRF.

De forma geral, chega-se à conclusão de que os estudos revisados permitem evidenciar o fato de que o ambiente de estresse permanente ao qual os PRFs estão submetidos tem impacto negativo na tomada de decisões, de maneira que a prática de desligar e religar, utilizada na área de enfermagem para a troca de plantões, por exemplo, tende a reduzir a influência de tais fatores. Para tanto, faz-se necessário criar uma cultura de preparo mental que permita a desconexão e retomada das atividades de patrulhamento sem afetar a capacidade de pronta resposta. Isto apenas seria possível por meio da promoção da resiliência através da aplicação de técnicas

eficazes de preparo mental. Elas são consideradas efetivas quando promovem a consciência situacional e a capacidade de regulação emocional, uma vez que estes fatores são decisivos para o aumento de resiliência e para a tomada assertiva de decisões rápidas em emergências.

Além disso, termos relacionados ao preparo mental sequer figuraram nos agrupamentos semânticos, como foi possível observar na interpretação dos resultados. Essa situação deve conduzir-nos a uma reflexão necessária: como assunto de vital importância para o policial não se destacou na análise semântica? É uma pergunta de difícil resposta, mas é preciso explorarmos a questão, mesmo cientes de que não seremos capazes de exaurir suas possibilidades, nem tampouco de chegar a conclusões tão profundas, pois certamente as razões são multifacetadas. Contudo, a teoria da complexidade na perspectiva de Edgar Morin pode indicar-nos caminhos possíveis para a compreensão da natureza intrincada e interconectada dos sistemas educacionais.

A complexidade destaca a distinção entre causalidade linear e recursiva. Por causalidade linear, entende-se como a interpretação tradicional de “causa e efeito”, em que um desfecho previsível é resultado de uma causa definida. Por outro lado, causalidade recursiva reconhece uma teia de interconexões e circuitos de inter-retroatividade inerentes a sistemas complexos (Morin, 2000, p 38).

Dois princípios, influenciados pelo conceito de feedback proposto por Wiener<sup>26</sup>, são importantes nessa perspectiva: o do “circuito retroativo” e o do “circuito recursivo”. O primeiro conecta-se com a ideia de que o resultado de um evento age diretamente como entrada de informação novamente ao sistema que influenciará em resultados futuros, numa espécie de retroalimentação. Já o segundo refere-se a um padrão de interações mais amplo, nos quais as causas e os efeitos estão interligados de maneira circular e interdependente, capazes de autoprodução e auto-organização. Em outras palavras, o princípio do circuito recursivo destaca a existência de feedbacks

---

<sup>26</sup> Norbert Wiener descreve um método pelo qual um sistema usa dados de sua saída para modificar sua entrada ou comportamento. Implica um ciclo contínuo de observação, avaliação e modificação que permite ao sistema governar a si mesmo dependendo de seu próprio desempenho. Numerosas disciplinas, incluindo engenharia, biologia e cibernética, podem usar esse conceito. A fim de estabelecer mecanismos de autorregulação em sistemas complexos, a teoria do feedback de Wiener oferece uma estrutura fundamental para compreender como os sistemas podem se autocorrigir e se adaptar por meio de interações contínuas entre sua saída e entrada (Wiener, 1970).

mútuos e retroalimentações entre os elementos de um sistema, resultando em uma dinâmica complexa e não-linear. Ou, nas palavras de Alves e Seminotti (2006, p. 119),

É um circuito que pode ser representado graficamente pela espiral, cujos produtos e efeitos são, eles próprios, produtores e causadores daquilo que os produz. Os indivíduos humanos, por exemplo, produzem a sociedade nas e pelas inter-relações, e a emergência da sociedade produz a humanidade dos mesmos, fornecendo-lhes a linguagem e a cultura.

Essa compreensão de que se trata de um sistema vivo auto-organizado e que não para de se autoproduzir pode – e deve, na nossa perspectiva – ser levado em consideração nas ações educativas de formação da policial.

O aluno em desenvolvimento na UniPRF não está apenas no cumprimento de uma etapa obrigatória do concurso para provimento de um cargo público. A nova função policial transformará sua vida por completo, tanto na forma como ele próprio lida com o mundo, agora com o uso da força legitimado, mas também como a sociedade e família o veem. De fiscalizado, esse cidadão tornar-se-á também fiscalizador. E, com isso, passará a ser mais fiscalizado (ou observado) que anteriormente, numa iteração contínua, que influenciará não apenas sua vida profissional, mas todo seu âmbito intra e interpessoal.

Isso indubitavelmente exerce uma grande pressão psicológica; não à toa que o suicídio seja mais frequente na população policial se comparada a sociedade como um todo (MARINS, 2023). Encarar essa nova realidade complexa que se desvela é uma tarefa muito desafiadora e, para tanto, o aluno – agora policial – deve estar adequadamente preparado não apenas tecnicamente para o desempenho da função, mas, acima de tudo, mentalmente.

Aplicar a teoria da complexidade na educação requer uma reforma de pensamento. Ao invés de reduzir o fenômeno educacional a relações de causa e efeito e variáveis isoladas, educadores devem abraçar a complexidade inerente a esse campo. Concordamos com Morin que desmontar um sistema em suas partes componentes e analisá-las separadamente em partes isoladas acarreta uma “supersimplificação” da realidade. Essa visão simplesmente não consegue, por sua natureza, capturar propriedades emergentes que surgem das interações das partes. É preciso enfatizar a interconexão de seus elementos e a necessidade de examinar o todo, de forma holística, com visão sistêmica.

O paralelo pode ser traçado em relação às disciplinas dentro de um Curso de Formação Profissional. Esse modelo de ensino fraciona as competências necessárias a um policial para o exercício pleno de suas atribuições em diversas áreas de conhecimento que, por sua vez, são novamente subdivididas em disciplinas independentes entre si (Brasil, 2022a, p. 5). Compreendemos a necessidade de separação por diversas razões, sejam elas logísticas, organizacionais, ou, simplesmente, pela “tradição”.

É possível, contudo, lançar mão de recursos capazes de dirimir os impactos negativos dessa cisão, intentando amalgamar conhecimentos num sincretismo pedagógico para formação de um profissional mais íntegro, saudável e humanizado. Uma das alternativas é transpor as barreiras da multidisciplinaridade para um ensino inter e transdisciplinar. Essas abordagens ganharam força na educação, oferecendo estratégias para endereçar problemas complexos e permitir um aprendizado holístico (Fazenda, 2011; Thiesen, 2008; Sarmiento, 2021).

A interdisciplinaridade promove a integração de conhecimentos de duas ou mais disciplinas e possibilita encorajar a colaboração entre diferentes saberes para criar uma sinergia que pode aprofundar e expandir a compreensão. Apesar de ainda manter fronteiras, a interdisciplinaridade permite a busca por interseções de áreas e a articulação de saberes para propor soluções a problemas complexos, numa educação baseada em situações-problema contextualizadas. É preciso religar o conhecimento, pois do contrário como assevera Morin (2000, p. 48), “o novo saber, por não ter sido religado, não é assimilado nem integrado. Paradoxalmente assiste-se ao agravamento da ignorância do todo, enquanto avança o conhecimento das partes”.

Encontram-se no CFP algumas iniciativas nesse sentido. Foi criada uma disciplina chamada Práticas Orientadas ao Trabalho (POT), com a finalidade de “resolver situações-problema apresentadas no dia a dia do trabalho do policial rodoviário federal (...) mobilizando saberes adquiridos no decorrer do curso de formação policial” ao promover a integração dos saberes de diversas disciplinas e reuni-los em oficinas práticas. No entanto, pelo que encontramos no relatório final da coordenação pedagógica, essas oficinas não foram executadas na edição estudada. (Brasil, 2022b, p. 1). De qualquer maneira, seria apenas um suspiro dentro de uma ação educativa com quase 500 horas de aulas. Mesmo assim, é um indicativo de intencionalidade de integração, mas que, ao mesmo tempo, esbarra nas limitações logísticas e de execução.

Não obstante a interdisciplinaridade ser necessária, ousamos ainda sugerir que é preciso ir além. Quando se olha o ser humano dentro de sua completude e complexidade, mesmo reconectando saberes ainda falta o que não está contido dentro das diversas disciplinas, aquilo que está “entre, através e além” das disciplinas isoladas. Introduzido na década de 1970 por Jean Piaget, o termo “transdisciplinaridade” intenta conectar ciências e humanidades para a compreensão do mundo presente (Nicolescu, 2007). Isso vai além de combinar duas ou mais disciplinas na busca por interseções. Essa abordagem é ainda mais complexa, pois implica em profunda dependência contextual, subjetividade e incerteza (Lavrinoviča, 2021, p. 98).

A aprendizagem transdisciplinar é a abordagem mais avançada, onde as disciplinas não são apenas mescladas e sintetizadas com foco em alguns temas, conceitos e habilidades comuns, mas também ligadas a problemas do mundo real nos domínios social, econômico, cultural e ecológico. (Lavrinoviča, 2021, p. 98).

O objetivo da educação transdisciplinar é desenvolver um entendimento acerca do que implica tal abordagem e fornecer ferramentas para o desenvolvimento de competências transdisciplinares dos alunos (Kuentzer *et al.*, 2020). Esta abordagem enfatiza que os problemas e dificuldades do mundo real são complexos e frequentemente exigem um ponto de vista multidimensional.

Para compreender efetivamente essa realidade, os alunos necessitam desenvolver não apenas conhecimento aprofundado em múltiplas disciplinas específicas, mas também precisam ser capazes de integrar e mobilizar conhecimentos e habilidades pautados em valores que transcendem conteúdos técnicos apenas, considerando ainda o elemento humanidade que caracteriza nossas relações.

A transdisciplinaridade dá suporte para o desenvolvimento humano intelectual, emocional e espiritual e reconhece que educação não deve somente focar no conhecimento puro e técnico; mas, acima disso, no desenvolvimento daquilo que é necessário para que indivíduos possam navegar e prosperar num mundo diverso e interconectado. Essa abordagem sistêmica, possibilita promover um ensino que estimula o pensamento crítico, a criatividade, comunicação e colaboração para resolução de problemas da vida real. São habilidades essenciais para que alunos obtenham sucesso na vida profissional e pessoal, bem como contribuem para

melhoria de assuntos globais como sustentabilidade, respeito a diversidade, promoção dos direitos humanos e justiça social.

Para tanto, é preciso admitir a incerteza e ambiguidade existentes no mundo. Morin (2000, p. 86) nos ensina que “o conhecimento é a navegação em um oceano de incertezas, entre arquipélagos de certezas”. É preciso que educadores sejam capazes de encorajar os alunos a confrontarem o desconhecido, engajar-se com ideias conflitantes e navegar pela complexidade.

Essa abordagem cultiva a resiliência intelectual e confere aos alunos habilidades importantes para um mundo em constante e rápida mudança (Smith, 2010; Johnson, 2015; Rodriguez, 2020). Isso é essencial em ambientes críticos como é o caso da atividade policial, que as decisões devem ser tomadas sob pressão, eventualmente com informações imprecisas e/ou incompletas, e frequentemente com consequências de grande impacto.

Uma possibilidade que vislumbramos seria estabelecer um entendimento relativamente unificado dentro da instituição sobre o que é preparo mental e como pode ser aprimorado pelo desenvolvimento de competências com essa finalidade. Pelo que visualizamos durante a pesquisa, apenas uma pequena parcela das disciplinas formalmente intenta desenvolver e aprimorar o preparo mental. E, ainda assim, timidamente e com poucas atividades específicas quando comparada a carga horária total do curso.

Devido à enorme abrangência das competências policiais e docentes exigíveis no Curso de Formação Policial, as barreiras disciplinares podem se transformar em óbices ao ensino e à aprendizagem, de forma que uma parte significativa dos conhecimentos abordados devem ser tratados de forma transversal, ou seja, em uma perspectiva “múltipla e plural” da realidade, enquanto “produção política” e contextual (Simonini; Romagnoli, 2019).

A noção de transversalidade deriva dos estudos psicanalíticos de Guattari (2004), publicados na década de 1960, quando o autor buscou evidenciar as limitações da abordagem disciplinar psicanalítica na prática clínica. Esse conceito não se limita, contudo, à psicanálise, e tem sido amplamente utilizado em campos como a política, economia e educação e encoraja a adoção de uma visão mais fluida e dinâmica.

A partir de considerações dessa natureza, a transversalidade passou a ser considerada em diversas aplicações e especificamente na Psicologia da Educação,

como uma demanda fundamental para a tomada de consciência e resolução de problemas que estão além do escopo das disciplinas e que precisam ser resolvidos para o sucesso da prática pedagógica. Nessa perspectiva, refere-se à habilidade de conectar diferentes disciplinas, experiências e perspectivas no sentido de conferir um aprendizado mais holístico e integrado.

A transversalidade tem sido utilizada no âmbito da educação para estimular o aprendizado interdisciplinar e conectar diversas áreas do conhecimento, tendo sido especialmente útil no estudo de assuntos complexos que exigem uma abordagem abrangente, como justiça social ou mudança climática, por exemplo. Pode igualmente ajudar os alunos a desenvolver um conhecimento mais sutil desses desafios e a ver as ligações entre tópicos aparentemente não relacionados, reunindo muitos pontos de vista e disciplinas.

A transversalidade na educação refere-se à capacidade de aplicar conhecimentos e competências, procurando integrar saberes e reforçar a compreensão. É caracterizada pela ênfase em competências ou habilidades que abrangem diferentes campos, como pensamento crítico, colaboração, criatividade e, evidentemente, pode ser aplicada para o aprimoramento do preparo mental. Essa abordagem encoraja os alunos a aplicarem o novo conhecimento em contextos e situações variadas. Por essa razão é essencial que o preparo mental seja, de alguma forma, trabalhado pelas diversas disciplinas, de modo transversal.

Ao alavancar a transversalidade, pode-se potencialmente aumentar a eficiência e a segurança desses profissionais. Na publicação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, Schleicher (2015), em seu relatório "Schools for 21st-Century Learners: Strong Leaders, Confident Teachers, Innovative Approaches", observa que os métodos de ensino que incentivam a transversalidade, como resolução colaborativa de problemas com relevância para o mundo real e investigações dirigidas, demonstraram um impacto positivo nos resultados dos alunos.

Um avanço na formação policial da UniPRF já foi dado ao adotar o ensino por competências. No entanto, é preciso integrar o preparo mental nesse contexto, pois é peça chave no processo de tomada de decisões e no desenvolvimento de consciência situacional para ações assertivas.

Em sua recente dissertação de mestrado, Palhano (2023) concluiu que existe uma relativa homogeneidade na compreensão sobre a ideia de competência entre os

educadores da UniPRF. Sendo assim, apesar da fragmentação em disciplinas, o estudo demonstra que é possível conservar, em alguma medida, o planejamento educacional balizado por um entendimento comum. Uma das possíveis sugestões para a melhoria da formação policial seria promover algo similar em relação ao preparo mental.

Nesse sentido, adotar uma linha teórica sobre a temática e torná-la conteúdo transversal de modo que os educadores se sintam motivados a desenvolver competências que melhorem o preparo mental dentro de suas áreas de conhecimento, promovendo a resiliência, o controle emocional, o processo de tomada de decisão e a consciência situacional, por exemplo. É possível verificar alguns conteúdos e conceitos comuns sendo abordados por algumas disciplinas, como é o caso do Ciclo OODA de John Boyd em AMT e TAB. No entanto, é preciso que o conhecimento seja mais solidamente organizado e sedimentado em bases acadêmicas com comprovação científica.

Tornar o preparo mental como temática transversal e conscientizar os docentes da necessidade de seu aprimoramento são etapas fundamentais para a real implementação do conceito e, por conseguinte, seus benefícios. A transversalidade incentiva os professores a inovarem criativamente seus planos de aula, integrando assuntos aparentemente não relacionados para criar uma compreensão mais abrangente e profunda do material de aprendizagem (Davies *et al*, 2011).

No processo para admissão ao quadro de docentes, o servidor da PRF que deseja ser trabalhar no ensino, por regra, precisa ser aprovado em um curso de formação de docentes, que adotou algumas nomenclaturas ao longo do tempo, mas que atualmente é designado Curso de Formação de Instrutores (CFI). Através dele, os servidores são preparados em aspectos pedagógicos e têm suas competências específicas em relação à disciplina almejada testadas.

Acreditamos que é justamente através desse processo de formação docente, ou mesmo, em atualizações pedagógicas dos docentes já em atividade, que haja a melhor oportunidade para tornar a temática transversal, capacitando e conscientizando o corpo docente da sua necessidade e importância. Ao estabelecer essas conexões de forma mais explícita, educadores podem melhor aplicar o conhecimento específico numa situação-problema da vida real de forma mais abrangente e integrada (Jacobs, 1989).

Tendo o preparo mental como elemento transversal, educadores podem incorporar no seu planejamento não apenas o conteúdo de sua disciplina, mas também intentar ações mais abrangentes que possam contribuir para o desenvolvimento de competências que visem o aprimoramento de preparo mental, como consciência situacional, resiliência mental, regulação emocional, gestão de estresse, antecipação de cenários futuros, entre outros.

O trabalho policial, devido ao seu alto risco pessoal e exposição frequente a traumas, está associado a níveis mais elevados de distúrbios relacionados ao estresse, como TEPT, depressão e ansiedade (Gersons *et al*, 2000). Ao integrar percepções de saúde mental em todas as facetas de seu treinamento, os futuros policiais podem estar mais bem preparados para esses desafios psicológicos.

Além disso, como demonstrado, o preparo e saúde mentais, apesar de conceitos distintos, são intimamente ligados, pois o primeiro tem impacto no último e pode ser uma forma eficiente de mitigar os efeitos negativos de um trabalho estressante (Patterson, 2003). Uma abordagem pedagógica transversal reforça a noção de que a sensibilização para a saúde e preparo mentais não devem ser módulos isolados no currículo de formação, mas sim um fio condutor que perpassa todo o programa de formação, garantindo assim a sua integração com todos os aspectos da formação profissional.

Além disso, ao discutir o tema abertamente ao longo de seu treinamento, as academias de polícia podem ajudar a reduzir o estigma associado à busca de ajuda em saúde mental. Isso pode encorajar os policiais a acessarem o apoio de saúde mental quando necessário, melhorando assim seu bem-estar mental geral e resiliência.

Em conclusão, a transversalidade na educação promove uma visão abrangente e conectada da aprendizagem. Sugere que conhecimentos e habilidades não estão confinados em um único assunto, visando uma inter-relação entre vários domínios. Essa abordagem enfatiza o cultivo de habilidades que preparam os alunos para o aprendizado ao longo da vida e para a força de trabalho moderna.

Desta forma, esse conceito se aplica muito adequadamente às demandas didáticas e curriculares da UniPRF, dentre as quais o *preparo mental* se destaca como condição indispensável para o exercício do policiamento rodoviário. Ao se abordar a temática transversalmente reforça-se a necessidade de fomentar uma força policial

mais solidária, consciente, mentalmente resiliente e adequadamente preparada para enfrentar os desafios psicológicos inerentes à atividade.

Por tudo isso, acredita-se que educadores podem desenvolver estratégias mais efetivas para enfrentar desafios e endereçar as múltiplas dimensões do preparo mental para atividade policial mais humanizada com o respeito aos direitos humanos, priorizando a conciliação ao invés do uso da força, e tendo a proteção da vida como elemento norteador.

## REFERÊNCIAS

- ALALEHTO, Tague; LARSSON, Daniel. Measuring trust in the police by contextual and individual factors. **International Journal of Law, Crime and Justice**, [S. l.], v. 46, p. 31–42, 2016. DOI: 10.1016/j.ijlcrj.2016.01.001.
- ALBRECHT, Karl. **Inteligência Social: Além do QI, Além da Inteligência Emocional, Aplicando a teoria da Inteligência Múltipla na Interação Humana**. São Paulo: M. Books do Brasil, 2006.
- ALVES, Míriam Cristiane; SEMINOTTI, Nedio. O pequeno grupo e o paradigma da complexidade em Edgar Morin. **Psicologia USP**, v. 17, p. 113-133, 2006.
- ALDENDERFER, M. S.; BLASHFIELD, R. K. **Cluster Analysis**. Thousand Oaks, CA: Sage, 1984.
- ARIA, Massimo; CUCCURULLO, Corrado. bibliometrix: An R-tool for comprehensive science mapping analysis. **Journal of informetrics**, v. 11, n. 4, p. 959-975, 2017.
- ARTHUR, Rosemary Anne; FITZWATER, James; ROBERTS, Ross; HARDY, James; ARTHUR, Calum Alexander. Psychological Skills and “the Paras”: The Indirect Effects of Psychological Skills on Endurance. **Journal of Applied Sport Psychology**, [S. l.], v. 29, n. 4, p. 449–465, 2017. DOI: 10.1080/10413200.2017.1306728.
- BAKER, C. C.; MCCAFFERTY, D. B. Accident database review of human element concerns: What do the results mean for classification. In: Human factors in ship design, safety and operation 2005, Londres. **Anais [...]**. Em: ROYAL INSTITUTION OF NAVAL ARCHITECTS. Londres: ABS TECHNICAL PAPERS 2005, 2005. p. 1–8. Disponível em: <https://citeseerx.ist.psu.edu/document?repid=rep1&type=pdf&doi=7e784929697aec1adc2961d7161e60d0f7a4e58b>. Acesso em: 3 jun. 2023.
- BARBOSA, Adriano Mendes. Ciclo do esforço investigativo criminal. **Revista Brasileira de Ciências Policiais**, v. 1, n. 1, p. 153-179, 2010.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2000.
- BAZZO, Ezio Flavio. Algumas considerações sobre a saúde mental dos funcionários públicos. **Psicologia: ciência e Profissão**, v. 17, p. 41-44, 1997.
- BEHRENS, Marilda Aparecida; NICOLA, Rosane De Melo. Contribuições da teoria da complexidade para a inovação no planejamento pedagógico do ensino superior. **Revista Diálogo Educacional**, [S. l.], v. 17, n. 52, p. 357, 2017. DOI: 10.7213/1981-416X.17.052.DS03.
- BERTALANFFY, Ludwig Von. **Teoria general de los sistemas: fundamentos, desarrollo, aplicaciones**. México: Fondo de Cultura Económica, 1989.
- BIRKLE, Caroline *et al.* Web of Science as a data source for research on scientific and scholarly activity. **Quantitative Science Studies**, v. 1, n. 1, p. 363-376, 2020.

BITTNER, Ergon. **Aspectos do trabalho policial**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003. v. 1

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Agenda de segurança cidadã** [recurso eletrônico]: por um novo paradigma. 1. ed. Brasília: Edições Câmara, 2018a. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/35519>. Acesso em: 8 jan. 2023.

BRASIL. Congresso Nacional. Centro de Estudos e Debates Estratégicos (ORG.). **Segurança pública: prioridade nacional**. Brasília: Edições Câmara, 2018b. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/36679>.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Academia Nacional da Polícia Rodoviária Federal comemora 5 anos em cerimônia prestigiada pela Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves**. ANPRF, 2020. Disponível em: <https://portal.prf.gov.br/noticia/1871/academia-nacional-da-policia-rodoviaria-federal-comemora-5-anos-em-cerimonia>. Acesso em: 17 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Resolução nº 510**, de 7 de abril de 2016. 24 maio 2016, 1, p. 44–46.

BRASIL. Polícia Rodoviária Federal. **Edital Concurso PRF nº. 1**, de 18 de janeiro de 2021. Realizado por Cebraspe. Brasília, DF, 2021a.

BRASIL. Polícia Rodoviária Federal. **Edital Concurso PRF nº. 32**, de 21 de setembro de 2021. Realizado por Cebraspe. Brasília, DF, 2021b.

BRASIL. Polícia Rodoviária Federal. **Projeto Pedagógico - CPF 2022**. Florianópolis, SC, 2022a

BRASIL. Polícia Rodoviária Federal. **Relatório final da coordenação pedagógica - CPF 2021**. Florianópolis, SC, 2022b

BRASIL. Polícia Rodoviária Federal. **Edital Concurso PRF nº. 61**, de 4 de abril de 2022. Realizado por Cebraspe. Brasília, DF, 2022c.

BRASIL. Polícia Rodoviária Federal. **Edital Concurso PRF nº. 68**, de 7 de junho de 2022. Realizado por Cebraspe. Brasília, DF, 2022d.

BRASIL. Polícia Rodoviária Federal. **Competências**. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/prf/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/competencias>. Acesso em: 13 nov. 2022.

BRASIL. Polícia Rodoviária Federal. **Portal PRF**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/prf/pt-br/portal-prf>. Acesso em: 3 jun. 2023.

BRASIL. Polícia Rodoviária Federal. **Livro de Comemoração dos 90 Anos da PRF - 2018**. 1. ed. Brasília: Coordenação de Comunicação Social - PRF, 2018c. Disponível em: <https://www.gov.br/prf/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/historia-e-simbolos-da-prf/livro-de-comemoracao-dos-90-anos-da-prf-2018>. Acesso em: 3ªjun. 2023.

BRASIL. TRF1. 6ª Vara da SJGO. **Decisão nº 1028673-25.2022.4.01.3500. 2022**.

Justiça Federal determina retorno de comissões e disciplina relacionadas aos direitos humanos na PRF. Justiça Federal – Seção Judiciária de Goiás, 2022. Disponível em: <https://portal.trf1.jus.br/sjgo/comunicacao-social/imprensa/noticias/justica-federal-determina-retorno-de-comissoes-e-disciplina-relacionadas-aos-direitos-humanos-na-prf.htm>. Acesso em: 31 ago. 2023.

BRENTANO, Franz. **Psicología desde un punto de vista empírico**. [Eletrônica] ed. [s.l.]: lacavernadefilosofia, 2008. Disponível em: [https://lacavernadefilosofia.files.wordpress.com/2008/10/brentano\\_psicologia\\_desde\\_un\\_punto\\_de\\_vista\\_empirico.pdf](https://lacavernadefilosofia.files.wordpress.com/2008/10/brentano_psicologia_desde_un_punto_de_vista_empirico.pdf).

BRONFENBRENNER, Urie. **Bioecologia do desenvolvimento humano**: tornando os seres humanos mais humanos. Porto Alegre: Artmed, 2011.

CALLEN, Herbert Bernard. **Thermodynamics**. [s.l.]: John Wiley & Sons, Inc., 1959.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida**: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 2000.

CASTELLA, Quim; SUTTON, Charles. Word storms: Multiples of word clouds for visual comparison of documents. In: **Proceedings of the 23rd international conference on World wide web**. 2014. p. 665-676.

CLARIVATE. **Web of Science**. 2023. Disponível em: <https://www.webofscience.com/wos/woscc/basic-search>. Acesso em: 1 mar. 2022.

COOPER, Jeff. **Principles of Personal Defense**: Revised Edition. Paladin Press, 2006.

CORDEIRO, Alexander Magno; OLIVEIRA, Glória Maria de; RENTERÍA, Juan Miguel; GUIMARÃES, Carlos Alberto. Revisão sistemática: uma revisão narrativa. **Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões**, [S. l.], v. 34, n. 6, p. 428–431, 2007. DOI: 10.1590/S0100-69912007000600012.

COSTA, Naldson R. Modelo operacional, violência policial e democracia. In: SANTOS, José V. T.; TEIXEIRA, Alex N.; RUSSO, Maurício (Org.). **Violência e cidadania**: práticas sociológicas e compromissos sociais. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2011. p. 252-269

DEBRUN, Michel. A Idéia de Auto-organização. In Michel Debrun, M. Eunice Q. Gonzales e Osvaldo Pessoa Jr. (Orgs.). **Auto-organização**: estudos interdisciplinares em filosofia, ciências naturais e humanas, e artes. Campinas: Unicamp, 1996.

DAVIES, Dan *et al.* Creative learning environments in education—A systematic literature review. **Thinking skills and creativity**, v. 8, p. 80-91, 2013.

ENDSLEY, Mica R.; GARLAND, Daniel J. Pilot Situation Awareness Training in General Aviation. **Proceedings of the Human Factors and Ergonomics Society Annual Meeting**, [S. l.], v. 44, n. 11, p. 357–360, 2000. DOI: 10.1177/154193120004401107.

FAIROZEKHAN, Arishiya Thapasum; MOHAMED, Shamaz; MOHAMMED, Faraz;

KUMARESAN, Ramesh; BUGSHAN, Amr Saeed Mabark; B, Sudeep C.; MOIDIN, Shakil; ALMOUMEN, Saud Abdullah. Psychological Perceptions and Preparedness during Novel Coronavirus Disease - 2019 (COVID-19) Pandemic - A Multinational Cross-sectional Study among Healthcare Professionals. **Brazilian Dental Journal**, [S. l.], v. 32, p. 116–126, 2021. DOI: 10.1590/0103-6440202103821.

FAZENDA, Ivani. Interdisciplinaridade: definição, projeto, pesquisa. In: FAZENDA, I. C. A. (Org.). **Práticas interdisciplinares na escola**. São Paulo: Cortez, 2011, p. 13-18.

FIELDING, Nigel. Police Socialization and Police Competence. **The British Journal of Sociology**, [S. l.], v. 35, n. 4, p. 568, 1984. DOI: 10.2307/590435.

FRANCO, Fernanda Maria. Fatores de risco, fatores protetivos e prevenção do suicídio entre policiais e outros agentes da lei: perspectiva internacional. **Psicologia: Saúde Mental & Segurança Pública**, v. 3, n. 7, 2018.

FREITAS, Andrea Karla Breunig. **Estresse, Coping e Síndrome de Burnout em policiais rodoviários federais**. 2013. Dissertação (Mestrado). Orientador: Luiz Felipe Dias Lopes - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

GALVÃO, Taís Freire; PEREIRA, Mauricio Gomes. Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 183–184, 2014. DOI: 10.5123/S1679-49742014000100018.

GERSONS, Berthold PR *et al.* Randomized clinical trial of brief eclectic psychotherapy for police officers with posttraumatic stress disorder. **Journal of traumatic stress**, v. 13, p. 333-347, 2000.

GIL, Antonio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

GILBAR, Ora; BEN-ZUR, Hasida; LUBIN, Gadi. Coping, mastery, stress appraisals, mental preparation, and unit cohesion predicting distress and performance: a longitudinal study of soldiers undertaking evacuation tasks. **Anxiety, Stress & Coping**, [S. l.], v. 23, n. 5, p. 547–562, 2010. DOI: 10.1080/10615801003640023.

GLASER, Barney; STRAUSS, Anselm. **The discovery of grounded theory**. New York: Aldine de Gruyter, 1967.

GOOGLE LLC. **Google Tradutor**. Tradutor. 2023. Disponível em: <https://translate.google.com.br/>. Acesso em: 15 maio. 2023.

GRECH, Michelle R.; HORBERRY, Tim; SMITH, Andrew. Human Error in Maritime Operations: Analyses of Accident Reports Using the Leximancer Tool. **Proceedings of the Human Factors and Ergonomics Society Annual Meeting**, [S. l.], v. 46, n. 19, p. 1718–1721, 2002. DOI: 10.1177/154193120204601906.

GUATTARI, Félix. **Psicanálise e Transversalidade**: Ensaio De Análise Institucional. 1. ed. Aparecida: Ideias e Letras, 2004.

GUEDES, Josenilson Viana; SILVA, Angela Maria Ferreira Da; GARCIA, Luciane Terra dos Santos. Projeto político-pedagógico na perspectiva da educação em direitos

humanos: um ensaio teórico. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, [S. l.], v. 98, p. 580–595, 2017.

GUIMARÃES, André José Ribeiro; BEZERRA, Cicero Aparecido. Gestão de dados: uma abordagem bibliométrica. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [S. l.], v. 24, n. 4, p. 171–186, 2019. DOI: 10.1590/1981-5344/4192.

HERMANN, Nadja. Ética no processo de formação de pesquisadores. *In: Ética e pesquisa em educação*: subsídios. Rio de Janeiro: ANPed, 2019. v. 1, p. 17–22. Acesso em: 3 jun. 2023.

JACOBS, Heidi Hayes. **Interdisciplinary curriculum**: design and implementation. Association for Supervision and Curriculum Development, 1250 N. Pitt Street, Alexandria, VA 22314, 1989.

JENNINGS, J. Richard; VAN DER MOLEN, Maurits W. Preparation for Speeded Action as a Psychophysiological Concept. **Psychological Bulletin**, [S. l.], v. 131, n. 3, p. 434–459, 2005. DOI: 10.1037/0033-2909.131.3.434.

JOHNSON, L. M. Ambiguity as a Catalyst for Learning: Insights from Morin's Complexity Theory. **Curriculum Inquiry**, v. 45, n 2, p. 213-229, 2015.

JOU, Graciela Inchausti De; SPERB, Tania Mara. Teoria da Mente: diferentes abordagens. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 287–306, 1999. DOI: 10.1590/S0102-79721999000200004.

KATZ, Daniel; KAHN, Robert. **Psicologia social das organizações**. São Paulo: Atlas, 1966.

KEGELAERS, Jolan; WYLLEMAN, Paul. Exploring the coach's role in fostering resilience in elite athletes. **Sport, Exercise, and Performance Psychology**, [S. l.], v. 8, n. 3, p. 239–254, 2019. DOI: 10.1037/spy0000151.

KOCHEL, Tammy Rinehart. Applying police legitimacy, cooperation, and collective security hypotheses to explain collective efficacy and violence across neighbourhoods. **International Journal of Comparative and Applied Criminal Justice**, [S. l.], v. 42, n. 4, p. 253–272, 2018. DOI: 10.1080/01924036.2017.1310663.

KRAEMER, Rodrigo. **A construção da Polícia Rodoviária Federal**: uma história sobre processos de militarização. 2006. Monografia (Orientador: Pedro R. B. Moraes) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

KUENTZER, L., SCHWARZENBARTH, M., SILADJEV, D.; ROCK, G. Evodash – a transdisciplinary vision for an education platform and a simulation-based vehicle development process. **Advances in Transdisciplinary Engineering**, v. 12, p. 102 – 111, set. 2020. DOI: <https://doi.org/10.3233/atde200066>.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LAKOMY, Ana Maria. **Teorias cognitivas da aprendizagem**. Curitiba: IBPEX, 2008.

LAVRINOVIČA, B. Transdisciplinary Learning: From Transversal Skills To Sustainable Development. **Acta Paedagogica Vilnensia**; v. 47, p. 93-107, 2021.

LEME, Rogério. **Avaliação de desempenho com foco em competência**. Rio de Janeiro: Qualitymark Editora Ltda, 2006.

LIU, Q.; *et al.* Muscle Memory. **J Physiol**. p. 775-776, 2011.

LUKOSEVICIUS, Alessandro Prudêncio; MARCHISOTTI, Gustavo Guimarães; SOARES, Carlos Alberto Pereira. Panorama da complexidade: principais correntes, definições e constructos. **Sistemas & Gestão**, [S. l.], v. 11, n. 4, p. 455–465, 2017. DOI: 10.20985/1980-5160.2016.v11n4.1157.

MACHADO, Nílson José. Sobre a ideia de competência. **Seminários de Estudos em Epistemologia e Didática (SEED)**, [S. l.], p. 1–6, 2006.

MAINARDES, Jefferson; CURY, Carlos Roberto Jamil. Ética na pesquisa: princípios gerais. *Em*: **Ética e pesquisa em educação**: subsídios. Rio de Janeiro: ANPed, 2019. v. 1p. 23–28. Disponível em: [https://www.anped.org.br/sites/default/files/images/etica\\_e\\_pesquisa\\_em\\_educacao\\_-\\_isbn\\_final.pdf](https://www.anped.org.br/sites/default/files/images/etica_e_pesquisa_em_educacao_-_isbn_final.pdf). Acesso em: 3 jun. 2023.

MANOMENIDIS, Georgios; PANAGOPOULOU, Efharis; MONTGOMERY, Anthony. The 'switch on-switch off model': Strategies used by nurses to mentally prepare and disengage from work: Switch on-switch off model. **International Journal of Nursing Practice**, [S. l.], v. 22, n. 4, p. 356–363, 2016. DOI: 10.1111/ijn.12443.

MARINS, Eduardo Frio *et al.* Suicides in Brazilian Federal Highway Police: A retrospective study with 20-years' data (2001–2020). **Am J Ind Med**. V. 66, n. 9, p. 775-779, 2023. DOI: 10.1002/ajim.23512.

MARTINS, Wanderley Marques. **Fatores de risco e vitimização fatal de policiais**: uma análise sobre a Polícia Rodoviária Federal (PRF) no Brasil (2007 - 2020). Institucional. 2020. Disponível em: <https://fenaprf.org.br/novo/wp-content/uploads/2020/02/Difus%C3%A3o-Fev-2020-Vitimiza%C3%A7%C3%A3o-PRF.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2023.

MASHREA, Arwa Ibrahim Abdullah; SINHA, Mudita; FUKEY, Leena N. Effect of Color Psychology on Individual in Hotel's Guestroom. In: **1st International Conference on Multidisciplinary Industry and Academic Research 2020**. Institute of Industry and Academic Research Incorporated.

MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVÃO, Cristina Maria. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & Contexto - Enfermagem**, [S. l.], v. 17, n. 4, p. 758–764, 2008. DOI: 10.1590/S0104-07072008000400018.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14ª ed. Rio de Janeiro: Hucitec, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos De; CONSTANTINO,

Patrícia. Riscos percebidos e vitimização de policiais civis e militares na (in)segurança pública. **Cadernos de Saúde Pública**, [S. l.], v. 23, n. 11, p. 2767–2779, 2007. DOI: 10.1590/S0102-311X2007001100024.

MORIN, Edgar. **Os setes saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 18. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

MÜLLER, Jonathan Gil; BAIER, Tânia. Teoria dos grafos: uma possibilidade pedagógica para o ensino fundamental. **Em Teia | Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana**, [S. l.], v. 12, n. 1, 2021. DOI: 10.51359/2177-9309.2021.245187. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/emteia/article/view/245187>. Acesso em: 3 jun. 2023.

NICOLESCU, Basarab. Transdisciplinarity as a methodological framework for going beyond the science-religion debate. **Transdisciplinarity in Science and Religion**, v. 2, n. 2007, p. 35e60, 2007.

OLIVEIRA, Léa P. de A. **Estimativa de prevalência de estresse emocional em uma amostra de policiais rodoviários federais do Estado de São Paulo**. 2017. (Mestrado em Medicina Preventiva). Orientador: Heráclito Barbosa de Carvalho - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. DOI: 10.11606/D.5.2017.tde-23082017-115740. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5137/tde-23082017-115740/>. Acesso em: 3 jun. 2023.

PALHANO, Marco Antônio. Título em negrito. Dissertação (Mestrado em Educação). Orientadora: Araci Asinelli-Luz - Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2023.

PATTERSON, George T. Examining the effects of coping and social support on work and life stress among police officers. **Journal of Criminal Justice**, v. 31, n. 3, p. 215-226, 2003.

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar: convite à viagem**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2002.

PINHEIRO, Débora Patrícia Nemer. A resiliência em discussão. **Psicologia em Estudo**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 67–75, 2004. DOI: 10.1590/S1413-73722004000100009.

POLITO, Antony Marco Mota. A Metafísica e a Física de Aristóteles. **Physicae Organum**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 1–16, 2015.

RIBEIRO, Lucas Cabral. História das polícias militares no Brasil e da Brigada Militar no Rio Grande do Sul. **Anais... XXVI Simpósio Nacional de História–ANPUH**. Recuperado de [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1313022007\\_ARQUIVO\\_textoANPUH.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1313022007_ARQUIVO_textoANPUH.pdf), 2011.

RICHARDS, Chet. Boyd's OODA Loop. 2020. Disponível em: [https://ooda.de/media/chet\\_richards\\_-\\_boyds\\_ooda\\_loop.pdf](https://ooda.de/media/chet_richards_-_boyds_ooda_loop.pdf). Acesso em: 19 set. 2023.

RODRIGUEZ, C. B. Transdisciplinary Curriculum Design: A Case Study Inspired by Morin's Philosophy. **International Journal of Education and Curriculum**, v. 17, n. 4, p. 78-93, 2020.

RUTHEN, Russell. Adapting to complexity. **Scientific American**, [S. l.], v. 268, n. 1, p. 130–140, 1993.

SANTOS, Aguinaldo S. dos; GOMES, Fabio Ricardo Hilgenberg; BICHELS, Aline; GOMES, Antônio Carlos; VAGETTI, Gislaine Cristina; DE OLIVEIRA, Valdomiro. Teoria bioecológica aplicada ao esporte: uma revisão integrativa. **Revista Brasileira de Psicologia do Esporte**, [S. l.], v. 9, n. 3, 2020. DOI: 10.31501/rbpe.v9i3.11358. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBPE/article/view/11358>. Acesso em: 4 jun. 2023.

SANTOS, José V. T.; TEIXEIRA, Alex N.; RUSSO, Maurício (Org.). **Violência e cidadania: práticas sociológicas e compromissos sociais**. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2011. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/ycrrp/pdf/santos-9788538603863.pdf>. Acesso em: 19 set. 2023.

SARMENTO, Elisângela Campos Damasceno; LIRA, Mirtes Ribeiro. O paradigma clássico e a emergência do holismo-interdisciplinar. **Rev. Edu. Foco**, Juiz de Fora, v. 26, e26033, p. 1-13, 2021.

SCIENTIFIC ELECTRONIC LIBRARY ONLINE. **SciELO - Brasil**. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 7 jan. 2023.

SIEGENFELD, Alexander F.; BAR-YAM, Yaneer. An Introduction to Complex Systems **Science and its Applications**. [S. l.], 2019. DOI: 10.48550/ARXIV.1912.05088. Disponível em: <https://arxiv.org/abs/1912.05088>. Acesso em: 3 jun. 2023.

SCHLEICHER, Andreas. **Schools for 21st-Century Learners: Strong Leaders, Confident Teachers, Innovative Approaches**. International Summit on the Teaching Profession. Paris, France: OECD Publishing, 2015.

SIMONINI, Eduardo; ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. Transversalidade e Esquizoanálise. **Psicologia em Revista**, [S. l.], v. 24, n. 3, p. 915–929, 2019. DOI: 10.5752/P.1678-9563.2018v24n3p915-929.

SMITH, J. A. Embracing Uncertainty: Applying Morin's Ideas to Classroom Practice. **Journal of Educational Philosophy**, v. 42, n. 3, p. 325-340, 2010.

STRATMANN, Tim Claudius; BOLL, Susanne. Demon Hunt - The Role of Endsley's Demons of Situation Awareness in Maritime Accidents. *In: Human-Centered and Error-Resilient Systems Development*. Lecture Notes in Computer Science Cham: Springer International Publishing, 2016. v. 9856p. 203–212. DOI: 10.1007/978-3-319-44902-9\_13. Disponível em: [http://link.springer.com/10.1007/978-3-319-44902-9\\_13](http://link.springer.com/10.1007/978-3-319-44902-9_13). Acesso em: 3 jun. 2023.

SUNDLIN, Anna-Lena; SÖDERHJELM, Teresa Martha; SANDAHL, Christer. Making rapid shifts in work roles – an essential teamwork skill. An exploratory study of facilitating and inhibiting factors. **Team Performance Management: An International Journal**, [S. l.], v. 28, n. 7/8, p. 461–475, 2022. DOI: 10.1108/TPM-01-2022-0003.

SUZUKI, Shin. Caso Genivaldo: PRF retirou direitos humanos do curso de formação de agentes. **BBC News Brasil**, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/Brasil-61611283>. Acesso em: 4 jun. 2023.

TEIXEIRA, Paulo; BENEDET, Ronaldo; OTONI, Rubens; WINOGRON, Alberto Liebling Kopittke. **Agenda de segurança cidadã**: por um novo paradigma. Brasília: Centro de Documentação e Informação, Edições Câmara, 2018.

THIESEN, J. S. A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino aprendizagem. *Revista Brasileira de Educação* (online), v. 13. n. 39, 2008

UNIVERSIDADE DE LEIDEN. **VOSviewer** - Visualizing scientific landscapes, 2023. Disponível em: <https://www.vosviewer.com/>. Acesso em: 9 jan. 2023.

VASSILOPOULOS, Stephanos Ph. Coping strategies and anticipatory processing in high and low socially anxious individuals. **Journal of Anxiety Disorders**, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 98–107, 2008. DOI: 10.1016/j.janxdis.2007.01.010.

VISSER, Martijn S.; VAN ECK, Nees Jan; WALTMAN, Ludo. Large-scale comparison of bibliographic data sources: Web of Science, Scopus, Dimensions, and Crossref. In: **ISSI**. 2019. p. 2358-2369.

WEINBERG, Robert S.; CHAN, Roy; JACKSON, Allen. Mental preparation strategies and performance: Is a combination of techniques better than a single technique? **Journal of Sports Sciences**, [S. l.], v. 1, n. 3, p. 211–216, 1983. DOI: 10.1080/02640418308729682.

WIENER, Norbert. **Cibernética**: ou controle e comunicação no animal e na máquina. São Paulo: Polígono, 1970.

YALCIN, Ilimdar; ARAZ, Gamze Yildirim; TALAGHIR, Laurentiu-Gabriel. The Relationship between Mental Readiness and Difficulty in Emotion Regulation of Amateur Football Players. **Revista Romaneasca pentru Educatie Multidimensionala**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 133–143, 2021. DOI: 10.18662/rrem/13.1/364.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZABALA, Antoni; ARNAU, Laia. **Como aprender e ensinar competências**. Porto Alegre: Artmed, 2014.